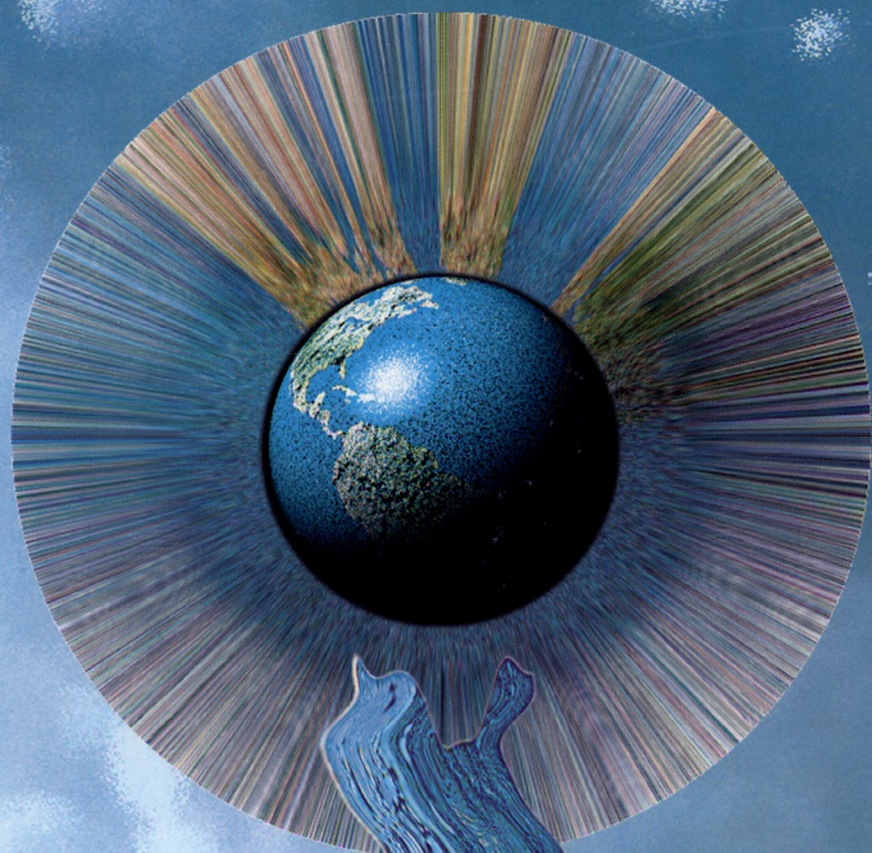


# Humanidades



41

As tensões do espaço:  
a geografia como ciência do século XXI.

Minha escola é a melhor.



# Brasília tem o melhor ensino público do País.

## O Ministério da Educação tirou a prova.

A escola pública no Brasil acaba de passar por uma prova. Para avaliar a qualidade do nosso ensino, o Ministério da Educação fez uma ampla pesquisa em todos os estados, onde alunos de 1º e 2º graus foram submetidos a uma bateria de testes.

Os alunos de Brasília conquistaram os primeiros lugares. Esse desempenho é resultado da prioridade dada ao ensino público pelo Governo Democrático e Popular e do empenho e preparo técnico dos nossos professores.



**GOVERNO DO  
DISTRITO  
FEDERAL**

*Educação em 1º lugar*

Ainda estão vivas na mente a associação entre o saber geográfico e a sua representação em forma de mapas. Como miniatura de um grande mundo que pouco a pouco se descobre, este saber se encontrava no intervalo entre o conceito e a imagem, como legenda para um quadro - ficção e realidade.

Contudo, a hegemonia da representação sobre o representado foi destronada pela quebra das epistemes em nosso século. Herdeiro dessa reorientação das ciências humanas para as suas condições mesmas de produção, o saber geográfico deixou de ser controle do real para ser interpretação deste. Em sua dinâmica interna, aproximou-se de outros saberes, utilizando seus discursos e modelos.

Por isso, pode-se considerar, agora em fim de século, a Geografia como ciência do século XXI. Como uma das últimas disciplinas tradicionais preñes de uma aura positivista-metafísica, ela acolhe em seu curso problemáticas as mais variadas, desde os temas pontuais pelos quais o mundo moderno molda sua auto-imagem (globalização, metropolização, exclusão) até a emergência das condições de historicidade quando do retorno das preocupações quanto ao cotidiano, ao espaço vital.

O que se verifica neste **multiespectroobservacional** não é tanto o refletir sobre a mudança e transformação no espaço. O que se encontra como fundamento dessa viragem é o tempo, a heterogeneidade dos tempos co-ocorrentes em um mesmo espaço, gerando tensões inerentes a qualquer diferenciação e correspondente tentativa de intervenção ordenadora. Não seria o saber geográfico uma **metarepresentação** de como a realidade mesma acontece entre sua construção? não seria o pensar sobre as redes espaciais uma mediação que medita, para além das abstrações institucionais e das concretudes irrefletidas, o modo mesmo como se vivencia o nosso estar aqui? Não seria o saber geográfico uma propedêutica à compreensão de nossas limitações, de nosso instante?

Os artigos deste número especial da revista Humanidades n.º 41 procuram aplicar estes novos paradigmas em problemas concretos. São retomados e aprofundados tópicos fundamentais para o contato com as renovações no saber geográfico: a dinâmica espacial, o desenvolvimento, relações entre meio ambiente e urbano, entre outros. Destacam-se, ainda, os artigos que focalizam a cidade de Brasília que, em sua concentração de contradições espaciais, constitui-se como laboratório vivo para observações e pesquisas.

Da Editoria

## EXPEDIENTE

A revista Humanidades é uma publicação da Editora Universidade de Brasília.

### Editor

Marcus Mota

### Editor Convitado

Telmo Amand Ribeiro

### Conselho Editorial

Ana Maria Fernandes, Airton

Lugarinho de Lima Camara,

Emanuel Araújo, José Geraldo

de Sousa Júnior, Víctor Paes de

Barros Leonardi e Paulo César

Coelho Abrantes.

### Preparação de originais

#### e Revisão

Marcelo Américo

#### Edição de Arte

Walter Mota

#### Capa

Antônio Nogueira

#### Ilustrações

Paulo Andrade

Moacir Macedo

Eduardo Carrera

Fred Lobo

### Acompanhamento Gráfico

Antonio Batista Filho e

Elmano Rodrigues Pinheiro

### Preço

R\$ 6,63 (exemplar avulso)

R\$ 22,50 (assinatura: quatro números)

### Propaganda e publicidade

(061) 226-6874 Ramal: 31

Atendimento ao assinante

Vera Olga Hoffmann Khler

(061) 226-6874 Ramal: 32

### Endereço

Revista Humanidades

Editora Universidade

de Brasília

SCS Edifício OK, quadra 2,

n.º 78, 2.º andar,

70300-500 Brasília, DF

(061) 226-6874 Ramais 21 e

22, Fax: (061) 225-5611

### Impressão

Pax Gráfica e Editora

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores

Editora Universidade de

Brasília:

Alexandre Lima (Diretor)

Universidade de Brasília:

João Claudio Todorov (Reitor)

**Dinâmica espacial:  
um novo olhar sobre o  
urbano**

Aldo Paviani

Página 6

Para a geografia moderna,  
constata-se a preocupação de  
integrar o saber do  
espaço em  
questões mais  
abrangentes.

**Brasília: planejamento e paradoxos**

Antonio José - Cafu

A desordem na ocupação do solo em Brasília conduz ao debate  
entre aos agentes públicos e privados para o planejamento/gestão  
dos usos da terra na capital.

Página 17

**Imobilização e dispersão  
da força de trabalho**

Gustavo Lins Ribeiro

Página 24

As relações entre sistemas econômicos e formações sociais  
apontam para a formação do espaço na contemporaneidade,  
este como imagem das tensões e opções emergentes.



**A relação meio ambiente  
- meio urbano: do capital**

para o global

Marília Steinberger

É preciso ultrapassar a dicotomia entre  
cidade e meio ambiente para concentrar-  
se na idéia do urbano como entorno total

Página 32

HUMANIDADES-4

**Reflexões sobre o conceito de desenvolvimento**

Sonia Bloomfied Ramagen

Página 41

No conceito de desenvolvimento associam-se três formas de entendimento da natureza  
humana. O histórico do conceito aponta para realizações ideológicas bem concretas.

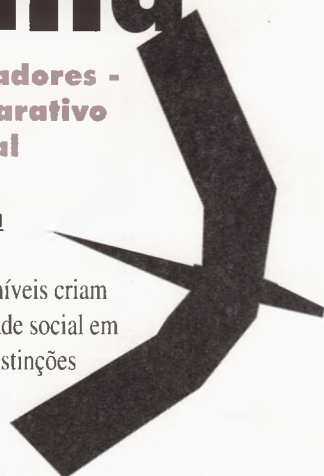
**Brasília**

**segundo seus moradores -  
Um estudo comparativo  
psicossocial**

Edson Alves de Sousa

As desigualdades em todos os níveis criam  
diversas situações de identidade social em  
Brasília, fazendo com que as distinções  
revelam espaços e valores  
subjativos conflitantes

Página 52



**A legislação ambiental  
e o uso do solo no Distrito Federal**

Neli Aparecida de Mello

Página 61

O crescimento urbano e o comprometimento ambiental já deflagrados  
em Brasília situam a cidade no rol de problemas  
de todas as grandes metrópoles.

**Vamos falar  
Esquizofrenês**

Francisco Martins

O processo criativo produtor da linguagem psicótica demonstra a lógica outra dos limites  
entre a realidade e a ficção para a qual a loucura se direciona.....Página 71

Justamente quando nos dizem que estamos na era global, afirmam-se condições para a definitiva emancipação da Geografia, cem anos depois da sua chegada à condição de Ciência.

As questões por tanto tempo levantadas dentro do próprio conhecimento geográfico - de falta de sistematização objeto únicos - passaram a ser respondidas.

Nunca, em um bom espaço de tempo, se venderam tantos livros de geógrafos fora da academia, assim como multiplicam-se as publicações mensais especializadas. Contratam-se cada vez mais geógrafos para as diversas formas de políticas de gestão urbana e territorial e no caso mais específico dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França, é notável a sua participação em projetos de renovação burguesa do espaço urbano nas grandes cidades, uma mercantilização do conhecimento do espaço para o controle de espaços mercantilizados.

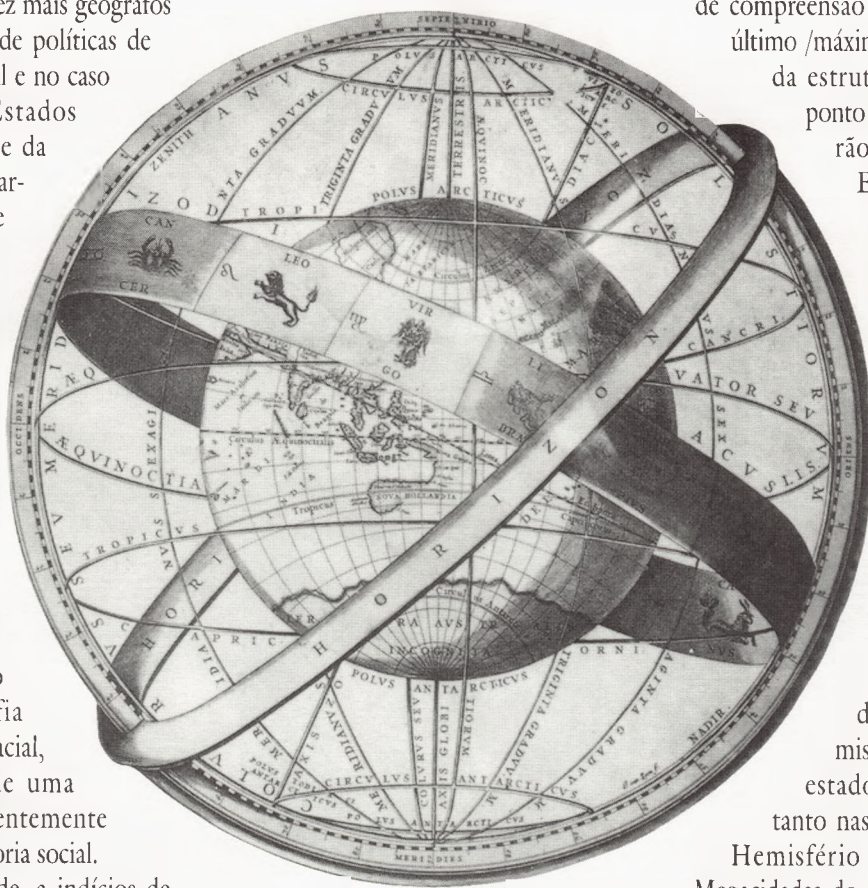
A reintensificação e a interdisciplinarização dos debates sobre o conceito de espaço e rompimento do monopólio da geografia sobre a investigação espacial, constitui, mais do que uma segregação, uma aparentemente integração do saber na teoria social.

Assistimos, na verdade, a indícios de uma dinâmica de transformação da Geografia, enquanto novos procedimentos epistemológicos, a uma tentativa de reinserção do conhecimento na sociedade, a partir de novas reflexões, de uma recuperação do discurso espacial, de um redimensionamento das possibilidades do e no espaço.

Tudo isso reflete uma urgente necessidade de entendimento do espaço que, como imagem ou abstração, vem adquirindo uma visualização no mínimo inédita nas condições contemporâneas de redefini-

ção de fronteiras e de produção do maior dos espaços, o próprio planeta. A dinâmica do espaço globalizado, único em várias instâncias, ao de articular as relações inter-urbanas e inter-regionais, expõe um significado efetivamente novo das variáveis. O impacto modificador das formas contemporâneas de acumulação capitalista já atingiu as políticas, sociais e econômicas, de qualquer Estado africano ou asiático.

Para os geógrafos, o cenário é realmente novo. Maior precaução deve haver



com os perigos da nomenclatura fácil, das lacunas teóricas e práticas dos conceitos de "Pós-Modernismo" e "Pós-Fordismo", aplicados aos processos de reestruturação produtiva do sistema capitalista.

Uma abordagem dos movimentos de transformação na sua totalidade mostramos um caráter eminentemente espacial das inovações. A imanência espacial da acumulação é clara dentro das qualidades de dispersão e mobilidade dos processos produtivos, assegurada por uma nova

dimensão da noção de distância, movimento e localização, que se fundem onde dois pontos se aproximam sem se mover.

A afirmação de um fluxo planetário cria, mais que um obscurecimento, uma "procura pelo local", ao desvelar as particularidades do encontro das inovações externas, como o solo. Se a "retomada do local" aparece na ascensão de movimentos de vizinhança e nas compartimentalizações e zoneamentos da intervenção pública (planos de gestão territorial) é porque urge a manutenção dos esforços teóricos de compreensão do espaço vivido como último /máximo receptor de impulsos da estrutura cambiante e como ponto de partida de redistribuição dessas novas energias.

Eis o local - sendo o ponto de encontro, onde se concretizam as tensões, onde elas se reproduzem vertical e horizontalmente; e, quando da sua exacerbação, surge a maior das localidades, a metrópole contemporânea, como o espaço privilegiado da desordem.

Passando ao largo das superestimações e alarmismos em seu discurso, o estado de desordem aparece tanto nas "Cidades Globais" do Hemisfério Norte, como nas Megacidades do mundo subdesenvolvido, gerando uma possibilidade incomum de ingovernabilidade que se aproxima nas próximas décadas. Estabelece-se, então, um outro canal de reafirmação do conhecimento geográfico, a retomada do seu viés transformador, de seu potencial crítico, de suas múltiplas contribuições para as "reformas permanentes" que se confirmam como necessárias.

**Telmo Amand Ribeiro**

Mestrando em Geografia na  
Universidade de Brasília  
e Editor convidado para este número.

# DINÂMICA ESPACIAL E UM Novo OLHAR SOBRE O URBANO<sup>1</sup>

Aldo Paviani<sup>2</sup>

Nova York (EUA)



<sup>1</sup> Com agradecimentos ao CNPq, à Capes e à FAP/DF pelo apoio dado às nossas pesquisas e às do NEUR.

<sup>2</sup> Professor titular do Departamento de Geografia e Diretor do Instituto de Ciências Humanas da UnB.

É corrente a idéia que se difundiu a respeito de uma geografia voltada para o conhecimento factual, com fortes conotações locacionais e farto uso da memória. Assim, nota-se, em setores não informados, uma percepção errônea de que a geografia se preocupa com posições de países quanto às respectivas localizações nos continentes, condições de desenvolvimento econômico, características quanto a “acidentes” geográficos (golfos, baías, montanhas, vulcões, rios, lagos, etc.), bem como capitais, cidades importantes, agricultura, parques industriais, etc. Tudo em nome de um “conhecimento” que havia sido importante na época colonial.

Todavia, a geografia mudou. As mudanças ocorridas no âmbito das teorias geográficas, das técnicas e das metodologias de trabalho elevaram o papel social da geografia. Por isso, está destinada a proporcionar o estudo e o entendimento da superfície da Terra (habitada ou não), suas transformações e as possibilidades que se abrem com a apropriação desse conhecimento. Dessa forma, a organização socioespacial de lugares, de áreas, de regiões, de zonas agrícolas ou de centros urbanos, conduziram a geografia a uma posição privilegiada entre as ciências humanas e ambientais. Algumas outras áreas de conhecimento subsidiaram o papel da geografia na esfera das ciências sociais.

Assim, apesar da idéia de serem genéricos os estudos geográficos, é importante destacar que um geógrafo pode especializar-se e ter conhecimentos mais aprofundados, por exemplo, nas atividades agrícolas

(geografia agrária), nos estudos urbanos (geografia urbana), nos aspectos demográficos (geografia da população), no desenvolvimento regional (geografia regional), nas questões de infra-estruturas como energia, transportes, do desenvolvimento industrial, etc. (geografia econômica). Nas ciências ambientais, um geógrafo procura especializar-se no estudo das formas do relevo (geomorfologia), da distribuição espacial dos seres vivos (geografia biológica), das condições meteorológicas e oscilações climáticas (meteorologia e climatologia) e dos ambientes hídricos (geografia das águas continentais), além de outras.

Há, todavia, que se destacar o papel das técnicas avançadas de registro, classificação e documentação dos dados geográficos, que servem igualmente para as análises das mais variadas ordens. Essas técnicas, hoje atualizadas e modernizadas, são a cartografia, a fotointerpretação, o sensoriamento remoto, que tem como base o tratamento digital das informações com uso intensivo de processadores eletrônicos, notadamente o computador e as estações gráficas.

Ora, a geografia de hoje deixou as velhas abordagens apenas descritivas para trás, dando um salto qualitativo. A *Revista Humanidades* enseja ótima oportunidade para um sobrevôo a respeito da evolução recente dessa área, enfocando suas tendências e perspectivas futuras.

Portanto, a pauta para essa contribuição se cinge a uma “notícia” epistemológica, dando conta da mudança técnica, teórica e metodológica de um campo de conhecimen-

to que se renovou, acompanhando o movimento geral das ciências humanas e ambientais.

## ALGUMAS POSSIBILIDADES DA MODERNA GEOGRAFIA

As indicações sobre as possibilidades de atuação de um geógrafo, ainda que indicadas parcialmente acima, podem ser enriquecidas com exemplificações de trabalhos concretos, já publicados. Dada a exigüidade de tempo, as indicações a serem feitas se restringem à nossa atuação, quase sempre se referindo ao espaço urbano do Distrito Federal, que tem sido o nosso “laboratório” para a experimentação das teorias correntes em geografia.

Todavia, recomendamos aos interessados que, para um aprofundamento teórico de temáticas de cunho geográfico, consultem autores consagrados, com reconhecimento internacional e cujas obras são referências obrigatórias. Entre esses, citamos Milton Santos, com importantes obras de geografia urbana e epistemologia da geografia;<sup>3</sup> Manuel Correia de Andrade, cujas contribuições à geografia regional dão destaque para a geografia agrária, para trabalhos sobre a região Nordeste e para a história da geografia;<sup>4</sup> Bertha K. Becker, especializada em geografia política e em geografia da Amazônia;<sup>5</sup> Ruy Moreira, com preocupações epistemológicas;<sup>6</sup> assim como Antônio Carlos Robert Moraes;<sup>7</sup> Roberto Lobato Corrêa, um epistemólogo da geografia, com trabalhos em geografia

3 Ver: O espaço dividido, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979, O espaço do cidadão, São Paulo, Ed. Nobel, 1987, A urbanização brasileira, São Paulo, Ed. Hucitec, 1993, Técnica, espaço, tempo, São Paulo, Ed. Hucitec, 1994, O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo, São Paulo, Ed. Hucitec, 1978, Metamorfoses do espaço habitado – São Paulo, São Paulo, Ed. Hucitec, 1988, algumas das mais importantes obras desse autor.

4 Como: A terra e o homem no Nordeste, São Paulo, Ed. Atlas, 1986, Espaço, polarização e desenvolvimento, São Paulo, Ed. Atlas, 1987, Geografia, ciência e sociedade, São Paulo, Ed. Atlas, 1987, Geopolítica do Brasil, São Paulo, Ed. Ática, 1989 e Uma geografia para o século XXI, Recife, Cepe, 1993, entre os mais importantes livros desse geógrafo.

5 Ver: Geopolítica da Amazônia, Rio de Janeiro, Zahar, 1982, Amazônia, São Paulo, Ática, 1990, Brasil, uma nova potência na economia-mundo, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1993, Tecnologia e gestão do território, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1988.

6 Foi organizador da obra: Geografia: teoria e crítica, Petrópolis, Ed. Vozes, 1982, e é autor de O que é geografia, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.

7 Ideologias geográficas, São Paulo, Ed. Hucitec, 1988, Geografia, pequena história crítica, São Paulo, Ed. Hucitec, 1981, Geografia crítica – a valorização do espaço, São Paulo, Ed. Hucitec, 1984, A gênese da geografia moderna, São Paulo, Ed. Hucitec/Edusp, 1989.

urbana regional;<sup>8</sup> Maria Adélia Aparecida de Souza, com importantes contribuições em geografia regional e em geografia urbana;<sup>9</sup> Armando Corrêa da Silva, preocupado com as questões do espaço e evolução da geografia;<sup>10</sup> Antônio Christofolletti, com trabalhos na área de geomorfologia, na de história da geografia e sobre questões ambientais.<sup>11</sup>

Essa relação de geógrafos com relevante produção não se esgota nesse elenco. Há uma importante contribuição contida em anais de congressos e em artigos de revistas, que aqui é escusado referir. Todavia, embora possamos cometer esquecimentos involuntários, recomendamos outros autores com obras específicas e que podem possibilitar um entendimento do escopo abrangente das ciências geográficas.<sup>12</sup>

## EXEMPLIFICAÇÃO DE PREOCUPAÇÕES ABRANGENTES

Serve esta oportunidade para um inventário na produção científica de geógrafos da UnB, onde podemos encontrar uma preocupação constante e pertinaz em que observamos o espaço e a forma pela qual a sociedade o constitui ao longo das duas últimas décadas.

A partir de 1969, ao ser formalizado o “Grupo Gerador” da geogra-

fia na Universidade de Brasília, as pesquisas se voltaram para o entendimento da organização socioespacial do Distrito Federal. A pesquisa de campo, com uma amostragem estratificada aleatória, foi realizada nas cidades-satélites. A pesquisa teve como objetivo amplo inventariar a mobilidade intra-urbana para o trabalho, para as compras e a procura de bens e serviços. Subsidiariamente, pesquisou-se a mobilidade espacial das correntes migratórias. Dessa pesquisa, uma série de artigos foram publicados e demarcaram uma importante etapa do trabalho teórico-prático dos geógrafos envolvidos.

Convém referir os objetivos e exemplificar conclusões a que se chegou, desejando, com isto, acentuar a importância da geografia e o papel social do geógrafo, talvez não reconhecido devidamente pela sociedade.

Em “As correntes migratórias para o Distrito Federal”, Ferreira e Paviani teorizaram sobre o comportamento e as possíveis trajetórias dos migrantes. A partir de um modelo, sintetizaram suas hipóteses e as testaram para a população amostrada nas cidades-satélites. Com o uso de técnicas de análise fatorial e de agrupamento, submetidas ao tratamento de computador, foram selecionados três subsistemas migratórios para o Distrito Federal (DF):

1º) – subsistema da migração, problema que seria o desloca-

mento que apresentaria passagem pelo interior de Goiás e/ou pela periferia do DF e/ou Anápolis, Goiânia ou vinda diretamente da origem (estado e cidade de nascimento), tendo os migrantes, no DF, status muito baixo;

2º) – subsistema da migração de massa com baixo status, constituído por fluxos migratórios importantes pela massa, tendo se deslocado de grande distância, apresentando passagem pelo interior do Nordeste e/ou cidades médias do Nordeste, com ocupação fortemente predominante na construção civil, no local de destino;

3º) – subsistema da migração de status mais elevado, com passagem por São Paulo e/ou Guanabara (que era estado, na época) e/ou Salvador e/ou Recife e/ou Belo Horizonte (...) com ocupação predominantemente de funcionários públicos no local de chegada, onde residem de cinco a nove anos, apresentando os maiores níveis de salários e de instrução encontrados na análise. Possui em comum, com o subsistema anterior, o fato de que os deslocamentos se processaram de grandes distâncias.<sup>13</sup>

Desse trabalho, uma série de conclusões foram extraídas a respeito das características dos migrantes e a res-

8 Possui obras da evolução de estudos urbanos no Brasil e livros-textos como *Rede e organização espacial*, de 1986, e *A rede urbana e O espaço urbano*, ambos da Ed. Ática, datados de 1989.

9 Ver sua tese de doutorado *São Paulo, ville/region – propositions methodologiques*, Universidade de Paris, 1975, *Governo urbano*, São Paulo, Ed. Nobel, 1988, *A identidade da metrópole*, São Paulo, Ed. Hucitec/Edusp, 1994, além de suas contribuições na *Coleção Espaços*, da Ed. Nobel.

10 Como: *O espaço fora do lugar*, São Paulo, Ed. Hucitec, 1980, e *De quem é o pedaço?*, São Paulo, Ed. Hucitec, 1986.

11 Por exemplo: *Análise de sistemas em geografia*, São Paulo, Hucitec/Edusp, 1979, e *Perspectivas da geografia*, São Paulo, Difel, 1982 (como organizador).

12 Entre muitos autores: Maurício de Almeida Abreu (org.) *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Secret. Mun. de Cultura, 1992; Ana Fani Alessandri Carlos, *Espaço e indústria*, São Paulo, Ed. Contexto/Edusp, 1988; Rosa Ester Rossini, com trabalhos em geografia da população, Amália Inês G. de Lemos, com pesquisas sobre periferias metropolitanas, Adyr Balestrieri Rodrigues, com contribuições na geografia do turismo, além de especialistas em geografia agrária, como: José Alexandre Felizola Diniz, Maria do Carmo Galvão, Antônio Olivio Ceron, Lúcia Helena Gerardi e outros. Há também importantes contribuições, no IBGE, de geógrafos como Fany Davidovich, Speridião Faissol, Pedro Pinchas Geiger, Orlando Valverde com trabalhos em geografia urbana, geografia regional e geografia agrária, além de muitos outros. Há também uma produção regional/estadual importante, como a dos geógrafos José Barzachiello Silva e Luiz Cruz (Ceará); Sylvio Bandeira de Mello e Barbara Christine N. Silva (Bahia), Jean Bittoun e Nilson Crocia Barros (Pernambuco), Dirce Suertegaray, Neiva Schäffer e Gervásio Neves (Rio Grande do Sul), Armen Mamigonian e Raquel Maria F. do A. Pereira (Santa Catarina), Lia Osório, Mariana Miranda e Jorge Xavier da Silva (Rio de Janeiro), Arlete Rodrigues, Odete Seabra e Manuel Manuel, Silvana Pintaui, Miguel Cezar Sanchez e muitos outros (São Paulo). Geraldo Magela e Oswaldo Amorim Filho (Minas Gerais) para referir alguns geógrafos ativos.

13 Ferreira, Ignez C. B. e Paviani, Aldo, “As correntes migratórias para o DF”, *R. Bras. Geog.* Rio de Janeiro, 35 (3): pp. 133-162, jul./set. 1973.

peito das idéias iniciais sobre os fluxos migratórios para o DF, que, na etapa pioneira, recebeu expressivos contingentes procedentes de todo o país, especialmente do Nordeste. Vale referir a conclusão, pois seu conteúdo revela algo que acabou acontecendo entre 1989 e 1994, quando da “distribuição de lotes”, pelo governador Roriz. Aventou-se, em 1973, que

*deve-se ressaltar que as medidas tomadas em qualquer ponto do sistema, constituindo-se em estímulos desencadeadores ou frenadores de fluxos migratórios, terão repercussão em todo o sistema. Dessa forma, considerando-se que os fluxos migratórios assumem importância no crescimento econômico e que podem ser alterados no tempo, deve-se atentar para o fato de que as medidas empreendidas no DF para resolver o problema local de crescimento migratório tenderão a repercutir no sistema das migrações internas do país (grifos nossos).<sup>14</sup>*

Essa conclusão, com uma antecipação de mais de vinte anos, sugeriu algo acontecido em 1994 e 1995, com Samambaia, Santa Maria, Recanto das Emas, Riacho Fundo e tantos outros “assentamentos semi-urbanizados”, capazes de realimentar as migrações para o DF. A propósito: a criação, pela Câmara Legislativa do DF, da “Cidade Estrutural” não estará, mais uma vez, ensejando correntes migratórias que, à falta de oportunidades em outras regiões do país, deslocam-se rapidamente para Brasília, pois se difunde que “estão doando lotes”?

Os geógrafos têm trabalhado com questões de planejamento urbano e regional. Foi com esse propósito que colaboraram com o I

Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília, organizado pelo Senado Federal (pelo então presidente da Comissão do DF no Senado, senador Cattete Pinheiro), em 1974. Nesse seminário, foram apresentados trabalhos a respeito da organização do espaço urbano das cidades-satélites, sobre os problemas de relacionamento de Brasília e sua região e uma síntese sobre as migrações para o DF. Os problemas, então levantados para as atividades de planejamento, se ligavam a aspectos da estruturação socioespacial como: a) concentração da população na periferia (do Plano Piloto de Brasília, o centro da cidade); b) alto grau de dependência dessa periferia com relação ao centro. Daí, os problemas para o planejamento urbano, entre outros, seriam:

1) **custos financeiros** – ligados à dispersão de recursos para implantação de infra-estrutura; gastos que aumentam o consumo per capita de combustível e de material rodante (...);

2) **custos sociais** – sobrecarga no orçamento dos assalariados com custos de transporte para o trabalho; decréscimo de número de horas livres, dado o tempo despendido pelos trabalhadores nos deslocamentos diários; agravamento dos dispêndios familiares com transportes, uma vez que a mobilidade também se verifica para a aquisição de bens e a procura de serviços.<sup>15</sup>

No bojo de um programa de capacitação docente, elaboramos uma tese de livre docência, em 1976, com cuidadoso levantamento das condições socioespaciais da cidade de Brasília (aqui sempre considerada

como sendo o Plano Piloto e o conjunto de cidades-satélites). Na época, avaliamos o desequipamento das cidades-satélites, no tocante a estabelecimentos e empregos. “As mais desequipadas são as mais distantes do centro, Planaltina e Brazlândia, ou as de criação mais recente, Guará e Ceilândia”. Por isso,

os deslocamentos para o trabalho, a partir das cidades-satélites, se fazem de forma preponderantemente em direção ao Plano Piloto, o que tenderá a se agravar se for mantido o atual modelo centralizador. Essa previsão se reforça pela sucessiva demanda por transportes coletivos ou mesmo por mais amplas vias de acesso ao centro.

Avaliamos, então, que *ainda não se encontram inteiramente definidas as mobilidades da população, pois são seguidamente alteradas pelas modificações introduzidas pelo governo no número, tamanho e localização dos lugares urbanos no DF. Em vista disso, percebemos Brasília como uma cidade polinucleada, sob o ponto de vista de seu arranjo espacial, e complexa, em termos de suas variáveis socioeconômicas, populacionais e, sobretudo, das inter-relações desses elementos.<sup>16</sup> (grifos nossos)*

Até fins da década de 1970, os trabalhos desses geógrafos tenderam a avaliar o grau de desenvolvimento de Brasília de forma pontualizada no território, com desequipamento das cidades-satélites. Como se perpetuou a condição de cidades-dormitórios para a periferia do Plano Piloto, ficou clara a dependência daquelas a este, agravando as condições de transporte, que sequer serão supera-

14 Idem, idem. p. 157. Ainda a respeito desse assunto ver: Paviani, Aldo e Barbosa, Ignez Costa. “Migração problema e crescimento urbano no DF”. Bol. Geog. Rio de Janeiro, 32 (235); 1973, pp. 5-15.

15 Paviani, Aldo e Ferreira, Ignez C. B. “Cidades-satélites: organização do espaço urbano no DF”. Em Senado Federal: I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos no DF – Estudos e Debates, Brasília, Senado Federal, 1974, pp. 41-50. Nesse mesmo volume ver: Diniz, José Alexandre F., Ferreira, Ignez C. B. e Paviani, Aldo. “Brasília e sua periferia: problemas de relacionamento”, pp. 169-177 e Ferreira, Ignez C. B. e Paviani, Aldo. “As correntes migratórias para o DF: aspectos socioeconômicos”, pp. 239-241.

16 Paviani, Aldo. Mobilidade intra-urbana e organização espacial: o caso de Brasília. Brasília, tese de livre-docência, UFMG, 1976, p. 167.

das com a pretendida, cara e demorada implantação do trem metropolitano. Em 1976, já propugnávamos que

equipando-se as cidades-satélites, elas teriam maior poder de retenção de sua respectiva população. Uma vez que o Plano Piloto é, de longe, a localidade mais bem equipada, vale destacar Taguatinga e Núcleo Bandeirante como oportunidades intervenientes. Essas localidades possuem atrativos para as populações de núcleos próximos (indicávamos, respectivamente, Ceilândia e Guará), principalmente no que se refere ao comércio atacadista e varejista, sendo também importantes as feiras semanais que nelas se realizam.<sup>17</sup>

Tanto nos trabalhos referentes às correntes migratórias, quanto nos da organização do espaço urbano, é digna de nota a preocupação dos geógrafos com um quadro previsível de agravamento das condições socioespaciais. De um lado, os geógrafos anteciparam que a continuada disseminação de “cidades-satélites” agravaria os transportes, já que, continuamente, a implantação de novos assentamentos se faz sem a preocupação de que, neles, também haja equipamento básico e, sobretudo, oportunidades de trabalho. Essa atitude, de sucessivas gestões governamentais, são repetitivas e agravam, ao invés de solucionar, os graves problemas de organização da cidade. Daí soluções emergenciais como a da construção do metrô, interrompida ainda no governo Roriz (1990-1994), após custosa implantação dos primeiros trechos, que exauriu o orçamento e inviabilizou a conclusão da obra na data prevista (21 de abril de 1994, um ano de eleições majoritárias).

A falta de um planejamento glo-

balizado para Brasília, ao menos até 1994, não só permite que se constate a improvisação de medidas recentes como a do trem metropolitano, como os diversos assentamentos “semi-urbanizados” e, logicamente, a já referida e desastrosa fixação da favela do “lixão”, eufemisticamente denominada “Cidade Estrutural”.

## AVALIAÇÕES CRÍTICAS RECENTES: ANOS 80

De um passado descritivo, passando por metodologias neopositivistas, os geógrafos assumiram uma geografia crítica capaz de desvendar as contradições aparentes e efetivas no espaço a partir das ações da sociedade. Essas ações, por vezes, geraram crises e ensejaram a percepção dos conflitos, latentes ou não no espaço urbano. Mais uma vez, a exemplificação empírica de Brasília (como poderia ser de qualquer das grandes cidades brasileiras), permite avaliar o trabalho desse profissional do espaço socialmente constituído.

Nos anos da década de 1980, Brasília se incluía entre as dez maiores cidades brasileiras, já assumindo feições de metrópole, por nós então definida como “metrópole terciária”. Essa nova hierarquia atribuída à cidade que, inicialmente, fora prevista para ser apenas a capital brasileira, requereu dos geógrafos uma visão abrangente do processo, incluindo o espaço urbano que se estruturava para além dos limites do DF, sob impulso de Brasília. Assim, Ferreira, ao avaliar a produção do espaço metropolitano, considerou Brasília como “a expressão espacial concreta do próprio processo de urbanização do Brasil atual”, (...) com “novas relações que a partir dela vão se desencadear”. Adianta, ainda que “a cidade já tem delineada a sua área

metropolitana, à semelhança das demais metrópoles brasileiras”. (...)

Brasília hoje não pode ser considerada apenas como o Plano Piloto de Lúcio Costa, como era nos anos cinquenta. Tampouco pode ser apenas a cidade com seus núcleos periféricos dispersos, dos anos sessenta. Ela é agora a metrópole que envolve além desses espaços os municípios vizinhos do DF. O espaço metropolitano criado (ou destinado) vai interagir com as novas fases do processo de urbanização brasileiro e não pode ser ignorado nas políticas urbanas, seja a nível local, regional ou nacional.<sup>18</sup>

Nessa linha, consideramos que

a cidade se consolidou e se expande absorvendo quase todas as características das demais metrópoles brasileiras. (...) Acrescente-se que o conjunto urbano formado no DF não teve a demarcá-lo apenas o volume populacional, mas também a rapidez do crescimento e um processo que se presumiu, inicialmente, ser passível de planejamento. Assim, a cidade se inclui entre as grandes cidades brasileiras, em termos de contingente populacional e complexidade funcional, assemelha-se a elas nos aspectos de urbanização, mas difere quanto ao povoamento polinucleado, com ocupação dispersa, e quanto à dinâmica e peso da intervenção do Estado nesse mesmo processo.

Consideramos, ainda, algumas “tendências” e perspectivas futuras para Brasília:

Suas credenciais para esta hierarquia urbana (a de metrópole)

17 Idem, idem, p. 179.

18 Ferreira, Ignez C. B. “O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília”. Em Paviani, Aldo (org.). Brasília, ideologia e realidade. São Paulo, Ed. Projeto/CNPq., 1985, pp. 43-56.

estão patentes em: a) um importante contingente populacional, o que a coloca entre as dez maiores cidades brasileiras; b) complexidade funcional, que vem se alterando lentamente em termos da composição dos ramos de atividades. Embora não possua indústrias, sua diversificação, diferenciação e especialização, em termos do terciário, a fazem divergir das demais metrópoles que contam também com o setor secundário desenvolvido; c) integração de municípios vizinhos, sobretudo no estado de Goiás.

Como tendências, arrolamos:

a consolidação de um modelo polinucleado de povoamento (...); concentração de população em área, isto é, na periferia (...); aumento das densidades demográficas nas cidades-satélites (...); agravamento das desigualdades internas, em termos econômicos e sociais, em razão da persistência de padrões locais de empresas, oferta de empregos, órgãos públicos, etc., nitidamente centralizados no Plano Piloto. (...)

Tendência para que a seletividade econômica funcione como força de empurrão, com o surgimento de uma nova onda de povoamento caracteristicamente urbano em áreas antes destinadas à agricultura, na periferia do DF; tendência (...) de se agravar o processo de elitização do Plano Piloto; terciarização do Plano Piloto ou tendência a um crescimento exagerado das atividades terciárias; desaquecimento da oferta de trabalho na construção civil; fruto da crise política e econômica (...) nota-se uma lenta implementação de ambiciosos planos para se alterar o arranjo urbano da capital (travava-se do PEOT, de 1977, não implementado); sob o ponto de vista da organização espacial,

anota-se uma subida da importância regional das funções de Brasília.

Para fechar o trabalho de 1985, propugnávamos

uma nova filosofia para a cidade, na qual se procuraria reduzir o contingente de desempregados e subempregados, estimulando soluções que a própria cidade acabaria por encontrar visando sair da crise. (...) Um novo leque de alternativas, logicamente, deveria se ligar à demanda do mercado local e regional, bem assim às próprias iniciativas do empresário que teria, aqui, facilidades iniciais em termos de infra-estrutura básica e um contingente não desprezível de pessoas com suficiente escolaridade e iniciativa para impulsionar pequenos e médios projetos privados.<sup>19</sup>

A constatação de que Brasília se expandia para além dos limites do DF impulsionou alguns geógrafos a se preocuparem com o chamado "Entorno". Dessa forma, em 1987, já se contava com alguns trabalhos realizados no município de Luziânia, onde a iniciativa privada havia pontualizado uma série de empreendimentos, com a venda de lotes, em alguns casos, e/ou a construção de conjuntos habitacionais em outros. Assim, nos conjuntos habitacionais de Cidade Ocidental, Valparaíso, Novo Gama e outros e em "loteamentos abertos" como Parque Estrela D'Alva VI (mais conhecido como "Pedregal"), Céu Azul, Morada Nobre, etc., foram coletadas informações para o entendimento do processo de periferação ao sul do DF.

As ações do Estado e de empresas foram analisadas por Bertone na periferia goiana, tendo estudado o comércio varejista no Novo Gama, Pedregal e Cidade Ocidental. Nessas localidades, constatou

a proveniência de 65% dos comerciantes hoje (1983) instalados na periferia estiveram anteriormente no DF (44,5% no Plano Piloto e 21% em outro lugar do DF). Manifestação esta, pelo menos aparente, da ingerência e influência dos mecanismos de segregação socioespaciais.

Para concluir, uma série de proposições animam Bertone a dar uma excelente contribuição, como geógrafa, ao desenvolvimento das localidades estudadas.

Salienta

algumas alternativas passíveis de melhorar seu desempenho: — considerar as atividades comerciais e de serviços na periferia (...) como prioritárias para a atuação de uma política de reforço de suas condições atuais de funcionamento, a fim de dinamizar sua participação na área onde atuam; — favorecer uma consciência a nível municipal, a fim de criar uma atitude na sua administração mais de incentivo, do que repressiva e discriminativa, em relação às micro e pequenas empresas comerciais e de serviços, quando da penetração em seu território dos grandes capitais comerciais; — atender as questões principais consideradas problemas por esta população (...) as melhorias das precaríssimas condições de infra-estrutura (...) e serviços públicos que causam constrangimentos às suas atividades nestes núcleos; — abertura de uma entidade que favoreça uma política de crédito, a juros baixos, preferenciais para formação de estoques ou melhorias na estrutura de funcionamento destas atividades na periferia; — submeter o sistema Cobal, ou seja, o poder de compra do Estado, naqueles produtos em que as necessidades e os interesses dos microempresários da peri-

feria sejam o de melhorar as suas condições de oferta; — submeter a alguma forma de controle, isto é, não favorecer as expansões do grande capital comercial, estatal ou não, nestas áreas onde a oferta de bens e serviços esteja suprida por essas pequenas empresas familiares; — integrar os núcleos a um circuito de produção municipal, reforçando os vínculos do centro urbano de Luziânia com esta periferia, a fim de que exerça um papel de incentivo às condições de melhorar sua forma de produção nos vários setores de atividades do município, bem como destas atividades terciárias, ajustadas à sua escala local.<sup>20</sup>

Ainda com relação à periferia merecem destaque dois trabalhos de geógrafas: Oliveira, analisando os conflitos e contradições entre centro e periferia; Ferreira, pesquisando as relações do rural e do urbano na periferia. Ambas contribuem para o entendimento do processo de formação da periferia do DF, sendo belos exemplos de trabalho de geógrafo para o desenvolvimento regional e urbano.

Oliveira, ao percorrer as etapas de formação de periferia, descreve a problemática que enseja a teoria do “valor de uso e o valor de troca” das terras em Luziânia. Nesse município, já na década de 1950, antigas fazendas viraram loteamentos. Cita o exemplo de que, em 1956,

com o loteamento de terras particulares, Luziânia contava com 14.724 lotes para comercialização; em 1960, com 100 mil, e, em 1975, com mais de 220 mil. (...). Alguns loteamentos eram imensos: em 1956, por exemplo, apenas três deles puseram à venda 14.715 lotes; em 1960, 47 loteamentos produziram 64.037 lotes;

a fazenda Saia Velha originou cerca de 40 diferentes loteamentos e 45 mil lotes. (...)

Ao concluir sua investigação, permeada de considerações teóricas e exemplificações empíricas, Oliveira, considera que

o mercado imobiliário emerge, então, não como simples mecanismo de oferta e procura por terra, mas como relação social que permite ao capital e às suas classes o domínio concreto do espaço, sendo induzido para atingir este objetivo. Assim, as formas que adquire, as práticas que o fazem funcionar e o espaço que produziu geram um efeito de contradição que se projeta para o futuro, reforçando as áreas centrais e debilitando as outras.<sup>21</sup>

“Do rural ao urbano na periferia do DF”, é o trabalho de Ferreira ao analisar o campo e a cidade no processo de mudança com a implantação de Brasília no Centro-Oeste. Essa geógrafa embasa sua pesquisa na visão teórica mais ampla, no que diz respeito às mudanças da agricultura capitalista no Brasil. Antes de avaliar a urbanização e a periferação, a autora considera algumas transformações importantes que ocorreram no município de Formosa, quais sejam: a contínua ampliação da área produtiva e concentração de terras, quando a área total sofreu um acréscimo de 30%, mas com redução do número de propriedades em termos de total, o que indica concentração de terras nas mãos de um número menor de proprietários; analisou ainda a mobilidade da força de trabalho e esvaziamento do campo:

o trabalhador rural, nas condi-

ções em que se dá o assalariamento, de forma não fixa de emprego e de ocupação (diaristas, empreiteiros, volantes), tem que se deslocar para outras áreas onde a fronteira aberta pela grande lavoura comercial vai absorvê-lo sazonalmente. A ausência de lavouras permanentes é um agravante para a geração de empregos nessa condição. Acresce-se a isso a especulação imobiliária, principalmente em se tratando de periferia de grande cidade. A terra como reserva de valor, sem produzir, não gera empregos.

Mais adiante, Ferreira considera que

proletariado na cidade esse trabalhador rural encontra trabalho no campo somente sazonalmente ou esporadicamente na periferia do DF, (...) a proximidade do aglomerado urbano de Brasília é fator de permanência desses migrantes e até de atração de outros, a nível nacional. Nessas cidades periféricas eles ficam à espera do trabalho ocasional, ou do subemprego em Brasília, na construção civil ou na prestação de serviços. A cidade local, como é o caso de Formosa, se suburbaniza, crescendo a população, mas muito pouco as atividades produtivas.<sup>22</sup>

A década de 1980 se encerra com uma coletânea em que reunimos diversas contribuições nossas em eventos científicos. Para indicarmos as diversas formas de atuação de um geógrafo urbano, incluindo-se aquelas ligadas ao planejamento, apenas citaremos alguns dos tópicos abordados: “Processo de periferação e probreza urbana”, “Terra urbana para especular”, “Metropolização – rumo

20 Bertone, Leonor F. “O Estado e a urbanização do Distrito Federal”. Em Paviani, Aldo (org.) Urbanização e metropolização. Brasília, Editora Universidade de Brasília/Codeplan, 1987, pp. 51-71.

21 Oliveira, Marília P. de. “Contradição e conflitos no espaço de classes: centro versus periferia”. Em Paviani, Aldo (org.) Urbanização e metropolização, op. cit., pp. 125-144.

22 Ferreira, Ignez C. B. “Do rural ao urbano na periferia do DF”. Em Paviani, Aldo (org.) Urbanização e metropolização, op. cit., pp. 145-162.

à periferia”, “Brasília – as duas faces da capital”, “Questões a respeito do planejamento urbano em Brasília” e “O ‘Projeto Águas Claras’: planejamento desperdiçado”. Sobre este último aspecto, o do planejamento de Águas Claras, é importante depor que se tratou de um trabalho inter e multidisciplinar onde diversos geógrafos (da área humana e da ambiental) deram efetiva colaboração. O projeto foi solicitado pelo governo do DF (governo Ornellas) visando a descentralização do congestionado centro de Taguatinga. Essa ênfase é dada em razão de que, apesar de o PEOT ter estipulado esse fim para a Área Complementar nº 1, como então se denominou Águas Claras, todo o trabalho se perdeu na administração José Aparecido e na de Joaquim Roriz. A descentralização das atividades terciárias, dos serviços e de certos equipamentos sociais de Taguatinga não se efetivou, sendo, por isto, um “planejamento desperdiçado”, embora tenha sido um excelente momento de diálogo entre arquitetos, geógrafos físicos, geógrafos urbanos, urbanistas e engenheiros.<sup>23</sup>

Apenas para registro, referimos a experiência de Águas Claras para demonstrar que a geografia pode colaborar com a melhoria das condições de vida de um núcleo existente ou na de um a ser implantado. Dessa forma, contribuímos, nessa atividade, com a descrição da área e da importância e necessidade de se implantar o projeto; fornecemos o quadro e distribuição das atividades em âmbito urbano e regional; realizamos um diagnóstico para o estabelecimento de atividades futuras em Águas Claras e avaliamos seu papel no contexto local e metropolitano, com base em dados como os da significância das atividades existentes e nos da distribuição da população e renda do DF.<sup>24</sup>

## A METRÓPOLE DA PRESENTE DÉCADA

Na década de 1990, como nas precedentes, voltamos a debater Brasília, reunindo pesquisadores para o registro de sua produção científica. Como nas coletâneas anteriores, participaram urbanistas, sociólogos, antropólogos, geógrafos e arquitetos. Assim, em 1991, foi editada a coletânea *Conquista da cidade*, de onde iremos sumariar a contribuição dos militantes da geografia, como exemplificação do papel social desse profissional.

A obra em apreço agasalhou dois conjuntos de contribuições: os que se engajaram na “organização do espaço” urbano e os dos “movimentos populares” em Brasília. Os geógrafos contribuíram no primeiro conjunto, com ênfase nas questões ligadas à periferação e à segregação socioespacial. Com um estudo a respeito da “segregação planejada”, Campos analisa a evolução espacial de Brasília, “dividindo-a em quatro momentos distintos, procurando distinguir, em termos de estrutura residencial, como as diferentes formas de promoção da habitação e de ocupação do solo contribuem na produção e reprodução da segregação residencial”. Campos descreve a fase inicial da capital, passando pela da “crise”, acontecida “após a euforia do período de construção da cidade” e pelo período em que “Brasília (finalmente é) cidade”, por volta de 1971 e desembocando no período mais recente ou da “Capital do capital incorporador”. Tendo como vetor para a segregação socioespacial a habitação, Campos considera que “a atuação dos diversos submercados imobiliários gerou e gera conflitos

sociais ao longo da formação da cidade”, compreendendo

que ao longo do aguçamento deste processo de segregação social, neste estudo relacionado mais de perto à moradia e a todos os elementos a ela articulados, construiu-se (e constrói-se) uma história de resistência e de não-aceitação dessa lógica perversa imposta às camadas empobrecidas da sociedade, fato que irá constituir, ao longo do processo de formação do espaço urbano da cidade, a história de suas lutas sociais.<sup>25</sup>

Nessa coletânea, contribuímos com um trabalho em que demonstramos a “construção injusta do espaço urbano” em Brasília. Teorizamos a respeito da magnitude dos problemas urbanos, onde se destacam os ligados às “lacunas de trabalho”, desemprego, subemprego e os ligados à habitação. A moradia, de forma rotineira e repetitiva para os assalariados e empobrecidos, recebe o mesmo tratamento e o mesmo rumo — a periferia. Comprova-se isso com Taguatinga, em 1958, com Ceilândia, em 1971 e com Samambaia, em 1989. Tanto em governos militares como nos da órbita civil, a solução de abrir novos espaços urbanos se repete nos conceitos básicos de “assentamento”, que passa a ser denominado de “cidade-satélite”, sem que, sob o ponto de vista geográfico, o sejam na realidade. Na contribuição em pauta tratamos “do teórico ao empírico: a urbanização em Brasília”, onde se comprova a síndrome da alocação de espaço físico (a que alguns, afoitamente, passaram a denominar de “planejamento urbano”); indicamos como se deu o “espaço para Taguatinga: a ‘satélite’ pioneira”,

23 Ver Paviani, Aldo. Brasília, metrópole em crise – ensaios sobre urbanização. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1989.

24 Extraído do texto “O ‘Projeto Águas Claras’: planejamento desperdiçado”. Em Paviani, Aldo. Brasília, metrópole em crise. op. cit., pp. 73-98.

25 Campos, Neio. “A segregação planejada”. Em Paviani, Aldo (org.) A conquista da cidade. Movimentos populares em Brasília. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1991, pp. 97-113.

com sua epopéia e a dos construtores dos primórdios da capital; sumariamos idêntico procedimento com “o assentamento de Ceilândia: 82 mil ‘erradicados’”, que formaram a maior localidade do DF, hoje, mas que não dispõe de atividades geradoras de trabalho compatível com o contingente que nela habita, e avaliamos as ações governamentais repetitivas com “o povoamento de Samambaia”, que, em meia dúzia de anos, passou de zero a 150 mil habitantes, numa ocupação linear do território, assemelhada aos demais assentamentos. Com base em dados estatísticos, estudamos “o mercado de trabalho”, pois, com exceção do Plano Piloto, em menor grau Taguatinga e Núcleo Bandeirante, as demais “cidades-satélites” não oferecem oportunidades de trabalho em número e qualidade para tornar os núcleos assentados verdadeiras satélites (como são exemplos as cidades da periferia da capital paulista). Concluímos o artigo com a avaliação de que

não nos parecem incompatíveis as ações que visam preservar o Plano Piloto, por ser a sede dos poderes da República, com as que procuram desentranhar de certos segmentos hegemônicos a tendência de perpetuar a segregação socioeconômica (e espacial). Afinal, três quartos da cidade estão na periferia e não devem ser vistos apenas como produtores/consumidores, mas como cidadãos capazes de enormes esforços para a construção de um espaço urbano mais justo, onde todos tenham direito por igual aos bens e serviços socialmente produzidos.<sup>26</sup>

## O GEÓGRAFO E O PLANEJAMENTO URBANO, DO ENSINO E DO AMBIENTE

De longa data, no exterior e no Brasil, os geógrafos têm contribuído com equipes de planejamento urbano,<sup>27</sup> onde ofereceram e ainda oferecem efetiva contribuição. Dessa forma, para não alongar o presente depoimento, arrolamos alguns trabalhos que realizamos nessa direção. O objetivo se restringe ao escopo de reforçar mais esse instrumento profissional, que se abre como possibilidade para o exercício das atividades para os que adotaram a geografia como área de trabalho.

Em 1978, por ocasião do congresso de geógrafos realizado em Fortaleza, contribuímos para o debate a respeito da geografia urbana e planejamento,<sup>28</sup> salientando “as escalas de abordagem”, “sistema urbano e necessidade de planejamento”, “o caráter cíclico do processo de planejamento” e “a adoção de um sistema de planejamento”, salientando o aspecto irreversível de políticas públicas, o que reforça a necessidade e a importância da atividade planejadora em nossas cidades, onde, por certo, cabe papel de destaque aos geógrafos humanos, aos ligados ao ambiente e aos que se dedicam às técnicas de mapeamento, sensoriamento remoto e monitoramento do território.

Mas, saindo do âmbito urbano, é interessante indicar outras preocupações que movem nosso trabalho acadêmico. O ensino é uma delas e foi objeto de um trabalho apresentado no I Encontro de Geógrafos da América Latina, em 1987, quando levantamos os problemas do “ensino

da geografia: o passado recente”, “condicionantes do ensino nas escolas”, “condicionante no ensino universitário”, enfatizando a necessidade de se procurar soluções que não sejam as pontuais “reformas curriculares”, às vezes meras trocas de denominações de algumas disciplinas, mas que passem pela capacitação docente e

alocação de recursos para a ampliação e atualização do acervo bibliográfico (...), recursos para trabalho de campo e para a pesquisa, entrosamento entre os programas e disciplinas, recursos materiais e para equipamento de laboratórios, além de se indicar um maior entrosamento entre a geografia que se ensina e a sociedade que repassa recursos sob a forma de impostos para a educação.<sup>29</sup>

Uma outra contribuição ligada ao ensino foi dada com um raciocínio geográfico a respeito do “desperdício” que se pode “mapear” em diversos ambientes. Avaliamos os diversos desperdícios do passado, nos denominados “ciclos econômicos” do período colonial, que devastaram recursos naturais para abastecer mercados europeus. Analisamos o “malbaratamento de recursos no presente”, com o desenvolvimento do modelo “agroindustrial de extração/exportação” que dilapida diversos ambientes por meio dos denominados “grandes projetos” agrários, mineradores e de produção de energia (desmatamento, afogamento de vales e várzeas férteis por hidroelétricas), entre outros, quando ocorre erosão e exaustão de terras, entulhamento de rios, desflorestamento e extinção de espécies animais e vegetais, além de uso de agrotóxicos

26 Paviani, Aldo. “A construção injusta do espaço urbano”. Em Paviani, Aldo (org.). A conquista da cidade, op. cit., pp. 115-142.

27 Temos avaliado que o planejamento urbano é tarefa coletiva, motivo pelo qual não se pode aceitar a figura do “planejador”. O planejamento resulta de “saberes socializados”, onde há planejadores, não o especialista individualizado.

28 Paviani, Aldo. “Algumas tendências da abordagem geográfica no estudo de cidades”. Bol. Geog. Teor., Rio Claro, 8 (16): pp. 7-23, 1978.

29 Paviani, Aldo. “O ensino de graduação em geografia no Brasil”. Bol. Geog. Teor., Rio Claro, 16-17 (31-34): 42-51, 1986-1987.

danosos à saúde dos trabalhadores rurais. Nesse campo, ainda por explorar, há um vasto campo profissional para os geógrafos, tal como se sugere à guisa de conclusão com o tópico “do cotidiano de 1988 para o século XXI”, quando se faz um alerta para a preservação do patrimônio humano (a vida dos homens do campo) e a procura de soluções visando a conservação do patrimônio natural.<sup>30</sup>

## PRÓXIMOS AO NOVO SÉCULO: O GEÓGRAFO E AS QUESTÕES SOCIAIS

Enquanto as metrópoles se agigram, as problemáticas urbanas são avassaladoras, sobretudo para os “sem teto”, para os desempregados, para os analfabetos e para os periféricos em geral.<sup>31</sup>

Na mesma linha dos inventários anteriores, o que os geógrafos têm produzido em termos de análise da realidade e prospecções visando a orientação de políticas públicas, planos e programas capazes de encaminhar soluções para alguns dos muitos problemas urbanos? Quais são as avaliações mais criteriosas, com acuidade para detectar os problemas reais com possibilidades de viabilização?

Em primeiro lugar, um “filão” de pesquisas se abre na área ambiental, sobretudo na detecção de impactos (reais ou virtuais). Como indicamos acima, há instrumentos de sensoriamento remoto capazes de possibilitar antecipação de ações impactantes. Os grandes projetos, de modo geral, são causadores de impactos ao

ambiente (aqui entendido o meio urbano e o rural). Vejam-se os grandes projetos hidrelétricos que, ao mesmo tempo, “afogam” cidades nas bacias de acumulação e vales férteis, antes destinados à agricultura. Com esses projetos, tanto se desalojam pessoas de vilas, povoados e cidades, quanto se inundam terras, expulsando agricultores (que começam a se organizar contra as barragens). Há também os projetos mineradores, extremamente impactantes quando desnudam a terra da cobertura vegetal, deixando crateras após a extração mineral, ou provocam o atulhamento de rios por meio de erosões ou quando não são tomadas as devidas cautelas com os resíduos que fluem para os cursos d’água. Os projetos agropecuários devem ser também objetos de estudos, pois substituem as matas por pastos, não atentando para o fato de que os desequilíbrios ambientais podem causar danos à flora e à fauna originais. Ademais, com os grandes projetos se atingem organizações socioambientais (urbanas e rurais) consolidadas, por vezes, ao longo de processos seculares, sobretudo quando os grandes projetos possuem ligações externas. Nos grandes projetos com gestão externa, advertimos que

considera-se a gestão externa variável independente para as regiões, resultando as ações da mesma em impactos nos territórios dependentes. Sucessivas iniciativas de agentes externos abrem os territórios à dilapidação e exaustão, sobretudo de recursos não renováveis ou de renovação demorada.<sup>32</sup>

Ainda na área das preocupações

com o processo de urbanização/metropolização, temos realizado pesquisas que resultam em contribuições a eventos científicos, nos quais apresentamos os seguintes trabalhos: “Gestão metropolitana: intervenções técnicas e desafios da escala local”, onde destacamos o papel importante do planejamento, distinguindo o que se realiza sob formato compreensivo (globalizante e integrado) ou de forma *incremental* (fragmentado e pontualizado),<sup>33</sup> com teorizações e reflexões sobre a prática política e as formas de gestão do território por parte dos agentes do Estado. Recentemente, uma outra contribuição à problemática urbana, enfocando o caso de Brasília, foi debatida em encontro multidisciplinar, sob o título “Os diversos mapas de uma ‘cidade nova’”. Nota preliminar,<sup>34</sup> no qual algumas “imagens” ou configurações urbanas, materializadas por alguns agentes da urbanização, são avaliadas a partir de documentos e depoimentos explicitados ao longo da história da consolidação da capital federal. Esses mapas idealizados para Brasília quase sempre não redundaram em realidades concretas, ou dito de outra forma, o “espaço mental” imaginado não se materializou no território ao longo do tempo.

Finalmente, cabe destacar as contribuições de geógrafos para a *Coleção Brasília* (da Editora Universidade de Brasília). Ignez C. B. Ferreira e Nelba A. Penna apresentam nessa coletânea o trabalho “Brasília: novos rumos para a periferia”, no qual apontam alternativas de desenvolvimento em escala local, a partir das potencialidades que cada localidade apresenta e que pode ser dinamizada. É trabalho resultante de projeto de pesquisa com hipóteses e

30 Paviani, Aldo. “Geografia do desperdício – impactos sobre o meio rural”. Rev. Geogr., São Paulo, 8/9: 1-10, 1989-1990.

31 O termo se aplica a todo cidadão sem acessos (ao trabalho, ao consumo, etc.), podendo estar numa periferia geográfica ou em condições de inaccessibilidade social (mesmo estando fisicamente localizado em pleno centro de uma cidade). Periferização, portanto, é exclusão ou apartação socioespacial.

32 Sobre o assunto ver Paviani, Aldo. “Impactos de grandes projetos e a gestão externa do território”. Em Anais do III Encontro Nacional da Anpur, vol. 2, Águas de São Pedro, maio de 1989, pp. 80-87.

33 Apresentado no Seminário Nacional Planejamento Urbano e Regional – Novos Horizontes, realizado na Universidade de Brasília, pela Anpur, entre 16 e 18 de junho de 1993.

34 Ver Anais do VI Encontro Nacional da Anpur, realizado em Brasília, nos dias 22 a 26 de maio de 1995.

teorização a respeito das alternativas para o desenvolvimento e aplicado sobre a realidade concreta. É um exemplo do que pode ser pensado para a periferia pobre do DF, que pode ser integrada à economia e à produção, a partir da redefinição das funcionalidades em âmbito local.<sup>35</sup> De nossa parte, contribuímos nessa coletânea com o trabalho “A realidade da metrópole: mudança ou transformação na cidade?”, onde teorizamos sobre o que se mantém, o que sofre modificações e o que se transforma na capital. A preocupação básica é com o futuro da metrópole:

aumentam-se algumas medidas para alterar o ritmo e a direção da atual estruturação do espaço metropolitano, que inclui, necessariamente, a implantação de um efetivo planejamento compreensivo, com referencial globalizado de atuação, que evite o alargamento da apartação socioespacial em curso.

Logicamente, remetemos os interessados a essa coletânea, pois, sendo inter e multidisciplinar possui contribuições de variado conteúdo e possibilita amplo entendimento dos processos subjacentes à urbanização/metropolização em nosso contexto.

## À GUISA DE CONCLUSÃO

Do exposto, esperamos ter dado uma visão abrangente: a) da mudança ocorrida no campo da geografia e b) de como os geógrafos, num amplo leque de atuações, têm se ocupado de forma útil com o conhecimento da realidade, por meio de uma postura crítica e acentuatamente construtiva. Falta avançar ainda mais, sobretudo se pudermos contar com a compreensão e o apoio da sociedade. Apoio que se traduza em

melhores condições de trabalho nas atividades de a) formação de novos quadros para o magistério, renovado conceitual, técnica e teoricamente (as crianças e os jovens ficarão agradecidos no futuro, quando não terão mais que enfrentar uma disciplina maçante e, por isto, enfadonha) e b) atuação profissional em organismos públicos ou em empresas privadas. O geógrafo professor e o técnico/profissional terão melhores respostas para os desafios a enfrentar nas amplas demandas do meio urbano e do ambiente rural.

Pensamos, todavia, que cada geógrafo deve capacitar-se (na universidade e fora dela) para atender os seguintes pré-requisitos para uma eficiente e eficaz atuação na sua esfera de atuação profissional:

a) *atualização teórico-metodológica*. O moderno geógrafo, a partir de agora, deverá estar em dia com os avanços da área, em termos conceituais, metodológicos e teóricos. Estar atualizado significará compreender o mundo e o lugar. Ter entendimento da realidade próxima e remota, dando assim sua contribuição para a mudança e melhoria das condições socioambientais de seu meio e de espaços mais abrangentes;

b) *capacidade técnica*. Como referido anteriormente, há necessidade de o geógrafo estar atualizado com os instrumentos técnicos que estão à sua disposição para um bom desempenho profissional. As modernas técnicas de sensoriamento remoto, de detecção, de arquivos de dados e de informações, de tratamento dos dados (sobretudo com o uso da informática), da troca de pareceres, opiniões e idéias em rede (por exemplo, via Internet), etc. Há novas técnicas, muito desenvolvidas pelos que tratam dos sistemas de informações geográficas (SIGs) no sentido de dar tratamento visual dos dados em estações gráficas informatizadas.

c) *conduta profissional ética*. A

ética na geografia não tem sido conveniente e suficientemente debatida e explicitada. Há uma vaga noção de que a ética poderia estar afeta ao Crea, que é o conselho que “fiscaliza” a atividade profissional de engenheiros, arquitetos/urbanistas, agrônomos, geólogos e geógrafos. Mas as atribuições do Crea se prendem mais à capacitação técnico-profissional e à tabela de honorários do que às questões de foro ético, que a nosso juízo estão em outra esfera. Avaliamos que a conduta ética tem forte ligação com a atuação do geógrafo em termos de *pensamento, linguagem* (verbal ou escrita).

Assim como a sociedade estipula limites éticos para a atuação dos médicos (monitorada pelos CRMs), dos advogados (OABs), etc., assim também os geógrafos deveriam ter uma instituição que desse os parâmetros ou estatutos para o exercício ético da profissão. A atitude ética de um geógrafo, assim, poderia ser normalizada em um código capaz de circunscrever seu comportamento frente ao espaço socioambiental objeto de seu trabalho (estudos, pesquisas, relatórios técnicos, etc.).

Raramente se questiona o comportamento profissional de um geógrafo, de um economista, de um urbanista, assim como a sociedade cobra ética do médico, do advogado, do dentista. É hora de se pensar a respeito, mesmo porque isto valorizaria a profissão de geógrafo, colocando-o num patamar de confiabilidade e de inserção socioprofissional.

O comportamento ético do geógrafo se vincula a um saber estratégico, do qual é possuidor, que deverá ser usado para o desenvolvimento integral e bem-estar de uma dada população. Daí não se admitir que o geógrafo se corrompa profissionalmente, ensejando a opressão, a apartação social ou as transgressões aos direitos do cidadão a partir de seu conhecimento e de seu trabalho.

35 Esse trabalho foi incluído na Coletânea Brasília – Moradia e Exclusão, que se encontra no prelo (Ed. Universidade de Brasília).

# Brasília:

## planejamento e paradoxos

Antônio José-Cafu, Deputado distrital pelo Partido dos Trabalhadores

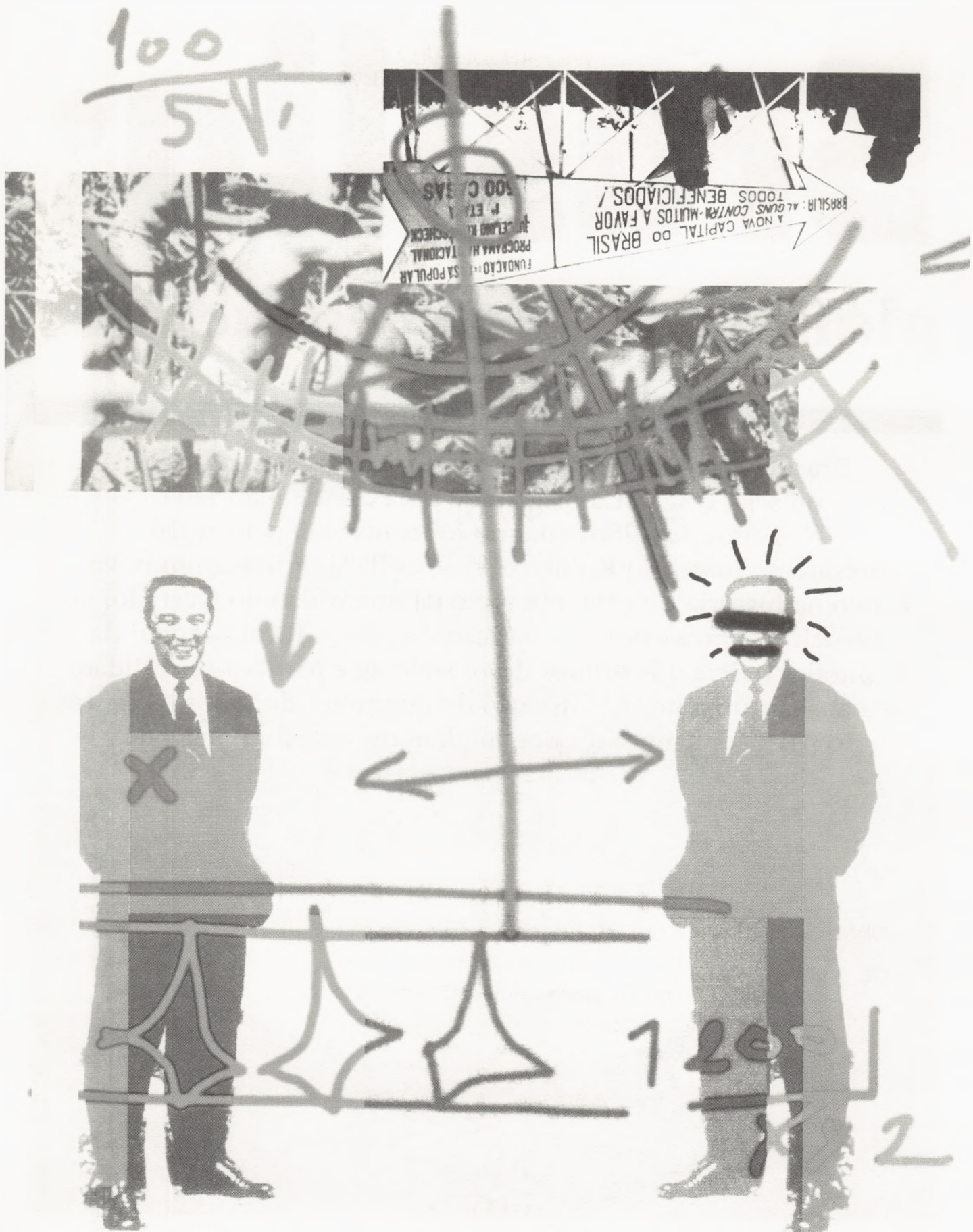
Brasília enfrenta hoje o maior de todos os seus desafios, ou seja, resgatar a origem de uma cidade planejada.

Nos anos de 1956, quando foi concebida pelo então presidente Juscelino Kubitschek, Brasília significava um novo marco na história do país. No meio da imensidão do Cerrado, no Planalto Central, bem no coração do país, a futura capital da República nascia dos sonhos do presidente e tornava-se realidade para abrigar uma nova civilização de migrantes de todos os cantos do país. Na lembrança dos candangos, essa foi uma época de muitas perspectivas:

(...) Vim prá cá à procura de trabalho e um salário melhor. E encontrei tudo.

Aqui era muito bom, todos era igual nos alojamentos (...)

(MPS – operário – ARPDF – 1991).



De tudo quanto era espécie de gente  
que chegava, até aleijado, sentava ele ali  
e punha pra vigiar uma porta, uma coisa. Todo mundo  
tinha emprego na época  
do Juscelino. Foi a época boa, de trabalho,  
de tranquilidade, de tudo

(EGQ – operário – ARPDF – 1991).

Para o migrante que chegava, Brasília significava uma cidade de fronteira, com um projeto de desenvolvimento inigualável, abrigando todos os poderes políticos e ainda representava uma escultura moderna, uma cidade nova e saída do nada. Quem viesse para cá viveria um paraíso de oportunidades e experiências. “Novo Brasil”, “Novo Mundo”, “Nova América”, “Capital da Esperança”, “Epopéia da Construção da Nova Capital” diziam algumas das propagandas sobre a construção de Brasília que circulavam nos jornais de todo o país. O próprio Oscar Niemeyer, o construtor de Brasília, em 1961, assim se refere:

Aquela solidariedade humana nos dava a impressão de viver em um mundo diferente, no mundo novo e justo que havíamos sempre almejado. Naquele tempo vivíamos como em uma grande família, sem preconceitos e desigualdades. Morávamos nas mesmas casas, comíamos nos mesmos restaurantes, frequentávamos os mesmos lugares de diversão. Mesmo nossas roupas eram parecidas. Estávamos unidos por um clima de confraternização resultante de desconfortos idênticos.

Por várias razões, a construção de Brasília era prioridade no Programa de Metas de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Engajado com o plano de industrialização do país, baseado nas orientações teóricas sobre o desenvolvimento da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina, órgão das Nações Unidas), Juscelino pretendia fazer

de Brasília o centro irradiador da “interiorização”, levando a industrialização a todas as regiões do país e elevando o desenvolvimento da região Centro-Oeste.

Porém, mesmo com todo o embasamento econômico à construção de Brasília, foram muitas as críticas e oposições de todos os setores da imprensa, governo, partidos políticos e da própria sociedade que consideraram excessivamente caro e impróprio transferir o centro político administrativo para o Planalto Central. Apesar de tudo e demonstrando coragem arrojada, Juscelino conseguiu implementar sua concepção e inaugura em 21 de abril de 1960 a nova capital da República.

A concepção do urbanista Lúcio Costa era criar uma cidade que fosse modelo em planejamento urbano, com zonas exclusivas e específicas a partir da atividade econômica ou social, com muito verde, com largas avenidas para facilitar o tráfego e, sobretudo, com inovadora arquitetura, baseada em **standards** de construção, onde os blocos de residência fossem iguais a fim de facilitar as formas de convivência e de moradia. Indiscutivelmente, por trás dessa concepção estavam valores coletivistas, embora, obviamente, as relações de trabalho fossem eminentemente capitalistas.

Aos poucos, a cidade planejada e destinada a igualizar a vida das diferentes classes sociais foi dando lugar a segmentos mais exigentes, que subverteram o planejamento estático e começaram a ocupar novos territórios. Era o início

do fim de uma idéia utópica. Assim, começava a haver os primeiros remanejamentos dentro do próprio Plano Piloto, criavam-se as regiões do Lago Sul e Norte com estilos elitizados e próprios e a população mais empobrecida foi jogada para a periferia do Distrito Federal, com a criação de várias regiões administrativas.

Era, pois, também o início do maior paradoxo da cidade planejada: a inversão da idéia original, o fim da cidade igualitária e o surgimento de uma cidade com mecanismos de segregação, principalmente em decorrência do modelo urbano “polinucleado”, ou seja, grandes distâncias a serem percorridas.

Segundo o censo do IBGE, em 1960, tinha-se 48,4% da população residente no Plano Piloto, contra 41,3% morando nas cidades-satélites e 10,3% em zonas rurais. Essa mesma população, no ano de 1980, pulou para 72,1% nas cidades-satélites, contra 24,7% no Plano Piloto e apenas 3,2% nas zonas rurais.

Um dos grandes fatores que contribuíram para essa acelerada migração rumo às cidades-satélites ocorreu no início da década de 1970, quando o governo federal colocou à venda os próprios apartamentos e residências destinados ao uso pelos funcionários públicos. Isso constituiu-se como um verdadeiro divisor de águas entre aqueles que podiam comprar e aqueles que não podiam.

Lembro. Ia mudar a capital federal e aí a gente veio caçar melhora no Distrito Federal, né? No dia 30 fiquei na Novacap, como servente, depois fui promovido a ajudante de caminhão, depois foi a guarda, até agente administrativo

(SBS – operário – ARPDF – 1991).

Assim, a estes últimos, geralmente funcionários públicos menos qualificados, foi negada a possibilidade de viver no Plano Piloto. Incorporadoras imobiliárias agilizaram-se com o intuito de fazer bons negócios às custas dos subsídios governamentais e começaram a intermediar as transações de venda.

## A ocupação do solo urbano

A idéia de que há terra abundante e infinita no Distrito Federal foi um dos alicerces para a criação de muitas cidades-satélites em locais cada vez mais distantes do Plano Piloto e do acesso à infra-estrutura. Na realidade, praticamente todas as satélites originaram-se de ocupações ilegais de terra promovidas por migrações internas e externas, algumas espontâneas e outras mais ou menos organizadas. Somente depois de concretizada a ocupação vinha a lei remover ou legitimar o assentamento, criando a cidade e a região administrativa.

Os sucessivos governos foram os principais estimuladores dessa política desordenada quando fizeram vista grossa ao que se passava e nada fiscalizavam. Com um notável comprometimento com os interesses especulativos, as políticas e ações governamentais eram voltadas a incentivar a ocupação de áreas vazias e distantes, onde a urbanização e o transporte seriam mais onerosos. Isso contribuiu até para que o Distrito Federal tivesse um dos piores serviços de transporte do país, com linhas com grandes percursos viários atendendo baixa densidade habitacional e tarifas excessivamente caras.

Brasília sofre, assim, como outras cidades médias e grandes, os problemas decorrentes do processo de urbanização.

O urbanista Cândido Malta Campos Filho resume as distorções do processo de urbanização brasileiro na fórmula “centro congestionado, periferia rarefeita”. Segundo ele, a origem desse fenômeno seria a formação de “externalidades” no processo de urbanização devido à valorização nos terrenos urbanos pelos investimentos públicos. Esse fato, comumente chamado de “especulação imobiliária”, induz à ociosidade da terra urbana, pois sua valorização independe do investimento do proprietário. Os imóveis assim valorizados provocam a expulsão da população de baixa renda, incapaz de suportar o preço dos novos aluguéis.

Essa ociosidade traz grandes prejuízos à coletividade, pois

como aproximadamente a metade ou mais do espaço urbano brasileiro, nas médias e grandes cidades, está vazio, o cidadão que nelas habita anda, em média, pelo menos o dobro das distâncias que deveria andar, caso tais vazios inexistissem. Assim também o poder público é obrigado a, pelo menos, dobrar o seu investimento e o custeio das redes de serviços públicos, que dependem da extensão da cidade.<sup>1</sup>

De outro lado, nas regiões já dotadas de infra-estrutura, há uma pressão do mercado imobiliário pela intensificação do uso das propriedades, que se traduz na reivindicação de alterações nas leis de zoneamento. Essas alterações, freqüentemente feitas à revelia de maiores estudos, favorecem apenas aos proprietários de terrenos.

Segundo, ainda, Milton Santos, “num território onde a localização dos serviços essenciais é deixada à mercê da lei do mercado, tudo colabora para que as desigualdades

sociais aumentem. É o caso brasileiro atual”.<sup>2</sup>

Em Brasília, 51% da terra é pública, fruto de desapropriações. Nem por isso seu preço é menor em relação ao restante do país. Muito ao contrário, a própria Terracap reconhece que os preços da terra e moradia daqui são uns dos mais elevados do país.

A estatização da terra sempre foi aspiração de urbanistas e de movimentos sociais que lutam pela democratização do espaço urbano. No entanto, em Brasília essa grande margem de terras nas mãos do Estado de nada adiantou para combater as causas de segregação espacial ou proporcionar maior acesso da população à terra e à moradia.

Dessa forma, a inversão dos valores foi total. Ao invés de ensejar, por parte dos antigos governos, maior compromisso com a conservação e manutenção da terra pública, ocorreu exatamente o contrário. Por ser bem público e abundante, as ações governamentais não se preocuparam em zelar e estabelecer os mecanismos necessários para frear a especulação imobiliária. Avaliando que a terra pública era infinita, foram freqüentes as grandes negociações, envolvendo inclusive permutas de terras entre o governo e agentes privados, nas quais o interesse público quase nunca era garantido. Essa passou a ser a regra no que se refere à política fundiária e urbana praticada no DF durante os governos autoritários e clientelistas.

O ápice desse desmando no controle e gerenciamento das terras no DF se deu nas gestões passadas, que tiveram à frente um verdadeiro promotor da “farra dos lotes”. Foram muitos os condomínios e loteamentos urbanos feitos irregular e clandestinamente em terras rurais, destinadas pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT – Lei 353/92) para a contenção e cres-

1 Cândido Malta Campos Filho, *Cidades brasileiras: seu controle ou o caos*, São Paulo, Nobel, 1989, p.55.

2 O espaço do cidadão, São Paulo, Nobel, 1987, p. 116.

cimento urbano. A própria CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), recentemente concluída na Câmara Legislativa, demonstrou a existência de mais de 500 condomínios ou loteamentos construídos à margem de qualquer interferência do Executivo.

A política praticada acabou por estimular a expansão horizontal excessiva das cidades, bem como a criação de vazios urbanos. Mesmo as ações mascaradas com um cunho social, como foi a edição da Lei 770/92, a chamada Lei das “Doações de Lotes nos Assentamentos”, cujo autor foi o ex-governador Joaquim Domingos Roriz, na realidade, atendia aos interesses da iniciativa privada, dos agentes modeladores do espaço urbano que sempre estimularam a venda da terra pública à população pobre por preços simbólicos.

A expansão da cidade para locais não urbanizados e a baixa densidade demográfica induz a maiores custos de urbanização, na medida em que não permite os benefícios da economia de escala na prestação dos serviços públicos, em especial aqueles cujo fornecimento depende da expansão de uma rede já existente, tais como água, esgoto, telefonia, energia elétrica e sistema viário. Além do que as distâncias entre emprego, residência e consumo ficam maiores, acarretando mais tempo gasto em transporte e incrementos na tarifa.

Recentes dados divulgados pelo novo governo do DF constatarem que, cada vez mais, a cidade torna-se segregada. Os assentamentos foram sendo criados sem um planejamento. De todos os existentes, apenas o assentamento de Samambaia está regularizado e, mesmo assim, parcialmente. Os demais, sem exceção, apresentam irregularidades fantásticas, que envolvem a ausência de registro e de projeto urbanístico e a ocupação de áreas de manancial, etc.

Dessa forma, a concentração ou dispersão de atividades no espaço influi no custo da infra-estrutura. Para dirigir essas atividades, segundo o interesse coletivo, as funções de regulação do mercado imobiliário e de prestação de serviços públicos devem ser coordenadas. De um lado, a distribuição das atividades no espaço determina a demanda por serviços públicos. De outro, a disponibilidade de infra-estrutura induz à ocupação de novos espaços. O planejamento integrado de ambas as políticas é condição para a racionalização dos investimentos públicos e privados, visando assegurar maior eficiência para o sistema urbano em seu conjunto e qualidade de vida para a população.

## A legislação urbanística no Distrito Federal

A estatização da terra em Brasília provou ser insuficiente para a promoção da justiça social. A solução da maioria dos problemas urbanos no Distrito Federal passa por um sistema de planejamento urbano, com participação popular, capaz de

exercer maior controle sobre o uso e a ocupação do solo e coibir a especulação imobiliária.

Nesse sentido, vivemos um momento privilegiado. Com a autonomia política e jurídica conquistada em 1988, na Constituição Federal, o Distrito Federal passou a

ser unidade integrante da Federação. A prerrogativa de legislar, que abrange as competências dos estados e municípios, foi transferida do Senado para a Câmara Legislativa.

Assim, possuímos o dever-direito de legislar sobre matéria urbanística, competência concorrente dos estados, e de promover o ordenamento territorial.

Em 1992, mesmo com muitas dificuldades inerentes ao primeiro mandato, o Poder Legislativo já se deparava com uma grande tarefa, qual seja a de fazer a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), ou seja, a “Constituição Distrital ou Local”.

A Lei Orgânica contém um capítulo dedicado à política urbana, onde há seções individualizadas, dispondo a respeito “Dos Planos Diretores de Ordenamento Territorial e Locais do Distrito Federal”, “Do Sistema de Informação Territorial e de Desenvolvimento Urbano”, “Dos Instrumentos das Políticas de Ordenamento Territorial e de Desenvolvimento Urbano” e do “Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal”.

No que se refere ao Sistema de Planejamento Territorial e Urbano, o papel do PDOT e dos Planos Diretores Locais, a serem elaborados para cada cidade-satélite, é fundamental, visto que esses mecanismos não somente desenharão a ocupação da malha urbana, mas também definirão as medidas, políticas e ações setoriais que devem ser assumidas pelo governo local.

Em relação aos instrumentos urbanísticos, ressalta-se a previsão do solo criado, concessão de uso, preempção, parcelamento ou edificação compulsória, desapropriação, enfim todos aqueles instrumentos necessários para a operacionalização de maior controle da função social da propriedade.

Até o momento, não há nenhuma proposição regulamentando esses instrumentos urbanísticos. O único projeto que mencionou o princípio da função social da propriedade, da diferença do direito de propriedade do direito de construir – e mesmo assim de forma indireta, porque não era esse o objeto de regulamentação – foi um Projeto de Lei Complementar 02/95, de minha autoria, proposto com a finalidade de regulamentar o processo de elaboração dos Planos Diretores Locais. Essa proposição, obviamente, enfrentou os grandes interesses ligados ao capital imobiliário, que nem precisaram de maiores mobilizações, visto que possuem vários de seus representantes com mandato no Legislativo. Já no início da tramitação da mesma, a Comissão de Constitucionalidade e Justiça da Câmara Distrital, em votação flagrantemente tendenciosa, porque analisou unicamente o mérito e não a legalidade, resolveu arquivar o referido projeto.

Além dos princípios e políticas que deveriam ser compreendidos nos Planos Diretores Locais, o projeto proporcionava ao Poder Executivo um importante instrumento de controle da ocupação do solo, quando dispunha no seu art. 9º o seguinte:

**ART. 9º – O Poder Público** poderá suspender a outorga de licenças para construir e parcelar, nas áreas objetos de planejamento, até a aprovação dos Planos Diretores Locais.

Como já era de se esperar, esse foi o principal dispositivo inquinado. Ele ameaçava interesses explícitos de parlamentares que cotidianamente estão propondo a alteração do uso e ocupação desordenada fora do planejamento e, principalmente, a expansão da urbanização horizontalmente.

A proposta era sensata e óbvia, pois se não há ainda os Planos Diretores Locais e estudos capazes

de assegurar quais os coeficientes de aproveitamento e taxas de ocupação do solo – nas regiões administrativas – pois eles estão em fase de elaboração, como se poderá prever o aumento de índices construtivos em leis isoladas e específicas desprovidas do mínimo estudo?

As legislações urbanísticas da Itália, Canadá, Espanha e França, que estão muito mais avançadas do que a nossa, têm esse princípio como ponto pacífico. Enquanto se faz a discussão sobre o planejamento e se elabora planos de ocupação do território, há certo “congelamento” na outorga do direito de edificar até a conclusão final dos estudos técnicos. A Espanha, em sua Lei sobre o Regime do Solo e Ordenação Urbana, no art. 102, assim prescreve:

Los órganos competentes para la aprobación inicial y provisional de los Planes Generales Municipales, Normas Subsidiarias del Planeamiento Municipal, Planes Parciales, Especiales o Estudios de Detalle, podrán acordar la suspensión del otorgamiento de licencias de parcelación de terrenos, edificación u demolición para áreas o usos determinados, con el fin de estudiar su formación o reforma.

Em levantamento efetuado recentemente pelo IPDF, foi comprovado que num universo de 300 projetos de lei escolhidos, aleatoriamente, 25% previam alteração de normas/uso/gabarito, 30% diziam respeito ao parcelamento urbano, 15% à ocupação de áreas públicas, 14% à criação de núcleos rurais/agrovilas, 5% sistema viário, 4% urbanização, 3% projetos de arquitetura e 4% os demais em outras políticas setoriais.

Esses dados demonstram a voracidade dos parlamentares em legislar sobre as questões urbanas. Não há, em contrapartida, nenhum projeto de lei em tramitação na Casa regulamentando os instrumentos urbanísticos,

como sanções a serem aplicadas ao proprietário que descumpra a função social da propriedade, mecanismos previstos pela Lei Orgânica do DF que, se regulamentados, contribuiriam para um maior controle sobre o uso e ocupação do solo no DF.

O vício de origem desses projetos aprovados é inconteste, já que em matéria de planejamento urbano cabe ao Executivo dispor com a aprovação do Legislativo. No entanto, o que vem acontecendo nos últimos meses é uma inversão total das competências. A Câmara legisla, desprovida de qualquer conhecimento técnico e estudos sobre o tema, e o Executivo ainda sanciona e executa. O planejamento está sendo substituído por retalhamentos que só atendem a interesses corporativos, econômicos e clientelistas.

A questão da criação da Cidade Estrutural é um bom exemplo. Ela não está prevista no Plano Diretor e toda a sociedade sabe que assentar uma cidade naquela região é totalmente descabido do ponto de vista urbanístico e ecológico. Urbanizar aquela região para assentar uma cidade é infinitamente mais oneroso do que investir na elevação do adensamento e urbanização dos assentamentos já existentes. Além do que, o próprio Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) realizou Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA e RIMA) e concluiu que a área é imprópria para o uso habitacional porque ela faz divisa com área de manancial e com o Parque Nacional. A vocação da área é para assentar pequenas e médias empresas não poluentes, e isso já consta no Plano Diretor Econômico do DF. Mesmo assim, a maioria dos parlamentares distritais desconsideraram as condições necessárias para a preservação do meio ambiente e aprovaram a criação da cidade.

Infelizmente, apesar de toda a legislação federal e distrital apontar para a necessidade do planejamento,

vive-se um momento de total desrespeito aos planos diretores de ocupação do território.

A própria Constituição Federal determina a obrigatoriedade do Plano Diretor (art. 182, parágrafo 1º), instrumento da competência municipal para “promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano” (art. 30, VIII).

Ao plano diretor cabe definir “as exigências fundamentais de ordenação da cidade”, por meio das quais se aferirá o cumprimento da função social da propriedade (art. 182, parágrafo 2º).

Assim, tudo o que diz respeito à ocupação e uso do solo urbano deve estar previsto no Plano Diretor. É ele que estabelece as formas de utilização da propriedade fundiária não só compatíveis com a preservação do meio ambiente como também necessárias à melhoria da qualidade de vida do conjunto da população. Por meio do zoneamento, atribuirá à propriedade urbana a melhor utilização possível no interesse da coletividade. Daí porque o fundamento do Plano Diretor consiste na função social da propriedade.

Portanto, para a promoção da justiça social, não basta a simples alocação de recursos em serviços públicos. Faz-se necessário que tal alocação adote critérios racionais quanto a sua localização, pois

(...) a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõe. Isso significa, em outras palavras, um arranjo territorial desses bens e serviços de que, conforme a sua hierarquia, os lugares sejam pontos de apoio, levando em conta a densidade demográfica e econômica da área e a sua fluidez.<sup>3</sup>

Para determinar as ações adequadas aos objetivos pretendidos, faz-se necessário elaborar um plano, precedido de um diagnóstico das necessidades, de um levantamento dos recursos existentes e de uma comparação entre as diversas ações possíveis, como muito bem menciona o professor Cândido Malta:

A estruturação do espaço da cidade, que implica questões como a localização dos usos habitacionais, comerciais e de serviços e os industriais, a densidade ou intensidade de uso do solo dos bairros e como ligá-los entre si por um sistema de circulação, é o essencial a ser definido em um Plano Diretor Urbanístico.<sup>4</sup>

O plano diretor deve ser visto como instrumento orientador dos investimentos em infraestrutura urbana, em conexão com as densidades obtidas através de cálculo por instrumento específico previstas no zoneamento, definindo direções preferenciais de desenvolvimento da cidade e distinguindo claramente a zona rural e especificando nessa onde deverá haver expansão urbana.<sup>5</sup>

Efetivamente, o planejamento urbano não faz parte da prática cotidiana da administração pública brasileira. É comum a adoção de políticas urbanas desvinculadas de planos de uso e ocupação do solo. No entanto, o processo de decisão a respeito do planejamento urbano deve reconhecer a existência de diversos atores com diferentes racionalidades e interesses. Planejar uma cidade precisa ser um processo dinâmico e participativo onde há envolvimento de todos na construção e reconstrução do espaço urbano e onde se possa garantir verdadeiros “pactos territoriais”, para a efetivação da justiça social.

Precisamos encontrar técnicas capazes de viabilizar e compatibilizar as prioridades básicas da população, o direito à vida na cidade, com o sistema permanente de gestão urbana, onde todas as ações possam ser materializadas e “publicizadas”.

No Distrito Federal, apesar da tradição de planejamento, as experiências nessa área assumem uma dimensão de frustração. Em grande parte, o descaso em administrar de forma a seguir o planejamento adequado deu-se em decorrência das práticas clientelistas e corporativistas dos governos anteriores. Mesmo com a vitória da Frente Brasília Popular para o governo do DF, ainda mantém-se a forte influência do poder político retrógrado na máquina administrativa.

Indiscutivelmente, precisamos romper com essa dicotomia, resgatar o planejamento de Brasília e repensá-lo à luz da nova realidade. Nesse aspecto, o Distrito Federal pode ser um exemplo de planejamento urbano no país, abrangendo não apenas uma cidade, mas toda uma microrregião, o que possibilita um planejamento integrado de ocupação do conjunto de seu território.

O ponto de partida se dará com a elaboração dos Planos Diretores Locais e com a revisão do PDOT previstos para o segundo semestre deste ano. Essas serão ações combinadas que desenharão um novo Distrito Federal. Esses novos planos, certamente, contribuirão para a explicitação dos diversos conflitos urbanos e para a previsão dos mecanismos necessários para superá-los. Acreditamos que será um processo dinâmico que contará com a participação ativa da sociedade civil organizada e, principalmente, dos movimentos sociais, que, pela primeira vez na história de Brasília, terão oportunidade de definir uma cidade mais justa e melhor de se viver.

3 Santos, op. cit., p. 116. 4 Malta, op. cit., p. 130. 5 Malta, op. cit., p. 103.



# IMOBILIZAÇÃO E DISPERSÃO DA FORÇA DE TRABALHO

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MODOS  
DE EXPANSÃO CONCENTRADA E DIFUSA<sup>1</sup>

Gustavo Lins Ribeiro é professor no Departamento de Sociologia na UnB

O debate sobre expansão de sistemas políticos e econômicos e as formas pelas quais esse processo ocorre com suas implicações para a formação de sistemas integrados de mercado, via urbanização ou criação de malhas regionais, pode ser dividido em dois campos complementares. O primeiro enfatiza as formas de concentração de poder político e econômico, de capital e trabalho, que realizam intervenções massivas e pontuais, criando verdadeiras ilhas interconectadas por distintos meios, em maior ou menor grau. A contigüidade espacial, não sendo relevante, torna comum o uso da metáfora do arquipélago, um conjunto mais ou menos articulado de relações mantidas entre as diversas cabeças-de-ponte do sistema em expansão. O segundo campo enfatiza as formas de dispersão de poder político e econômico, vinculando-se mais à visão clássica da fronteira agrícola em expansão, onde agricultores empurram uma linha “civilizatória” imaginária em direção a novas terras, no mais das vezes concebidas como vazias e prontas a serem incorporadas por contigüidade ao sistema em expansão. Aqui, a metáfora difusionista dos círculos concêntricos muitas vezes vem à mente para pensar os modos de integração decorrentes. No entanto, em uma era em que o espaço vem sendo aniquilado pelo tempo (Harvey 1989) cumpre repensar essas questões.

Neste trabalho, mais do que discutir a natureza de cada um desses campos e suas relações, quero usar como pretexto a pertinência mesma dessa discussão para explorar questões relativas a lógicas de centralização e descentralização e

suas importâncias para a economia política em geral. Assim, minha perspectiva remete para vários dos âmbitos cruciais para entender a dinâmica do crescimento e da acumulação econômicos, aquele das fronteiras em expansão, de sistemas políticos e econômicos em expansão, dos impactos das inovações tecnológicas e suas influências tanto na economia-política quanto nas formas de sociabilidade e na formação do espaço na contemporaneidade. Evito deliberadamente o abuso da expressão “expansão capitalista” porque, do ponto de vista antropológico e arqueológico, algumas das presentes considerações seriam úteis para pensar a incorporação de populações locais e outros sistemas políticos e econômicos integrados.

Entretanto, é certo que os movimentos de fracionamento e unificação, centralização/descentralização, são centrais para a lógica do capitalismo no que diz respeito ao estabelecimento da divisão social do trabalho, características dos processos produtivos e de acumulação. Marx, ao discutir a acumulação de capital, afirma que:

O movimento de acumulação social apresenta (...) por um lado, uma concentração crescente dos elementos reprodutivos da riqueza nas mãos de empresários privados, e, por outro, a dispersão e multiplicação dos focos de acumulação e concentração relativos que se repelem mutuamente de suas órbitas particulares (Marx, livro 1, 1976: 447).<sup>2</sup>

Para ele a tendência à concentração e centralização “não tardaria a levar a produção capitalista à catástrofe se, ao lado dessa força centrípeta, tendências contrárias não possuísem, sem cessar, um efeito descentralizador” (Marx, livro 3, 1976: 241).

Para fins de exposição, dividi meus argumentos em duas grandes partes. A primeira relaciona formas de imobilização da força de trabalho com o que denomino de modo de expansão concentrada. A segunda relaciona formas de dispersão da força de trabalho com o modo de expansão difusa. Tendo em vista a complexidade e abrangência de conhecimentos e dados que seriam necessários para esgotar as diversas implicações deste ensaio, o que se segue destina-se, antes de mais nada, a estimular nossa imaginação interpretativa.

### FORMAS DE IMOBILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E O MODO DE EXPANSÃO CONCENTRADA

“Todo observador desinteressado vê perfeitamente que quanto mais os meios de produção se concentram em grande escala, mais os trabalhadores se aglomeram em um espaço estreito” (Marx, livro 1, 1976: 475).

Meus estudos sobre grandes projetos (Ribeiro 1980, 1985, 1987) levaram-me à conclusão de que são uma forma de produção tipicamente vinculada ao modo de expansão concentrada. Dentre os diversos componentes desses estudos encontram-se dois fundamentais e relacionados entre



si: os de imobilização da força de trabalho e aqueles relativos aos impactos dos projetos na formação e transformação de sistemas regionais. De fato, as formas de imobilização da força de trabalho vinculadas à expansão de sistemas econômicos implicam, em maior ou menor grau, modificações nos padrões de assentamento, vias de transporte e comunicação preexistentes (Laurelli 1987).

Aumentemos nosso nível de abstração indo além dos limites da própria noção de “imobilização da força de trabalho”, passando para o âmbito do modo de expansão concentrada. Aqui podemos incluir, além dos empreendimentos direta e obviamente vinculados à expansão do capitalismo (*plantations*, minas, fábricas e grandes projetos, p.ex.), aqueles indiretamente vinculados, como aldeamentos, missões e fortes militares. Estes últimos também possuem populações imobilizadas em esquemas específicos de arranjos espaciais planejados e direcionados para objetivos designados de conformidade com uma burocracia centralizada, em centros hegemônicos e porta-doras de interesses claramente expansivos. Suas presenças, com suas necessidades logísticas e programáticas, causam profundas modificações em todos os níveis da vida

urbanos de maior ou menor importância e, por conseguinte, novos nós nas malhas de circulação de mercadorias, trabalhadores e informação. Evidentemente a criação, consolidação ou transformação de sistemas regionais a partir de formas concentradas de expansão pressupõem a inserção das diversas localidades em uma malha, uma teia de relações que vincula, em graus diferentes, o local ao supralocal (regional, nacional, metropolitano, internacional, transnacional).

Em nenhum outro lugar, essas dinâmicas são mais claras do que naquelas iniciativas umbilical e diretamente vinculadas à produção de mercadorias e de infra-estrutura para o crescimento das forças produtivas capitalistas. Acontecimentos inseridos nas dinâmicas próprias à expansão do sistema mundial, como *plantations* e muitos tipos de grandes projetos (canais, ferrovias e estradas, mais notadamente) extrapolam de imediato seus impactos regionais para relacionarem-se diretamente com o processo de integração capitalista, de encolhimento do mundo (Harvey 1989), com suas múltiplas implicações no processo de globalização.

Basta ver as mudanças associadas às *plantations* em diferentes áreas do globo, com os fluxos de trabalho

Panamá (1914), além dos seus impactos regionais, transformam a circulação de mercadorias a nível global, contribuindo clara e diretamente para o encolhimento do mundo.

Mas há iniciativas mais intensamente vinculadas a impactos regionais ou nacionais. Dentre elas podemos mencionar a exploração petrolífera e o seu peso na criação dos sistemas regionais do Texas, nos EUA, e da Patagônia argentina (Olien & Olien 1982; Rofman & Romero 1973); assim como os casos de Paulista (Pernambuco) e Brasília.

José Sérgio Leite Lopes (1979, 1988) mostrou como o transbordamento do esquema de imobilização da força de trabalho de uma fábrica têxtil em Paulista, Pernambuco, foi progressivamente transformando o sistema fábrica—vila operária em uma cidade que, no presente, faz parte da área metropolitana de Recife. Seu trabalho deixou claro, de maneira exemplar, como na história, as formas de imobilização da força de trabalho podem transformar-se em poderosas forças urbanizadoras. Federico Neiburg (1988), percorrendo caminho semelhante, analisou o mesmo processo na Argentina, com relação a uma fábrica de cimento em Olavarria. Ambos os casos referem-se a importantes centros dos sistemas regionais de que fazem parte.

Já a história da construção de Brasília ilustra, como nenhuma, as mudanças causadas pela intervenção planejada de um grande projeto e seus efeitos inesperados. Por se tratar da construção de uma cidade, de uma capital federal, que seguiu os cânones do urbanismo modernista, tornam-se óbvias as imposições sobre as formas de organizar o espaço no Plano Piloto. Ao mesmo tempo, trata-se de um grande projeto de alcance nacional, com diferentes impactos nas articulações das diversas regiões socioeconômicas do país, nos fluxos migratórios, de mercadorias e informações. Relembremos, ainda, sua relevância como momento da fronteira em

## **Criam-se núcleos urbanos, novos nós nas grandes**

### **malhas de circulação de mercadorias,**

### **dados e trabalhadores**

das populações locais em cujas áreas se instalam.

Com alta frequência, esses empreendimentos transbordam, isto é, passam a ter uma população e áreas fora do controle direto da população e do espaço construídos para os fins do sistema em expansão. Leite Lopes (1988) mostrou como um complexo fábrica—vila operária experimentou esse processo (veja adiante). Criam-se, assim, núcleos

forçado criando conexões humanas intercontinentais, mercados de trabalho etnicamente segmentados e fluxos e rotas de mercadorias internacionais. Os sistemas regionais, as populações locais e as que se formaram, tornaram-se, em regiões como o sul dos Estados Unidos, o Caribe e o Nordeste brasileiro, indelevelmente marcados por esses processos estruturantes. As minas também seriam outro importante exemplo a ser detalhado, sobretudo se considerarmos a colonização da América Espanhola. Por outro lado, obras como as dos canais de Suez (1859) e



expansão para o oeste e para a Amazônia.

A história dessa obra é igualmente indicativa da importância dos esquemas de imobilização da força de trabalho para a formação da configuração espacial do Distrito Federal como um todo (Ribeiro 1982), isto é, para a formação da cidade polinucleada que é Brasília com suas satélites. Os diversos acampamentos das empreiteiras participantes da construção conformavam o sistema acampamento/grande projeto (Ribeiro 1991a). Tomemos, em particular, os acampamentos concentrados na Vila Planalto (localizada entre a Praça dos Três Poderes e o Palácio da Alvorada) que, durante os anos que antecedem a inauguração da cidade em 1960, transbordaram formando a Vila Amauri de cujo reassentamento forçado em 1959 se originaram algumas das cidades satélites. Assim, a construção da capital federal permitir as implicações que um grande projeto tem ao nível nacional, regional (considerando seus efeitos sobre a estruturação do espaço do Distrito Federal, o estado de Goiás e o Centro-Oeste) e local.

Ressalte-se ainda que as formas de imobilização da força de trabalho

se tratam, em geral, de formas de subordinação e dinâmicas altamente vinculadas a territorialidades específicas transformadas e construídas conforme necessidades intencionalmente definidas pela esfera da produção. Os trabalhadores, dentro desses esquemas, encontram-se em um espaço funcionalmente desenhado para atender demandas e racionalidades produtivas, de forma que até o lazer passa a fazer parte de um universo totalizante. O mundo doméstico e o privado são igualmente invadidos de maneira inequívoca. A própria identidade das pessoas é passível de ser construída em relação às experiências residenciais e migratórias existentes no circuito migratório dos grandes projetos (Ribeiro 1991b, 1992, 1994). Com efeito, pode-se aproximar diversos esquemas de imobilização da força de trabalho às instituições totais (Ribeiro 1980, 1991a).

Em suma, esse rápido percurso sobre diversas formas de imobilização da força de trabalho vinculadas a formas concentradas de expansão de capital e trabalho é representativo da riqueza da literatura e discussões sobre o assunto, em especial no que diz respeito a dois grandes focos: a análise de como as formas de imobi-

lização da força de trabalho retratam com alta fidelidade a construção de populações e da vida social pelo e para o capital; e como o espaço, sendo alterado por essas iniciativas, passa a ter novas características de inserção em sistemas regionais integrados de mercado. Vê-se que, direta ou indiretamente, as formas de imobilização da força de trabalho são altamente orgânicas com as necessidades de expansão e reprodução da lógica do capital.

Contudo, ao mesmo tempo que historicamente gera formas de concentração e imobilização, o capital gera dispersão e movimento populacional. Na verdade, centralizar e descentralizar são movimentos que necessitam ser entendidos de maneira relacional e que podem ser mais ou menos funcionais de acordo com ramos de atividades econômicas ou momentos históricos. As “formas de dispersão da força de trabalho” são o outro lado da questão a ser explorado na próxima seção. Antes, porém, devo frisar, para efeito de enfatizar a distinção analítica, que as formas de imobilização da força de trabalho vinculadas ao modo de expansão concentrada, implicam em controle direto e planejado do capital sobre as formas de construir e gerir o espaço.

## FORMAS DE DISPERSÃO DA FORÇA DE TRABALHO E O MODO DE EXPANSÃO DIFUSA

Concentrar ou dispersar, centralizar ou descentralizar fatores de produção não são necessariamente decisões tomadas pelo capital transformado em sujeito todo racional. Em grande medida, os resultados das dinâmicas de investimentos, diferenciados de acordo com distintos ramos da produção, têm a ver com o nível geral e desigual de desenvolvimento das forças produtivas e as diferentes relações de hegemonia político-econômica mantidas inter e intra-setores. Assim, a diferente distribuição de fatores como energia, informação, meios de comunicação e força de trabalho tem importância central, tanto quanto o tipo de empreendimento em questão, para as possibilidades de concentração ou dispersão. Isso significa que a dinâmica centralizar/descentralizar se dá em complexo ambiente onde se incluem constrangimentos ambientais, sociais, econômicos, políticos, tecnológicos e ideológico-culturais. Nesse cenário, as volições racionais dos agentes, evidentemente, não são o fator principal. Como, por exemplo, destacar os complexos processos de centralização concomitantes à revolução industrial, com sua urbanização, emergência de grandes concentrações fabris, portos, etc., da disponibilidade de energia e meios de comunicação em certos locais, assim como da emergência do próprio Estado-Nação com suas peculiaridades ideológicas e suas maneiras de organizar a relação sociedade—território—cultura?

As formas de imobilização da força de trabalho chamam a atenção para a

relação íntima entre residência e a lógica do capital em territórios desenhados e controlados por este. Para explorar a construção da noção de formas de dispersão da força de trabalho, focalizarei dois fenômenos contemporâneos que designarei de *nômades transnacionais* e de *cottage system* eletrônico; fenômenos que envolvem uma relação, maior ou menor, entre a lógica do capital e territórios. Procurarei, igualmente, evocar seus impactos sobre processos de transformação do mundo contemporâneo, em especial sobre aqueles que têm a ver com a construção do espaço e a formação de sistemas regionais.

Karl Marx cunhou a expressão “nômade industrial” para referir-se à “infantaria ligeira do capital”, aos trabalhadores engajados nas construções de estradas de ferro no século passado e que, vivendo em precários acampamentos, eram constantemente transferidos de um ponto para outro conforme as necessidades do processo produtivo. Certamente trata-se de uma forma de dispersão da força de trabalho sobre o espaço totalmente marcada pelas características do empreendimento que se desdobra sobre uma vasta extensão linear de território. Essa é uma área de franca interseção entre as formas de imobilização e as de dispersão, já que sabemos que as grandes obras existem em uma cadeia de empreendimentos, o circuito migratório dos grandes projetos (Ribeiro 1992, 1994), que torna a experiência do trabalhador desse segmento da construção civil uma vida laboral típica de imobilização via moradia. Assim, apesar de os trabalhadores de grandes projetos serem certamente nômades industriais, vinculados ao modo de expansão de trabalho. Em primeiro lugar, justamente porque

sua experiência, ao contrário de uma imobilização típica de um sistema fábrica—vila operária, é de uma seqüência de migrações com imobilização, o que os desterritorializa. Em segundo lugar, porque, hoje mais do que nunca, a “infantaria ligeira do capital”, ou ao menos sua elite, da qual os bichos-de-obra são exemplares, trava suas batalhas a nível global, em diferentes obras espalhadas pelo planeta, fazendo com que a seqüência de experiências se dê em um quadro de encolhimento do mundo, da alta compressão do espaço—tempo (Harvey 1989), inseridas em uma lógica tipicamente transnacional, na qual os espaços locais se relacionam com o espaço global fragmentado, mas onde a dispersão do sistema não implica em descentralização (Sassen 1991).

De fato, o que interessa reter, acima de tudo, é a transnacionalidade e a desterritorialização promovidas por formas de dispersão vinculadas ao modo de expansão difuso. Aqui a referência à territorialidade passa a ser secundária, ou de menor importância. O transnacionalismo tem profundas implicações para as relações entre os diversos níveis de integração (local, regional, nacional e internacional), já que os recorta transversalmente colocando em risco a lógica mesma das entidades territoriais (e suas representações culturais e políticas) sobre as quais estão organizadas as dimensões não-transnacionalizadas das economias políticas.

Vejamos essas afirmações mais concretamente, por meio de dois exemplos do que denominei de nômades transnacionais, o primeiro já em curso em diferentes regiões do mundo, e o segundo, ainda no plano das possibilidades.

É notável e crescente a importância dos fluxos migratórios globais para a economia mundial, nacional e regional. Em escala global, as remessas de migrantes do chamado Terceiro Mundo para os



seus países de origem têm implicado em importantes fluxos de capital, algo, de acordo com a revista *Veja*, de 7 de setembro de 1994, ao redor de US\$ 37 bilhões, em 1990. Estima-se que os migrantes nipobrasileiros no Japão

juntam até US\$ 3 bilhões, mais do que o dobro das exportações brasileiras de café no ano passado. Isso é também quase cinco vezes o lucro líquido da Petrobrás, a maior estatal brasileira, em 1993 (...) Mesmo o Banco do Brasil, que diante dessa contabilidade se dispõe a socorrer desde o ano passado os bilhões que os emigrantes mandam do Japão, tem resultados líquidos sete vezes menores que os da nova clientela. Bastaram os primeiros 30 mil correntistas para despejar nos seus cofres US\$ 350 milhões (Corrêa 1994: 72).

Economias como as de Governador Valadares (MG) e Maringá (SP), entre outras, têm se transformado radicalmente por conta da inserção de seus habitantes nesses fluxos globais. Os “brazucas” de Governador Valadares, município de 210 mil habitantes, são, segundo os dados de Weber Soares (em Corrêa 1994: 76), 33.468 pessoas das quais 30% partiram para sempre, 82% para os EUA “onde 35,1% das mulheres se empregaram em serviços domésticos e 33,8% dos homens trabalham em hotéis e restaurantes. Emigra-se dali desde a década de 1960 (1,7%), mas foi depois de 1985 que 63,3% correram para o aeroporto”. Em outro trabalho (Ribeiro 1993), sugeri que os antropólogos deveriam estudar consistentemente as populações brasileiras no exterior, para podermos, dessa vez compreender, dentre outras coisas, a identidade de brasileiro em uma situação de minoria étnica. Sobre os “brasiguaios” pode-se contar com o trabalho de Sprandel (1992). Sobre os “brazucas” na área metropolitana de Nova York está o livro de Margolis (1994).

Ao mesmo tempo, cresce a literatura sobre migrantes transnacionais na antropologia (Campos 1990; Ribeiro 1991b, 1992; Rodriguez 1993; Basch, Schiller & Blanc 1994; p. ex.), migrantes que

constroem campos sociais que recortam fronteiras geográficas, culturais e políticas. Imigrantes que desenvolvem e mantêm múltiplas relações — familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas — que ultrapassam fronteiras (...) Um elemento essencial do transnacionalismo é a multiplicidade de envolvimento que os transmigrantes sustentam tanto nas sociedades de origem quanto nas que os hospedam (Basch, Schiller & Blanc 1994: 7).

Esses novos migrantes só podem existir graças ao nível de desenvolvimento atual das formas de transporte e comunicação e da maior disseminação de informações em que implicam.

haver até algum tipo de exposição a pequenos esquemas de imobilização da força de trabalho, como os barracões para migrantes jamaicanos e mexicanos temporariamente empregados em safras nos EUA. Porém, não é da exposição a uma lógica de imobilização via moradia que advém a especificidade dessa experiência, mas do fato de construir-se um sistema de trabalho migrante (Burawoy 1976) de alta rotatividade, verdadeiramente transnacional (não supostamente como ocorria no fluxo para as minas da África do Sul com o artifício engenhoso dos *bantustans*) e sem ser diretamente controlado por nenhuma grande agência capitalista identificável, mas por um conjunto disperso de agentes, ou pelas novas dinâmicas da relação capital/trabalho em escala global. Os efeitos vinculados à migração transnacional existente — sobretudo a relativização da eficácia do Estado-

## Os antropólogos

### deveriam estudar as populações

## brasileiras no exterior e suas novas identidades

Dessa forma, os migrantes hoje, mais do que nunca, podem olhar para o espaço econômico em escala global e tomar decisões visando maximizar suas oportunidades, especialmente em se tratando de migrações temporárias de ida e volta. Comprovadamente, as experiências dos migrantes transnacionais leva a uma relativização do Estado-Nação, tanto o de origem quanto o de permanência temporária, e a uma crescente exposição a novas ideologias políticas e econômicas que são difundidas em seus países de origem.

Os impactos desse novo tipo de transumância certamente não são da ordem daqueles descritos na seção anterior, tão claramente vinculados a esquemas de imobilização da força de trabalho dominados por uma organização centralizada. Pode

Nação, em todos os planos, e a emergência de uma consciência desterritorializada e supranacional — são por mim considerados como uma das condições para a emergência da trans-nacionalidade e, quem sabe, da trans-nação e do trans-estado (Ribeiro 1994a).

O segundo exemplo de nomadismo transnacional é prospectivo e merecerá uma breve alusão. No contexto de uma Comunidade Européia transnacionalmente integrada, Paul Virilio (1994: 6) considera que “as mudanças atuais na natureza do emprego (trabalho em regime de tempo parcial, desemprego estrutural, etc.) vão acarretar, num prazo muito curto, uma reviravolta na natureza da habitação social”. A instabilidade dos empregos, com contratos de trabalho por tempo determinado, provocará o surgimento de

“refugiados sociais autóctones”, proletários que dessa vez se deslocarão não à procura das estradas de ferro mais de “empregos precários, ao bel-prazer de um mercado internacional” criando a necessidade por “alojamentos transitórios” ou, posso inferir, de trabalhadores que com seus *motor-homes*, mobilizados via moradia, se locomovam, tal qual proletariado flutuante, visando maximizar as oportunidades existentes no espaço econômico cada vez mais marcado pela volatilidade e instabilidade.

A flexibilidade do capital, em sua nova fase de acumulação (Harvey 1989), com “fluxos tensionados e

relação trabalho a domicílio, exploração da força de trabalho e acumulação de capital. O fato de encontrarem-se dispersos fora da fábrica, mas centralizados por capitalistas, não garantia que certos segmentos do processo produtivo da indústria têxtil estivessem menos propensos à exploração virulenta dos trabalhadores. Ao contrário, em residências ou escolas, encontrava-se uma alta subordinação de uma força de trabalho tipicamente formada por mulheres e crianças expostas a longas, exaustivas e mal-remuneradas jornadas de trabalho (cf. Marx, livro 1, 1976: 326-342).

De acordo com Marx:

## **Networks promovem uma maior flexibilidade**

### **ao trabalhador se relacionamos este**

### **a seu empregador**

estoque zero”, teria que ser acompanhada pela flexibilidade extrema da circulação permanente do proletariado, tornada possível pelo presente estado dos meios de comunicação e transporte. Afinal, para um proletariado desenraizado e desterritorializado qual seria a diferença entre viver desempregado na periferia de alguma cidade ou temporariamente empregado em estacionamentos alçados à forma paroxística do acampamento temporário? Virilio é pessimista, vislumbra uma provável confrontação entre nômades e “teletrabalhadores” sedentários e, também, “a desconstrução dos subúrbios, esses bairros vivos que ainda favorecem a socialização. Em vez disso haverá um infinito vagar, um percurso profissional cujo itinerário residencial não mais será assegurado”. Trata-se, agora, e parafraseando Marx, de um nomadismo pós-industrial.

Foi Marx, igualmente, quem chamou a atenção, no contexto da primeira fase da industrialização e da centralização que unidades produtivas do tipo fábrica causavam, para a

Esta pretensa  
indústria  
doméstica

tem apenas o nome em comum com a antiga indústria doméstica que supõe o *métier* independente nas cidades, a pequena agricultura independente nos campos e, acima de tudo, um lar pertencente à família operária. Ela se converteu, no presente, em departamento externo da fábrica, da manufatura ou da loja de mercadorias. Além dos operários da fábrica, da manufatura e os artesãos que concentra em grandes massas em vastos *ateliers*, onde ele os comanda diretamente, o capital possui um outro exército industrial, disseminado nas grandes cidades e nos campos, que ele dirige por meio de fios invisíveis (Marx, livro 1, 1976: 327).

A aparente dispersão espacial do trabalho doméstico, com sua descentralização, se dava sob a hegemonia e controle da centralização concentradora do capital, o que facilitava mais ainda a exploração já que “a facilidade de resistência dos trabalhadores diminui em razão de sua dispersão e que todo um bando de vorazes parasitas se interpõe entre o empresário e o operário.” (Idem: 328).

No presente, sociólogos e antropólogos (Virilio 1994; Escobar 1994) criam neologismos como “teletrabalhadores” e “cibercultura” para explorar os impactos das tecnologias eletrônicas de comunicação e informática na estruturação do mundo moderno com seus lares eletrônicos, misto de unidades residenciais e produtivas, vinculados a sistemas locais, regionais, nacionais e transnacionais via redes de computadores. Dessa maneira, podemos, em mais uma paráfrase, explorar a idéia da *cottage system eletrônico*.

Assim como o “poder benfazejo do vapor” unia ao seu redor uma “miríade de sujeitos” (Marx, livro 1, 1976: 299), hoje o poder da eletricidade e da informação une uma miríade infinitamente maior, uma comunidade virtual e imaginada, a base simbólica da transnação (Ribeiro 1994a), ao redor dessas grandes usinas processado-ras de informações que são os computadores e suas redes. *Networks* promovem uma centralização descentralizada, ou uma descentralização centralizada, dando de certa forma uma maior flexibilidade ao trabalhador com relação ao empregador. Por um lado, não se pode cair na ilusão, freqüente entre os usuários das novas tecnologias de comunicação informatizada, de estarmos diante do reino puro da democracia burguesa finalmente instaurada em sua essência rousseauniana via redes eletrônicas. Por outro lado, tampouco se trata da fantasia totalitária, panótica de um *Big Brother* vigiando a todos. Em realidade, não se pode retificar o computador e as redes de informação, o meio tecnológico que viabiliza novas formas de comunicação e relações de trabalho. Como afirma Feenberg (1990), a respeito da entrada da computação, automação e da inteligência artificial no mundo industrial, toda inovação tecnológica é portadora de um potencial de dominação e de liberação, de utopia e distopia.

Certamente, os trabalhadores de classe média, profissionais mais qualificados e autônomos, poderão gozar das vantagens decantadas da descentralização do lar eletrônico, onde a pessoa poderá desempenhar suas tarefas sem abandonar sua casa, aproveitando mais do seu tempo livre no espaço doméstico. Já para o proletário eletrônico, não é difícil imaginar controles por meio dos quais a não utilização do teclado em um prazo prefixado implique em advertências ou punições automáticas que dispensem a existência de controladores da produção, fazendo com que o processo produtivo dos tempos modernos e tayloristas pareça o reino da *nonchalance*.

Assim, em última instância, o impacto da tecnologia informática será resultante de um embate político travado entre os interessados em suas potencialidades, seus usuários, agências reguladoras, novas ou preexistentes,

que administram o direito das pessoas em um ambiente ideológico e culturalmente constrangido (a sociedade civil), um ambiente relativamente estruturado por sistemas de estratificação social e de poder preexistentes.

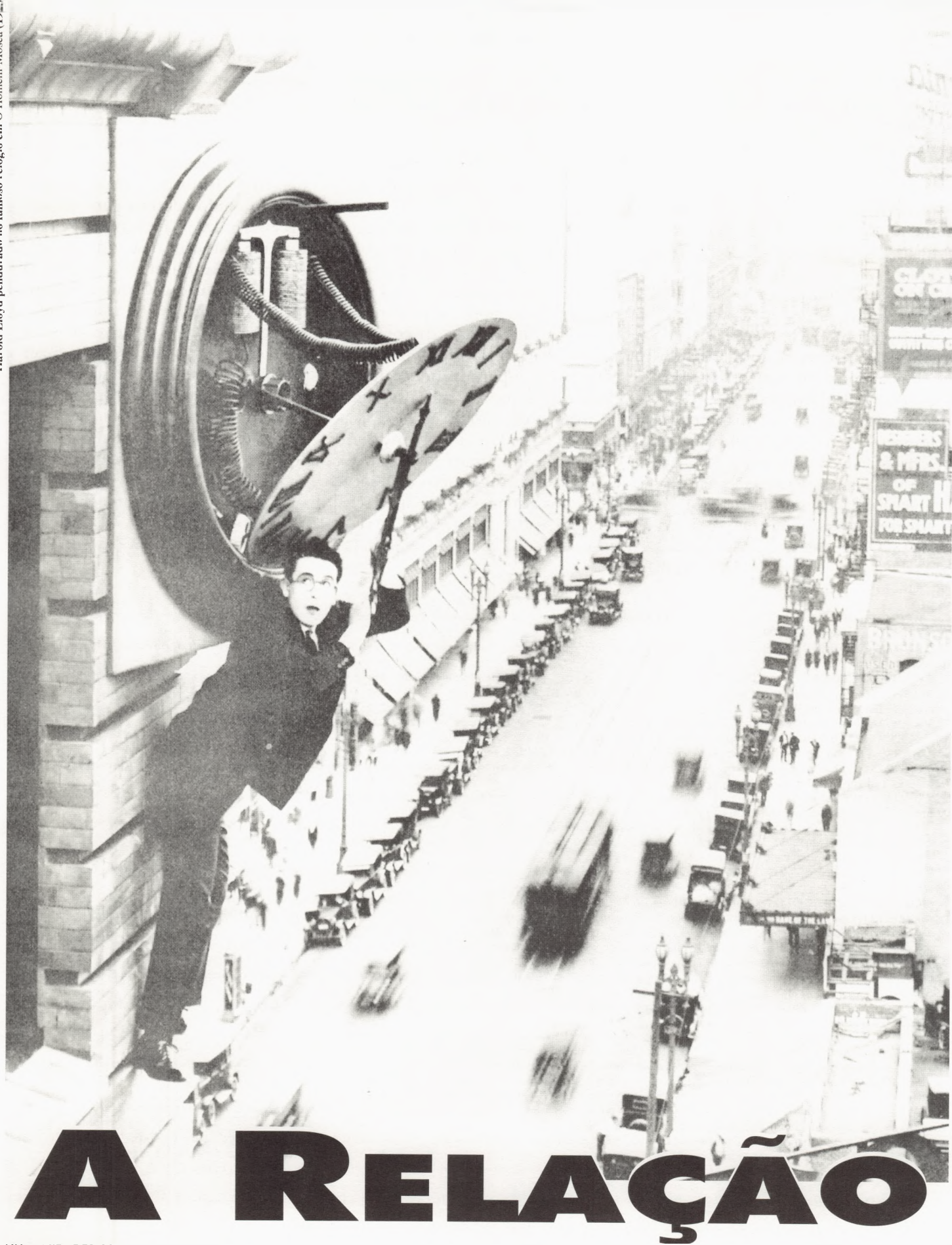
De qualquer forma, tanto o nomadismo transnacional quanto o *cottagesystem* eletrônico, em implantação numa era em que o setor de serviços cresce significativamente, representam a possibilidade de efetivamente realizar uma dispersão da força de trabalho inserida em um tempo e espaço relativizados pela dinâmica da compressão do espaço—tempo em escala planetária, impulsionando o modo difuso de expansão que prescinde de formas de imobilização tipicamente vinculadas ao modo de expansão concentrada. Seus impactos para a transformação e estruturação dos sistemas regionais inseridos em um sistema de espaços

fragmentados globais (articulados frequentemente via satélite) só se farão representar nitidamente em uma escala histórica maior.

Contudo, é possível concluir que as relações entre os modos de expansão concentrada e difusa e as formas de imobilização e dispersão da força de trabalho continuarão sendo centrais para a compreensão das maneiras de reproduzir e estruturar a vida social, política, econômica e cultural contemporânea. Concentração, difusão, imobilização e mobilidade sempre conviverão com suas diversas táticas para fixar e fazer circular força de trabalho, mercadorias e informações. Na verdade, são relações que se dão em um contexto de transformações e lutas por hegemonia, cujos resultados são difíceis de prever sem entrar no reino escorregadio da futurologia.

#### Bibliografia

- BACH, Linda & SCHILLER, Nina Glick, BLANC, Cristina Szanton. *Nations unbound. Transnational projects, postcolonial predicaments and deterritorialized Nation-States*. Langhorne, Gordon & Breach, 1994.
- BURAWOY, Michael. "The functions and reproduction of migrant labor: comparative material from Southern Africa and the United States". *American Journal of Sociology* 5: 1050-1087, 1976.
- CAMPOSECO, Jeronimo & GRIFFITH, David. *Anchor of identity: migration and transnationalism among Guatemalans, Jamaicans, and Puerto Ricans*. Trabalho apresentado na 89ª Reunião da Associação Americana de Antropologia, Nova Orleans, EUA, 1990.
- CORREIA, Marcos Sá. "O Brasil se expande." *Em Veja* (27) 36: 70-77, 1994.
- ESCOBAR, Arturo. "Welcome to Cyberia: notes on the anthropology of cyberspace." *Current Anthropology* 35: 211-231, 1994.
- FEENBERG, Andrew. "Post-industrial discourses." *Theory and Society* 19 (6): 709-737, 1990.
- HARVEY, David. *The condition of post-modernity*. Oxford. Basil Blackwell, 1989.
- LAURELLI, Elsa. "Los grandes proyectos: estrategias de desarrollo y transformación del territorio." *Em Los grandes proyectos y el espacio regional. Presas hidroeléctricas y el sistema decisional*. Cuadernos del CEUR, 19. Buenos Aires, 1987.
- LEITE LOPES, José Sérgio. "Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de subordinação burguesa." *Em José Sérgio Leite Lopes et al., Mudança social no Nordeste; a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Tecelagem dos conflitos de classe na cidade dos chamimés*. São Paulo/Brasília. Marco Zero, Editora Universidade de Brasília, CNPq, 1988a.
- MARGOLIS, Maxine. *Little Brazil. An ethnography of Brazilian immigrants in New York City*. Princeton, Princeton University Press, 1994.
- MARX, Karl. *Le capital*. Paris, Editions Sociales, 1976.
- NEIBURG, Federico. *Fabrica y villa obrera: historia social y antropología de los obreros del cemento*. (2v.) Coleção Biblioteca Política Argentina. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1988.
- OLIEN, Roger M. & OLIEN, Diana. *Oil Booms: social change in five Texas towns*. Lincoln, University of Nebraska Press, 1982.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança. Brasília: estudo sobre uma grande obra da construção civil*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, 1980.
- \_\_\_\_\_. "Arqueologia de uma cidade: Brasília e suas cidades satélites." *Espaço e Debates* 5: 113-124, 1982.
- \_\_\_\_\_. "Proyectos de gran escala: hacia un marco conceptual para el análisis de una forma de producción temporaria." *Em Leopoldo Bartolomé (org.), Relocalizados: Antropología social de las poblaciones desplazadas*. Buenos Aires, Ediciones del IDES, 1985.
- \_\_\_\_\_. "Cuanto más grande mejor? Proyectos de gran escala una forma de producción vinculada a la expansión de sistemas económicos." *Desarrollo Económico* 105: 3-27, 1987.
- \_\_\_\_\_. "Acampamento de grande projeto: uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia." *Em Aldo Paviani (org.), A conquista da cidade. Movimentos populares em Brasília*. Brasília, Editora UnB, pp. 25-53, 1991a.
- \_\_\_\_\_. *Empresas transnacionais. Um grande projeto por dentro*. São Paulo/Rio de Janeiro. Marco Zero/ANPOCS, 1991b.
- \_\_\_\_\_. "Bichos de-obra. Fragmentação e reconstrução de identidades." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 18: 30-40, 1992.
- \_\_\_\_\_. "Ser e não ser. Explorando fragmentos e paradoxos das fronteiras da cultura." *Em Claudia Fonseca (org.), Fronteiras da cultura. Horizontes e territórios da antropologia na América Latina*. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pp. 9-21, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Transnational capitalism and hydropolitics in Argentina*. Gainesville, University Press of Florida, 1994.
- \_\_\_\_\_. "The condition of transnationality." Trabalho preparado para a sessão *Rethinking the cultural: beyond intellectual imperialism and parochialisms of the past*, da 93ª Reunião da Associação Americana de Antropologia, em Atlanta, 1994a.
- RODRIGUEZ, Mariangela. "La construcción de la identidad nacional chicana en torno al mito de Aztlan: Cinco de Mayo en Los Angeles, California." *Em Claudia Fonseca (org.), Fronteiras da cultura. Horizontes e territórios da antropologia na América Latina*. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pp. 52-66, 1993.
- ROFMAN, Alejandro B. & ROMERO, Luis A. *Sistema socioeconómico y estructura regional en la Argentina*. Buenos Aires. Amorrortu Editores, 1973.
- SASSEN, Saskia. *The global city, New York, London, Tokyo*. Princeton, Princeton University Press, 1991.
- SPRANDEL, Márcia Anita. *Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais*. Tese de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.
- VIRILIO, Paul. "Era pós-industrial cria nômades à procura de trabalho." *Mais! Folha de São Paulo*, 21 de agosto de 1994.



# A RELAÇÃO

# MEIO AMBIENTE-MEIO URBANO:

## Do Para o Local<sup>1</sup>

Marilia Steinberger<sup>2</sup>

### I- Remexendo velhos papéis para encontrar o gancho urbano-ambiental

Quando Lynch, há cerca de 30 anos, escreveu um artigo intitulado “A cidade como meio ambiente”, nos fez um convite que soou como um exercício de futurologia: imaginar que o crescimento da população e a evolução da tecnologia tivessem urbanizado todo o globo e que uma única imensa cidade cobrisse a superfície da terra. Apresentou essa perspectiva como um pesadelo, pois tal cidade seria monótona, impessoal, abstrata e sem contato com a natureza. Mas ele não parou por aí. Pediu que supuséssemos estar nas nossas mãos, planejar um setor da hipotética *cidade mundial* para melhorar suas condições de vida. Argumentou que tínhamos meios para produzir uma atmosfera agradável no local onde vivemos nosso cotidiano. Ao mesmo tempo, constatou que já estávamos *conscientes* da feiúra e do desconforto que o colosso urbano impunha a seus habitantes. Nas suas palavras:

Os meios e a consciência devem entrelaçar-se (...) A enormidade, complexidade, diversidade de funções e estilos de vida do colosso urbano nos causam (...) dúvida sobre nossa capacidade de controlar a qualidade do meio ambiente (...) É fácil criticar a cidade. O que não é tão óbvio são suas potencialidades para nos trazer (...) prazer, potencialidades que surgem não apenas como decorrência do (...) meio íntimo — a casa e o bairro — mas da forma da cidade em toda sua grandeza (p. 219).<sup>3</sup>

Alexander, poucos anos depois, ao esboçar seu livro *O meio ambiente* também nos fez uma proposta intrigante. Começou com uma questão: qual é o problema fundamental do desenho do meio ambiente? Respondeu que consistia em se criar um meio ambiente que fosse real e total. A partir daí, afirmou que as obras de arquitetura moderna e as cidades contemporâneas, não eram suficientemente reais. Sucederam-se novas indagações:

Que é algo real? Algo que se aceita (...) e está consubstanciado com sua própria natureza. (...) Como se poderá fazer para que todo o meio

ambiente e todos os lugares onde vivemos sejam (...) reais? Uma cidade só pode chegar a ser real se todos os seus milhões de cidadãos estiverem embuídos do conceito de realidade. Como podem cooperar milhões de atos individuais de edificação de maneira que o meio ambiente por eles criado seja total e real? O... meio ambiente total é aquele que permite a seus participantes chegar a ser pessoas totais por meio de seus próprios esforços (...) Todo meio ambiente (...) sempre se estabelece a partir de um sistema combinatorial de imagens, que denomino de linguagem de padrões (...) Quando as linguagens de padrões usadas pelos construtores de meios ambientes são privadas e fragmentárias, como o são atualmente, é inevitável que gerem entornos fragmentários. (...) pode-se construir uma linguagem de padrões compartilhada (pp. 91-95).<sup>4</sup>

Que há de comum entre esses dois artigos? Não apenas a contemporaneidade da década de 1960. Ambos nos convidam a sentir o pulsar da relação meio ambiente-meio urbano com um enfoque que vai da “fantasia do grande para o pequeno”. Grandes são os desafios da cidade mundial e do meio

1 Este trabalho teve como ponto de partida os debates efetuados num grupo de estudos formado com Lúcia Cony Cidade, Marli Silva e Débora Andreolli, as quais a autora agradece.

2 Professora adjunta e coordenadora de extensão do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília.

3 Lynch, Kevin. “The city as environment.” *Scientific American*. Setembro de 1965. pp. 209-219.

4 Alexander, Christopher. *El medio ambiente*. Conferência lida no II International Symposium on Regional Development, Tóquio, setembro de 1968. Publicada em *La estructura del medio ambiente*. Barcelona, Tusquets Editor, 1971.



ambiente total. Pequenos nos achamos nós perante eles. Ambos nos intimam a sermos todos construtores do meio ambiente no meio urbano e do meio urbano sobre o meio ambiente. Ambos nos puxam para dentro do texto e nos convocam a participar do seu imaginário, que é também o nosso.

Quando esses dois autores chegaram até nós, vivíamos os anos 1970. E foi nessa década que o meio ambiente chegou ao Brasil, ou melhor, o Brasil descobriu o meio ambiente. E onde ele aportou? nas cidades. Lá estava a mídia, de plantão, para ver a reação dos nossos urbanistas.

É ilustrativa do ideário dessa época a experiência narrada por um cartunista carioca, em um número sobre cidades na revista *Realidade*. O título da matéria fala por si: “O horror ao campo”—Millôr Fernandes passa uma temporada nas brechas do rio das Mortes e conta por que adora a poluição urbana. Na volta dessa sua estadia no meio do mato, antes de chegar ao Rio de Janeiro, ele fez uma escala em Brasília, entrou na Catedral e disse uma oração a Niemeyer — uma verdadeira exortação urbana:

→ E aqui estou eu, bom Deus, depois de uma infinita semana de ar puro, de volta às alegrias da poluição. Respiro de novo, e fundo, o fumo, a fuligem, os resíduos industriais que me são caros. Cumprimento, com alegria, o repelente, o nauseabundo, o asqueroso homem urbano (p. 205).<sup>5</sup>

Em 1971, a revista *Visão* editou “Nosso ambiente vai mal”, resultado de uma mesa-redonda entre especialistas internacionais e nacionais, que se debruçaram sobre a seguinte questão:

→ O Brasil estaria sofrendo de duas doenças produzidas por causas opostas: a dos desenvolvimentos e a dos subdesenvolvimentos. A primeira, contraída por contágio das nações industrializadas, caracteriza-se pelos (...) des-

produtos da civilização. A origem da segunda é (...) a falta de progresso. O que seria mais urgente: combater a doença que ataca os grandes centros urbanos (...) ou exterminar os males que afetam a maioria da população, frutos do subdesenvolvimento?”

Embora a reportagem não tenha chegado a conclusões definitivas, é possível observarmos que o debate girou em torno de uma falsa questão, pois as duas doenças são uma só e ambas coexistem nas cidades. Aliás, um dos caminhos lá apontados foi a suposta vantagem do Brasil em traçar uma política urbana que não repetisse os erros dos seus “irmãos mais velhos”.

Vale ainda lembrar que a revista *Conjuntura Econômica* também publicou artigo sobre o tema em 1974: “Crescimento demográfico e poluição do meio ambiente”. As conclusões, bem ao sabor da pose dos economistas da “era do milagre”, foram:

→ O problema econômico da poluição ambiental é (...) equilibrar custos sociais com benefícios privados; (...) o desenvolvimento econômico é capaz de gerar os recursos suficientes para a restauração do meio ambiente e também para evitar que aumente a poluição no futuro (...); (...) é o desenvolvimento econômico que resolverá os problemas da poluição da pobreza e não a estagnação; a rápida urbanização do Brasil cria problemas, mas propicia oportunidades para resolvê-los. Uma taxa demográfica mais baixa permitirá que mais recursos sejam investidos para melhorar a qualidade de vida do brasileiro (...) (pp. 104-5).<sup>6</sup>

Mas não só a mídia estava de plantão. O governo brasileiro, com todo seu aparato planejador simbolizado, na época, pelos PNDs também estava atento ao assunto. Nada mais eloquente para mostrar a sua preocupação em reunir meio ambiente e meio urbano do que o capítulo do II PND “Desenvolvimento urbano: controle da

poluição e preservação do meio ambiente”.<sup>8</sup> Hoje, numa releitura, 20 anos após a sua edição, o que mais nos chama a atenção é a atualidade de suas propostas, ainda que centradas na poluição industrial das metrópoles, o grande gancho urbano-ambiental daquele momento. Atualidade porque, ao lermos alguns autores que têm escrito, recentemente, sobre o tema, observamos que muitas de suas posturas retomam ou aprofundam as constantes naquele plano. Nesse sentido, as seguintes passagens são dignas de nota no item “Política de desenvolvimento urbano”:

→ (...) o desenvolvimento rápido que se verifica com a realização de grandes projetos e aplicação de novas tecnologias, tanto em áreas urbanas como rurais, suscita preservação de recursos naturais (...)  
A concentração urbana (...) nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio está acarretando (...) congestionamento, superpopulação e poluição em detrimento da qualidade de vida e do equilíbrio social.  
(...) promover uma melhor estruturação do sistema urbano, com vistas (...) à elevação dos padrões de urbanização e de qualidade de vida. A estratégia de desenvolvimento urbano objetivará a desconcentração intra-regional do sistema urbano dominante na região Sudeste (...)

No item “Poluição industrial e preservação do meio ambiente”, o braço ambiental do capítulo, também nos são contemporâneas:

→ Não é válida qualquer colocação que limite o acesso dos países subdesenvolvidos ao estágio de sociedade industrializada, sob o pretexto de conter o avanço da poluição mundialmente. (...) o maior ônus do esforço a ser realizado deve recair sobre as nações industrializadas, que respondem (...) pelo atual estágio de poluição no mundo (...)  
É necessário reconhecer a poluição da pobreza (...) a carência (...) de

5 Fernandes, Millôr. “Viver no Campo.” Revista *Realidade*. Editora Abril, maio de 1972, pp. 199-205.

6 Revista *Visão*. “Nosso ambiente vai mal.” 11 de outubro de 1971, pp. 17-24.

7 Revista *Conjuntura Econômica*. “Crescimento demográfico e poluição do meio ambiente.” 28(3) Rio de Janeiro, março de 1974, pp. 96-105.

8 República Federativa do Brasil. Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), setembro de 1974, cap. IX, pp. 77-87.

saneamento e controle biológico indispensáveis à saúde das populações de baixa renda (...) a política (...) e de equilíbrio, para conciliar o desenvolvimento em alta velocidade com o mínimo de efeitos danosos sobre a ecologia e garantindo o uso racional dos recursos do país (...)

Se nos anos da década de 1960 a relação entre meio ambiente e meio urbano foi explicitada por meio de reflexões sábias e inovadoras, como as de Lynch e Alexander, embora tidas por alguns como exóticas e extemporâneas, os anos do decênio de 1970 se encarregaram de dar uma unicidade a esses dois “meios”, principalmente, via poluição urbana e seu contraponto, qualidade de vida, expressão tão cheia de apelo que foi logo apropriada pelo *marketing* imobiliário urbano.

É importante ressaltarmos que, se por um lado, esse enfoque foi importante porque unificou os dois temas, por outro permitiu a propagação de uma mentalidade patológica sobre o meio urbano, ainda dominante. A maioria das referências sobre a relação meio ambiente—meio urbano estão obnubiladas pelo estigma dos malefícios urbanos e suas conseqüências sobre a degradação do meio ambiente. Com isso, podemos concluir que o gancho urbano-ambiental existe, mas ele tem estado viesado.

Mesmo admitindo sua existência como inquestionável é preciso reconhecer que sua força não é um consenso. Alguns diagnosticam, a nosso ver, equivocadamente um enfraquecimento dos laços urbano-ambientais argumentando que, nos últimos anos, o meio ambiente sobrepujou o meio urbano, pois teve mais *appeal* para a opinião pública.

O que nos importa agora é repensar a relação meio ambiente—meio urbano sob um novo paradigma que se desvencilhe dessa partilha injusta na herança que tem cabido ao urbanita. Importa-nos perguntar de que maneira questões da atualidade, como a global(ização) e sua contraparte, a local(ização), podem ajudar na construção desse novo paradigma.

Para tanto, vamos verificar se houve mudança na qualidade do relacionamento meio ambiente—meio urbano e mostrar que só por meio desse tipo de mudança se criam as condições básicas de um novo paradigma. Trabalharemos com a hipótese de que global(ização) e local(ização) podem funcionar como sinalizadoras dessa mudança, a depender da maneira como sejam abordadas. Vejamos se isso vem acontecendo e como.

Antes, porém, precisamos estar alertas para perceber que algumas abordagens encerram posturas qualitativamente inovadoras, enquanto outras estão apenas travestidas com roupagens novas. Nesse sentido, não podemos deixar de constatar que muitas discussões atuais, já travadas desde a década de 1970, ainda possuem o “ranço” do paradigma da patologia urbana, razão pela qual resgatamos os recortes bibliográficos antes citados, tenham sido eles produzidos pela mídia ou pelo governo. Todo cuidado é pouco com expressões da moda, a exemplo de desenvolvimento sustentado, justiça social, contas ambientais, explosão demográfica urbana, tecnologia limpa e descentralização-desconcentração. Elas retomam preocupações já antes advogadas pelos defensores da poluição da pobreza, da política de equilíbrio, da análise custo-benefício, da redução das taxas de crescimento, entre outras.

O importante a destacar aqui não é o fato de essas questões serem novas ou velhas, mas desmistificar a novidade que lhes tem sido atribuída para que não corramos o risco de nos envolver com falsas questões na construção de um novo paradigma. Claro que a poluição urbana continua sendo um problema sério, mas ela não pode mais ocupar o centro da relação meio ambiente—meio urbano. Quando Millôr, na citação que fizemos anteriormente, parecia exaltar a poluição, na verdade, estava exaltando a riqueza de convivência dos contrastes no meio urbano, a despeito da poluição urbana. Mostrava-nos, há mais de vinte anos um novo gancho urbano-ambiental.

## II-Duas perspectivas de análise da relação urbano-ambiental

Do início da década de 1980 até nossos dias a relação meio ambiente—meio urbano vem-se consolidando a tal ponto que, por vezes, chegamos a não distinguir quando se está falando de um ou de outro dos temas remanescentes. De fato, acreditamos ter ocorrido uma ampliação desse relacionamento que, agora, passa a ser visto com enfoques múltiplos que extrapolam aquele mais visível da poluição urbana. Por esse motivo, não podemos admitir que chamem os anos 80 de “década perdida”, expressão muito ao gosto dos analistas econômicos. Hoje é notório o aumento da conscientização mundial sobre o meio ambiente. Além disso, novos atores têm papel relevante nas decisões afetas à questão ambiental: os movimentos sociais e as organizações não-governamentais proliferam.

Onde, senão nas cidades, vem acontecendo essa revolução ambiental? Nesse ponto é importante esclarecer que a cidade não é só o “palco” dessa revolução, pois a relação meio ambiente—meio urbano é sinérgica. O meio ambiente, nesse período, ultrapassa a fronteira local para ganhar a estrada cósmica-global e, com ele, o urbano também. A globalização é, fundamentalmente, urbana.

Com essas idéias referenciais fomos ler alguns autores que, nos anos recentes, têm dado contribuições sobre o assunto. Quando fechamos os livros, a sensação era que, durante as leituras, tínhamos estado como que “brincando com um caleidoscópio”: uma infinita combinação de imagens coloridas ia aparecendo diante dos nossos olhos. Cada uma era como um fragmento do cosmo, do planeta e do globo que se refletia no espelho da nossa mente.<sup>9</sup>

Paralelamente à

9 A imagem de fragmentos unidos num caleidoscópio nos deixou uma indagação: será isso resultado da interdisciplinaridade? Lemos antropólogos, cientistas políticos, economistas, arquitetos, juristas, geógrafos, demógrafos e sociólogos. Suas idéias se interpenetram.



essa sensação se juntou um sentimento, por que não dizer, de um certo desalento pois, no momento em que tudo é cósmico, planetário e global, tudo está longe e fora do alcance das nossas mãos. As soluções propostas pelos autores consultados, na sua maioria, são institucionais e dependem do esforço conjunto em organizações como a ONU, de os Estados-Nações se aliarem em blocos regionais, das ONGs, etc. A humanidade, a sociedade industrial capitalista, o homem em geral, o urbano e o rural, o do norte e o do sul, o pobre e o rico, todos são predadores da natureza. Todos ajudamos a criar “problemas do tamanho do mundo”. Problemas que transcendem a nossa natureza como seres vivos.

Nesse momento, com o nosso caleidoscópio imaginário entre as mãos, num exercício de abstração, percebemos que as reflexões dos autores têm adotado duas perspectivas distintas, mas coexistentes: uma primeira considera que o meio ambiente é mais abrangente e trata o meio urbano como uma de suas expressões, ou seja, como um dos seus subsistemas que deve estar em busca de um permanente equilíbrio com o sistema maior. Nessa perspectiva, o meio urbano está em conflito com o meio ambiente. Percebe-se a cidade como foco de externalidades negativas que devem ser corrigidas para cumprir, eficientemente, o papel que lhe cabe no modelo capitalista internacionalizado. Aqui, as cidades assumem características de cidades mundiais. Vamos denominar essa perspectiva de “global”; uma outra privilegia o meio urbano como um espaço que possui uma dinâmica ambiental própria e única, resultante de uma interação entre o ambiente e o ambiente construído, cuja harmonia é intrínseca e não extrínseca. Isso não lhe confere autonomia nem isolamento, mas apenas especificidade. Nessa perspectiva não há cidades ideais e sem problemas, mas há cidades e cidadãos buscando soluções condizentes com a sua estrutura ambiental. Em suma, a cidade

tem uma personalidade e cada cidade tem a sua personalidade. Em contraposição à primeira perspectiva, chamaremos esta de “local”.

Os nomes que escolhemos para batizar as duas perspectivas, “global e local”, não têm a pretensão de reforçar ou retomar a discussão apaixonada que tem se travado entre as correntes dos localistas e globalistas. Ao contrário, pretendemos mostrar que as duas convivem e que nenhuma é mais nem menos correta. Aqui, tão somente usamos esses termos como uma necessidade de visualizar o tamanho da lente com que a relação meio ambiente—meio urbano tem sido focada. Embora essa afirmação, à primeira vista, pareça estranha, vamos observar que quase todos os autores consultados abordam ambas as perspectivas. Para demonstrar, voltemo-nos agora para recortar fragmentos de seus escritos. Na seleção, apenas um critério: identificar, nos textos, maneiras como o global(ização) e a local(ização) podem contribuir para mudar a qualidade do relacionamento meio ambiente—meio urbano.<sup>10</sup>

Em Aguiar<sup>11</sup> é clara a presença das duas perspectivas. Por um lado, ele explicita a relação meio ambiente—meio urbano no seu conceito de meio ambiente total a partir de uma visão sistêmica. Por outro lado, nos mostra o cidadão—ser humano e o cidadão—planetário. Além disso, vê a cidade, simultaneamente, como foco de problemas e geradora de potencialidades ambientais. Assim:

A luta pela convivência harmônica com o meio ambiente é (...) missão de todos cidadãos (...) (p. 20-1).

O cidadão originário era um habitante da cidade. Hoje, a cidadania atinge outra dimensão (...) transcende a internacionalização e invade a planetarização (p. 34).

O conceito de meio ambiente é totalizador. Embora possamos falar em meio ambiente marinho, terrestre, urbano (...) essas facetas são partes de um todo sistemicamente organizado onde as partes (...) dependem umas das outras (...) (p. 36).

No meio urbano, onde há maior

concentração de população, os problemas tendem a se radicalizar, pois (...) pobreza, doença, falta de higiene (...) contribuem para a agressão (...) ao meio ambiente (p. 39).

A cidade (...) é a representação máxima do distanciamento entre homem e natureza (...) mas é também o lugar de decisões (...) de poder (...) É a praça onde (...) são urdidos acordos e radicalizados confrontos (...)

É na cidade que aparecem os movimentos sociais (...) (pp. 53-4).

Ortiz<sup>12</sup>, ao discorrer sobre a existência de uma “cultura internacional—popular”, nos traz uma abordagem que parece remeter para a imposição do global perante o local. De fato, ele nos diz que o local não está em contradição com o global, mas, ao contrário, estão interligados, pois a globalização se realiza pela diferenciação. Embora ele não explicita a relação meio ambiente—meio urbano referindo-se, em separado, a ecologia planetária e ao anonimato das grandes cidades, nos deixa pistas para construirmos essa relação quando sugere que a sociedade deve inventar novas instâncias para integração das pessoas e propõe a mídia e a empresas como tais instâncias. E aí nos perguntamos: não é a cidade o local privilegiado da ação de instâncias como essas e também sede dos movimentos sociais ecológicos? Vejamos:

(...) movimento ecológico (...) uma espécie de movimento social da sociedade civil mundial (...) A preocupação ecológica não tem pátria, seu enraizamento é o planeta (p. 7). (...) mundialização percorre dois caminhos (...) a desterritorialização constituindo um tipo de espaço deslocalizado. Porém (...) o espaço, categoria social (...) deve se localizar, preenchendo o vazio de sua existência com a presença de objetos mundializados (p. 106).

Com o advento da sociedade urbano-industrial, a noção de pessoa já não mais se encontra centrada na tradição. Os laços de solidariedade se rompem. O anonimato das gran-

10 Optamos, proposadamente, por escolher autores com origens disciplinares diversificadas.

11 Aguiar, Roberto A. Ramos de. *Direito do meio ambiente e participação popular*. Brasília, Ibama, 1994.

12 Ortiz, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994.

des cidades e do capitalismo corporativo pulveriza relações sociais, deixando os indivíduos soltos na malha social. A sociedade deve inventar novas instâncias para a integração das pessoas (p. 117).

Uma cultura mundializada deixa raízes em todos os lugares (...) Sua totalidade transpassa os diversos espaços, embora (...) de maneira desigual (p. 219).

Numa linha similar de abordagem, está Ribeiro<sup>13</sup> nos contando sua experiência com os denominados “bichos de obra”, habitantes das pequenas aldeias do sistema mundial formadas nas cercanias de canteiros de grandes obras, um ator social, segundo ele:

→ (...) dominado por sua ocupação profissional, tendencialmente descarnado da especificidade e da profundidade de uma identidade cultural e étnica, e que vê a si mesmo como um cidadão do mundo, de um sistema mundial cada vez mais homogêneo (...) (p. 39).

Ele conclui que há uma brecha para a reconstrução de uma nova identidade mesmo que seja às custas do que chamou de “interação/integração de segmentos populacionais heterogêneos”.

Tomemos agora Santos<sup>14</sup> que, numa entrevista recente, se declarou avesso às teorias que exaltam a globalização da sociedade moderna e partidário da riqueza da combinação urbana, com os seguintes argumentos:

→ (...) o mundo inteiro é um ficção. A (...) aldeia global não existe. (...) desconfio de tudo que é apresentado como sendo global (...) falta sentido a esse conceito. Meu ponto de partida são os valores. Estes podem se tornar mundiais, mas o ponto de partida é local. (...) o sentido verdadeiro das coisas é sempre produzido por valores locais que produzem cidadania (...) (p. 8).  
A cidade, ao contrário do campo, recusa o capital (...) Os homens são mais diversos e, portanto, a combinação urbana é mais rica. O futuro está aqui. (...) a grande quantidade

de gente pobre é uma fonte de sabedoria (...) O pobre é o agente menos acomodado que a classe média. O pobre se relaciona com a cidade como um lugar (...) que exige um deciframento permanente (p. 10).

Aqui, as duas perspectivas estão presentes, por contraposição, na medida em que Santos usa o local para rechaçar o global. A relação meio ambiente—meio urbano aparece nas entrelinhas quando ele introduz na discussão as classes sociais e considera que a pobreza das cidades não é fonte de poluição, mas sim fonte de sabedoria.

Foi também num artigo de Santos<sup>15</sup> que encontramos uma frase das mais polêmicas sobre o assunto. Vamos a ela:

→ (...) o lugar torna-se o mundo do veraz e da esperança, e o global, mediatizado por uma organização perversa, o lugar da falsidade e do engodo. Se o lugar nos engana, é por conta do mundo. (...) o que globaliza separa; é o local que permite a união (p. 20).

Poderíamos nos contentar em reconhecer que, mais uma vez, Santos usou o local para contrapor ao global ou dizer que, nessa frase, ele se mostrou o mais ardoroso defensor do local. Mas seria pouco. Ficamos nos perguntando o significado do jogo de palavras entre o lugar e o mundo, o local e o global, o veraz e o falso, o que une e o que separa. Arriscamos dizer que representa a dialética de um processo uno e simultâneo, de global(ização) e de local(ização).

Dentre os autores que selecionamos, Sachs<sup>16</sup> reproduz com mais fidelidade o “mix” das nossas duas perspectivas, nos trazendo de volta algumas das posturas travestidas com roupagens novas, mas nos brindando com outras que introduzem mudanças qualitativas na relação meio ambiente—meio urbano.

Vejamos suas propostas para minimizar os conflitos meio ambiente—meio urbano baseadas na “novidade” do desenvolvimento sustentado. Ele nos diz que o planejamento do desen-

volvimento deve considerar cinco dimensões de sustentabilidade: social, econômica, ecológica, cultural e espacial. Na última, destaca a necessidade de se obter:

→ uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas, com ênfase no que se segue: reduzir a concentração excessiva nas áreas metropolitanas; explorar o potencial da industrialização descentralizada (...) (p. 38).

Ele também dedica uma parte do seu *paper* a outra “novidade”, a explosão urbana, começando por frisar que:

→ O tamanho da explosão urbana, aliada à lista de necessidades não atendidas, significa que a replicação no Sul de métodos utilizados no Norte aumentaria as desigualdades existentes, beneficiando uma minoria e marginalizando a maioria dos habitantes urbanos. (...) a atual tendência (...) à transformação do nosso planeta em um arquipélago urbano deve ser considerada como uma fatalidade. O conceito de economias de aglomeração deve ser revisto à luz das oportunidades criadas para a especialização flexível e a industrialização descentralizada (...) (p. 40).

Ao mesmo tempo, é também Sachs, com uma postura inovadora, quem mais enfatiza os avanços institucionais da sociedade civil e destaca a personalidade das cidades. Assim:

→ O surgimento da sociedade civil como um terceiro sistema de poder, unindo-se ao Estado e aos poderes econômicos, deve ser visto como um evento importante (...) Um dos desafios será reconhecer esta nova configuração política e trabalhar na institucionalização de uma democracia genuinamente

13 Ribeiro, Gustavo Lins. “Bichos de obra — fragmentação e reconstrução de identidades.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 18, fevereiro de 1992.

14 Entrevista: Milton Almeida dos Santos. “O mundo não existe.” *Revista Veja*, 16 de novembro de 1994.



participativa em todos os níveis: local (rural e urbano), nacional e global (p. 30).

As cidades são ecossistemas e, como tais, são fontes potenciais de recursos. (...) As cidades são como pessoas: pertencem à espécie urbana, mas tem sua personalidade própria. A resposta ao desafio urbano deve levar em conta as configurações específicas dos fatores naturais, culturais e sociopolíticos do passado histórico e das tradições de cada cidade. Em lugar de se propor soluções homogeneizadoras, a sua diversidade deve ser considerada como um valor cultural de grande importância (p. 41).

Nesse ponto é importante observarmos que enfocar a cidade como um ecossistema não é novidade, uma vez que já foi proposto por outros autores como Douglas<sup>17</sup> e Rocha,<sup>18</sup> mas admitir que a cidade tem uma personalidade própria traduz uma verdadeira mudança qualitativa.

Martine<sup>19</sup> retoma a proposta de Sachs sobre sustentabilidade espacial, quando refere-se à redistribuição da população a partir de uma análise do processo de concentração e desconcentração de atividades econômicas nos grandes centros. Essas preocupações, presentes hoje, em plena década de 1990, nos trazem de volta o ideário do II PND e estão calcadas no paradigma da patologia urbana. Mas ele também inova ao juntar esse raciocínio com a abordagem dos espaços urbanos construídos e das vantagens comparativas locais no âmbito da globalização, mostrando o equívoco dos partidários do neomalthusianismo. Assim:

→ (...) a forma da questão demográfica incidir sobre o problema ambiental no Brasil está mais relacionada com a utilização do espaço do que com o crescimento vegetativo (p. 31).

As questões ambientais que afetam (...) o cotidiano da maioria da população brasileira deverão ser resolvidas no âmbito dos espaços urbanos construídos (...) e não em espaços naturais (...) (p. 35).

A questão básica é saber como a nova ordem mundial (...) que está surgindo com a globalização da atividade econômica, vai afetar essa dinâmica. (...) é de se esperar um fortalecimento da economia de mercado, tornando-a mais integrada e dependente da economia mundial. Dentro da lógica tradicional, isso tenderia a concentrar atividades econômicas e população em (...) localidades que apresentam maiores vantagens comparativas. Entretanto, a lógica das vantagens comparativas mudou com a globalização da economia (...) A localização de atividades econômicas vai depender das vantagens comparativas, primeiro no nível de países e só de maneira secundária no nível de regiões dentro do país (p. 36).

Esses dois últimos autores, Martine e Sachs, com abordagens que resgatam propostas antigas e as atualizam, nos mostram que nem sempre os velhos papéis são tão velhos assim. Eles estão aí, em plena ordem do dia, concordemos ou não com o ideário planejador-desenvolvimentista que lhes dá cobertura.

Passemos agora, com Wilhelm<sup>20</sup>, a fazer um passeio pela história do Brasil para encontrar as raízes da nossa relação urbano-ambiental. Ele parte do princípio de que para compreender os resultados da ação humana na construção de uma cidade, e o impacto dessa ação sobre o ambiente, é preciso dizer algo sobre a relação entre o homem e o espaço que ocupa e também sobre o *modus operandi* do construtor das cidades brasileiras, o migrante nacional, o conquistador urbano. Lembra-nos que, no Brasil, com a estrutura fundiária

determinada pelo gigantismo do território, não conhecemos a vida da aldeia. Criou-se então uma relação diferente entre o urbano e o rural. Criaram-se hábitos culturais societários e não comunitários nas cidades. Vejamos como isso foi evoluindo:

→ (...) a aceleração da urbanização, como um fator disruptivo do meio ambiente urbano (...) decorre da migração (...) que constituiu um fluxo de conquista e enriquecimento. O Brasil é um país de construtores de cidades novas (...) O espírito de conquista, a sensação de que o crescimento da cidade pode significar o crescimento individual, continua impregnando a cultura urbana. (...) o habitante urbano é um conquistador (...) um individualista. A cidade de destino é uma região de oportunidades, campo de ação disponível para o desfrute feito de modo predatório (...) Conquistador urbano, região de oportunidades e modos predatórios de uso da cidade, são três conceitos básicos para a compreensão dos problemas ambientais urbanos do nosso país (p. 4-5).

Wilhelm propõe, tendo como pano de fundo o planejamento e sua institucionalização, principalmente, em nível local, que, na recuperação e melhoria da qualidade do meio ambiente urbano, se conte com a participação dos interessados para perceber: “(...) de que modo (...) a população transforma espaços em lugares, isto é, em sítios com que as pessoas se identificam” (p. 12).

Essas reflexões de Wilhelm nos levaram a pensar que, embora a globalização tenha vindo à tona recentemente, no âmbito da crise do capitalismo, não é um processo novo e nem tem a ver só com o mundo. O global para ele é o Brasil inserido na história do nosso processo de colonização.

Leis e Viola<sup>21</sup> nos apresentam uma

15 Santos, Milton. “A aceleração contemporânea: tempo, mundo e espaço mundo.” Em: *O novo mapa do mundo-fim de século e globalização*. São Paulo, Hucitec-Anpur, 1993.

16 Sachs, Ignacy. “Estratégias de transição para o século XXI.” Em: *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. Brasília, IBAMA/ENAP e São Paulo, Brasiliense, 1993.

17 Douglas, Ian. “The city as a ecosystem.” Em: *Progress in Physical Geography*, vol. 5, nº 3, setembro de 1981.

18 Rocha, Antônio José Andrade & Naves, Márcio Antônio & Cruz e Sousa, José da. *Guia do meio ambiente*. Brasília, Tablóide Editora, 1992.

19 Martine, George. *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. Campinas (SP), Editora da UNICAMP, 1993.

20 Wilhelm, Jorge. “Problemas ambientais urbanos.” *Paper* lido no Simpósio sobre Urbanização Acelerada e Degradação Ambiental em Brasília, novembro de 1992.

visão que contempla, a um só tempo, as perspectivas local e global, em cenários que apresentam saídas para a desordem global da biosfera: continuidade desequilibrante; ecoautoritarismo; centralismo ecológico global com auto-organização democrática local; e auto-ecoorganização global. Os nomes falam por si, mas é importante apreendermos o fio condutor das idéias que levaram a eles — o ecologismo:

→ Ambientalismo e ecologismo (...) não são o mesmo (...) O ambientalismo (...) não introduz mudanças (...) porque permite à humanidade acreditar que pode estabelecer uma relação de equilíbrio com a natureza sem (...) reconhecer-lhe um papel ativo (...) procurando adaptar o projeto ecológico ao projeto dominante (...) A variante ecologista surge em procura da reconciliação (...) da humanidade consigo mesma e com a natureza (pp. 11-2).

O enfoque ecologista é produto de uma crítica (...) da sociedade industrial e está baseado num sistema de valores pós-materialista que concebe desenvolvimento humano como uma combinação harmoniosa de desenvolvimento material (fora) e espiritual (dentro) (p. 37).

(...) não podemos depositar esperanças em desenvolvimentos auto-sustentados que não estejam garantidos nos níveis local e global, simultaneamente (p. 34).

Se essa visão inova, ao esclarecer o verdadeiro significado do ecologismo como um movimento que busca uma mudança qualitativa na relação homem—natureza, seu reatamento na relação meio ambiente—meio urbano ainda se pauta no paradigma patológico. Vejamos:

→ O processo de urbanização acelerada (...) é o principal responsável agregado pela crise ecológica atual. A industrialização e a urbanização (...) provocaram um elevado consumo de energia; novos padrões consumistas aceleraram o gasto energé-

tico (...) Para concluir o panorama da degradação socioambiental latino-americana, temos o processo de metropolização (...) a contrapartida da modernização agrária (...) (pp. 30-32).

Para encerrar esse nosso exercício analítico, vamos apreciar o documento de política urbana do Banco Mundial que define um programa de trabalho para a década de 1990.<sup>22</sup> Nele há um capítulo específico para tratar do meio ambiente urbano. Um diagnóstico, sem grandes novidades, que passa pela constatação das deseconomias e externalidades negativas que devem ser minimizadas e pela necessidade de se aumentar as positivas, concluindo que:

→ Do ponto de vista operacional, a dificuldade se assenta em formular políticas e medidas que abordem os três problemas centrais do crescimento urbano: a redução dos obstáculos à produtividade urbana, o alívio da pobreza e a ordenação do meio ambiente (p. 64).

Entretanto, as estratégias formuladas, embora calcadas no paradigma patológico urbano, nos causaram surpresa, não só pela abordagem conjunta de ambas as perspectivas, mas pela valorização de um meio ambiente local que é urbano. Assim:

→ Nos últimos anos grande parte da atenção internacional tem se concentrado nos problemas ambientais mundiais (...) As zonas urbanas contribuem em grande medida para esses problemas (...) Ainda que os problemas mundiais sejam graves, suas consequências ainda não se manifestaram em toda sua amplitude. Ao contrário, o forte impacto dos problemas ambientais urbanos na saúde e na produtividade das pessoas (...) já é dramaticamente evidente. O aumento da consciência internacional sobre essas questões ambientais locais será fundamental (...) O agravamento da crise do meio ambiente urbano requer

que as autoridades nacionais, regionais e locais (...) apliquem (...) medidas difíceis. Por conseguinte, será essencial um compromisso político eficaz para melhorar o meio ambiente local (p. 87).

Poderíamos continuar a fazer esse exercício com outros autores, mas acreditamos que os recortes apresentados, alguns até bastante longos pela significância de suas posturas, dão uma idéia do que nos propusemos a mostrar: em praticamente todos eles as duas perspectivas de análise estão refletidas, mesmo quando uma tenha sido usada como contraponto para rechaçar a outra.

E o que isso que dizer? que os cientistas sociais, na sua maioria, reconhecem ambas as perspectivas? Sim, mas, principalmente, quer dizer que o global não existe sem o local, e, hoje, o local não existe sem o global. Quer dizer também que global versus local é uma pseudoquestão. Estamos certos que ajudando a destruir o muro que separa o global do local, damos um passo em direção à construção de um novo paradigma da relação meio ambiente—meio urbano. Tiremos os “meios” e fiquemos com um ambiente urbano, que é, simultaneamente, global e local.

A globalização engendra um processo de destruição de um “velho local” e de construção de um “novo local”, fruto de uma relação meio ambiente—meio urbano renovada e recriada. De uma relação resultante de uma alquimia permanente e constante entre meio ambiente natural e meio ambiente “urbanamente” construído. A cidade mundial de Lynch hoje é uma realidade e seu convite continua válido. A busca de um meio ambiente total e real de Alexander, resultante da ação compartilhada de todos os habitantes urbanos é mais do que nunca necessária. Fica a pergunta: o que podemos nós, seres humanos, habitantes planetários, locais—globais, fazer por nós.

O que posso eu?



21 Leis, Hector Ricardo e Viola, Eduardo J. “Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo.” Em: *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro, FASE/Vozes, 1991.

22 Banco Mundial. *Política urbana y desarrollo económico: Un programa para el decenio de 1990*. Washington, abril de 1991.



# REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Sonia Bloomfield Ramagem, Ph.D.  
Departamento de Geografia  
Universidade de Brasília

## 1 - INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento é uma categoria do pensamento moderno que tem suas raízes em modos muito antigos de se compreender as relações entre o homem, a natureza e a sociedade. Existem, na realidade, duas maneiras profundamente distintas de se entender e, por conseguinte, implementar o desenvolvimento, as quais são pontos opostos — e paradigmáticos — de um continuum e que permitem a criação de distintos modelos, cada qual nascido a partir de uma das duas raízes.

Ao refletirmos sobre o conceito de desenvolvimento torna-se imperativa uma busca sobre as origens do mesmo, a partir de pensadores que influenciaram profundamente o pensamento ocidental moderno quanto à natureza humana, à constituição da sociedade e ao papel do governo, unindo assim as relações políticas, econômicas e históricas com a ideologia, principalmente com aquela que se refere ao moderno conceito do indivíduo (Dumont 1977).

A palavra desenvolver significa “tirar do invólucro ...fazer crescer... tornar maior ou mais forte... progredir” (Buarque de Hollanda 1972), e é a percepção desse algo que está envolvido — a natureza humana — que irá dar forma aos conceitos sociais de desenvolvimento e à maneira pela qual ele é implementado. Existem, no presente, três formas básicas de entendimento da natureza humana: uma conservadora, uma liberal e uma radical.

A visão conservadora diz que a estabilidade social deve estar acima dos interesses individuais, posto que os seres humanos são basicamente maus e egoístas. Dessa forma, o conservadorismo opõe-se à mudan-

ça, a não ser aquela que leve de volta para um passado quando a sociedade (leia-se o Estado) era mais poderosa do que no presente.

As teorias liberais e radicais aproximam-se entre si no sentido de que ambas enfatizam a liberdade humana acima da sociedade, posto que o homem é basicamente bom; elas diferem, no entanto, no sentido de que para os radicais a verdadeira liberdade humana não é possível dentro das instituições sociais existentes, sendo necessária uma mudança social radical para a libertação do indivíduo. Para os liberais, ao contrário, o objetivo é uma mudança social moderada, efetuada de forma paulatina, posto que as instituições possuem em seu seio as sementes de auto-adaptação. Pregam os liberais, também, que a liberdade só pode ser alcançada a partir de uma menor interferência do Estado no processo de mudança social.

Além das diferentes visões sobre a natureza humana, deve-se também levar em conta que existe uma diferença profunda entre os conceitos de “modernização” e de “desenvolvimento”. A modernização encontra-se amparada na aquisição de novos conhecimentos ou tecnologias, bem como no investimento de recursos (humanos ou materiais) para a obtenção de vantagens a partir da nova aquisição (Ingersoll 1986); o desenvolvimento, no entanto, tem por objetivo erradicar o desequilíbrio no acesso diferencial a novas tecnologias ou conhecimento, e é a inclusão de tal componente humanístico que separa os dois conceitos.

## 2. HISTÓRICO DO CONCEITO

Pode-se falar em duas maneiras básicas de percepção da natureza humana como basicamente boa ou como basicamente má. Essa dicoto-

mia pode ser remetida a Platão (427-347 aC) e a Aristóteles (384-322 aC). Para o primeiro, a sociedade era um organismo vivo, uma soma de partes complexamente interrelacionadas, necessitando o corpo de uma harmonia geral para manter-se saudável, no entanto a harmonia somente poderia ser mantida enquanto as classes dominantes mantivessem as paixões das massas sob controle: para Platão, o estudo da sociedade era uma ferramenta política. Para Aristóteles, o estudo da sociedade deveria levar à promoção da virtude, ou melhor ainda, à organização das instituições para uma melhor promoção da vida virtuosa, sendo os seres humanos potencialmente capazes de serem bons, não havendo necessidade de criar instituições que os constrangessem a mudar sua natureza

Com a queda do Império Romano e o surgimento da Era Cristã, as teorias sociais seculares chegaram a um término, predominando então, por muitos séculos, uma visão religiosa da sociedade. Os fenômenos sociais passam a ser encarados como resultado da ação divina, trazendo consigo as seguintes noções: 1) os seres humanos são maus e corruptos; 2) a sociedade e as instituições sociais devem ser fortes, pois são instrumentos para coibir os crimes e vícios humanos; 3) o Estado/Governo é uma instituição social com mandato divino; 4) o propósito básico das instituições sociais — além de controlar os homens — era o de preparação dos homens para o “mundo que há de vir”; e 5) as reformas e o progresso social humano não são importantes, apenas o é o “mundo que há de vir” (Webster 1990).

É somente com o advento da pré-Renascença que o pensamento social secular é parcialmente restaurado —

devido às tendências religiosas da Reforma —, passando os fenômenos sociais a serem concebidos em termos de outros fenômenos que pertencem a “este mundo”. É somente no século XVII que a moderna teoria social secular toma forma, embora de maneira muito distinta da dos gregos.

Thomas Hobbes (1588-1679) e John Locke (1632-1704) foram os precursores dessa tendência. Ambos eram produto das noções individualistas do calvinismo (Camic 1983), e preocupavam-se em entender qual o papel do indivíduo na forma da sociedade e vice-versa, acreditando em um “estado de natureza”, quando os homens viviam por si mesmos sem organização social.

Para Hobbes, que tinha por objetivo defender a monarquia inglesa quando a mesma foi colocada em questão (Charles I foi decapitado naquela época), a natureza humana era basicamente má, egoísta, e auto-centrada. Ele preocupou-se, então, com a questão da “ordem” como a sociedade mantém a ordem para preservar a paz entre indivíduos egoístas? Por meio do “contrato”. É a partir desse evento que estabeleceu-se a “sociedade civil”, criada para controlar os indivíduos de forma a evitar perdas para eles mesmos, sendo, portanto, necessariamente repressiva. Embora haja uma semelhança entre seu pensamento e o de Platão, sua preocupação com o indivíduo como uma categoria leva-o para longe do enfoque holístico do pensamento grego.

Locke não se preocupava com a questão da ordem, pois, para ele, os homens eram seres maleáveis e potencialmente bons. A sociedade havia sido criada pelos homens, guiados pela razão, de forma a

garantir as liberdades individuais, sendo o Governo/Estado criado por consenso para a proteção dos direitos do indivíduo.

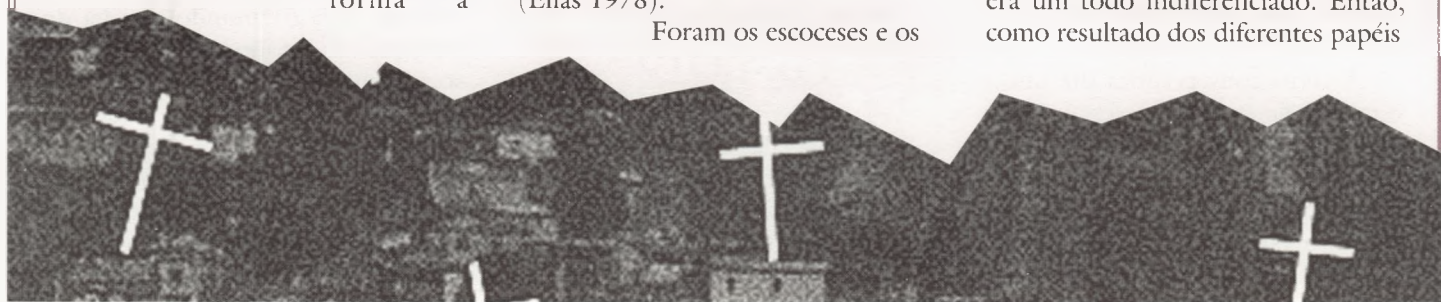
No período de 1740 a 1789 surge na Europa Ocidental uma nova visão de mundo: o Iluminismo. Uma de suas dimensões foi a análise puramente secular da sociedade, tendo por objetivo estudá-la de forma científica. A natureza da análise social empreendida pelo Iluminismo foi: 1) baseada em um modelo individualista da sociedade, oposto ao todo social, mas entendendo o indivíduo como um ser social e, assim, moldado pelas instituições; 2) percebendo os indivíduos como basicamente bons (natureza moral), colocando de lado a realização de estudos sobre a “ordem”; 3) criando um enfoque universal, o qual forneceu as bases para a comparação entre as sociedades, opondo-se assim a vistas a-históricas (negando, então, a existência de um “estado denatureza” posto que nunca haveria existido um tempo em que os homens vivessem sozinhos); e 4) utilizando o conhecimento obtido para o benefício da humanidade, livrando-a através do seguinte caminho: do conhecimento à crítica, da crítica à reforma social e da reforma social à liberdade.

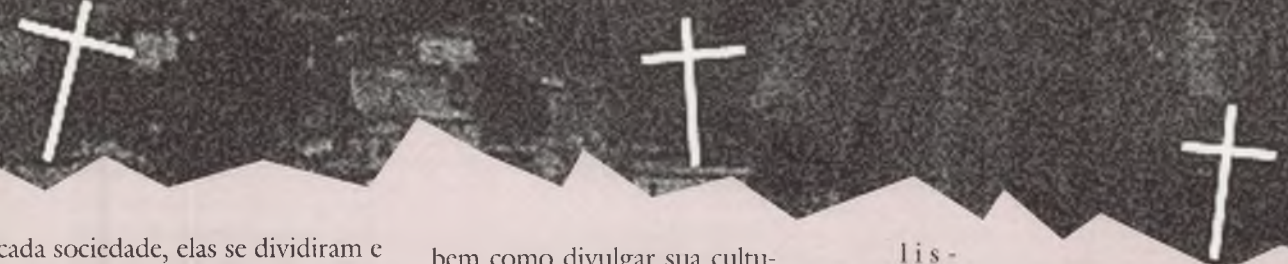
Montesquieu (1689-1755) preocupava-se com a reforma da sociedade, tendo provido as fundações para uma sociologia comparativa por meio de seu estudo da diversidade entre as nações, examinando os fatores estruturais que levam uma nação a assumir uma das seguintes formas políticas: despotismo, monarquia ou república. Ele, no entanto, era um pensador católico e francês, para quem não poderia haver uma percepção individualista da sociedade (Elias 1978).

Foram os escoceses e os

ingleses, profundamente afetados pelas idéias individualistas luteranas e calvinistas, que adicionaram a análise da ação humana — agência — à sociedade (Hawthorne 1990). Foram eles que estudaram a sociologia histórica comparativa do ponto de vista da economia (de maneira oposta às formas políticas de Montesquieu). Assim, as sociedades progrediam do nível mais baixo de subsistência — caça e coleta — para um segundo estágio — pastoralismo — e assim por diante. É interessante notar que aqui já aparecem fortes elementos evolucionistas, antes mesmo do surgimento do darwinismo.

Herbert Spencer (1820-1903) seguia um modelo individualista da sociedade, por intermédio do liberalismo (cada vez menos intervenção do Estado na vida social), tendo por objetivo político a liberdade individual da opressão social, e no caminho da felicidade. Para eles os homens poderiam ser bons ou maus dependendo das diferentes circunstâncias sociais: no passado os homens haviam sido egoístas, mas no futuro os homens poderiam ser bons sem necessidade de repressão externa. Era a intervenção governamental que, para ele, prevenia o nascimento natural da sociedade industrial (*laissez-faire*); a evolução era o progresso da sociedade em busca de condições sociais perfeitas, e a única mudança social básica que Spencer aceitava era a de uma sociedade “militar” (guerreira) para uma “industrial” (pacífica). A evolução era a diferenciação da sociedade por meio da subsistência funcional que criava a interdependência entre os homens. Evolução era, também, o desenvolvimento do sistema mundial: em tempos passados o mundo era um todo indiferenciado. Então, como resultado dos diferentes papéis





de cada sociedade, elas se dividiram e assumiram propriedades distintas: militares, industriais e compostas.

Na França, conforme a Revolução tornou-se mais e mais radicalizada, houve o surgimento de uma teoria social conservadora, oposta mesmo às idéias iluministas da época, com uma negação de um modelo individualista de sociedade, enfatizando a necessidade de instituições fortes para reprimir a maldade humana. É como resultado desse contexto que surge Auguste Comte (1798-1857) o qual, percebendo a extrema desorganização e instabilidade da França pós-Revolução, procura reconstruir a ordem social, não por meio de um retorno ao passado, mas pela mudança rápida rumo às condições sociais ideais do futuro sob o lema positivista “Ordem e Progresso”. Para ele a relação entre a mente humana e a sociedade era evolutiva e da seguinte ordem: teológica/atividades militares agressivas, metafísica/atividades defensivas e positiva/atividades industriais pacíficas.

### 3. A TEORIA SOCIAL CLÁSSICA: AS RAÍZES DO DESENVOLVIMENTO

As ciências humanas e sociais do século 20 têm sido um constante diálogo com três autores — Marx, Weber e Durkheim — seja por intermédio da crítica, do refinamento e até mesmo de tentativas de síntese das suas idéias. Torna-se, portanto, necessário contextualizar sua produção intelectual dentro da estrutura histórica de seus países de origem.

Tanto a França quanto a Inglaterra eram impérios coloniais no século XIX. Como tais, aqueles Estados necessitavam administrar seus vastos territórios de além-mar,

bem como divulgar sua cultura — material ou simbólica — aos povos que dominavam. Assim como na França, na Inglaterra também existia uma longa tradição de alianças entre a classe dirigente — nobres e clérigos — e a intelectualidade, recebendo estes últimas funções burocráticas e administrativas de importância, ao contrário do que ocorria na Alemanha, onde os intelectuais percebiam-se em oposição às classes dirigentes (Elias 1977). Além disso, a história daqueles países era bem diferente entre si, levando a realidades geopolíticas bastante distintas, onde a necessidade da “ordem” não era a mesma.

A tradição alemã relativa ao mundo social era bem diferente da francesa e da inglesa. Para essas duas últimas tradições, os mundos social e natural podiam ser estudados do mesmo modo (organicismo/funcionalismo); para a primeira, havia um abismo intransponível entre o mundo externo, o qual era conhecido por meio das categorias da mente (phenomena), e o mundo das coisas-em-si-mesmas, como elas realmente são (noumena). Essa separação refletia a nítida diferenciação existente entre os nobres (que eram percebidos pelos intelectuais como vivendo uma vida de aparências, sem conteúdo) e a intelligentzia (que se devotava a uma vida de sentimentos “verdadeiros”).

Surgindo com Kant (1724-1804), e sendo prosseguida por Hegel (1770-1831), iniciou-se uma procura por padrões de eventos no entendimento do mundo social, em oposição à procura de causa-e-efeito dos pensadores ingleses e franceses. A diferenciação entre noumena e phenomena era a noção de que os eventos têm um propósito, propósito que pode ser encontrado em qualquer período histórico, sempre lançando-se adiante para realizar a si mesmo. É a esse pensamento que se denomina “idea-

lis-

mo alemão”, uma concepção do conhecimento oposta ao “positivismo francês” e ao “empirismo britânico”.

O positivismo e o empirismo basicamente lançavam um olhar sobre o mundo, tomando-o como dado e o analisando; o idealismo, ao contrário, recusava-se a tomar o objeto como dado, posto que nada era o que parecia ser, partindo da premissa que o mundo deve ser “entendido”, não analisado. São esses os pressupostos básicos que iriam fornecer embasamento ao pensar sobre o mundo social de Marx, Weber e Durkheim.

### 3.1. Emile Durkheim (1858-1917)

A sociologia criada por Auguste Comte lançou raízes em um intelectual conservador como foi Emile Durkheim. Uma das questões básicas de seus trabalhos foi a relação entre a ordem social e a estabilidade. Assim, ele estudou a divisão do trabalho na sociedade, a qual ele percebia como criadora de uma maior liberdade para o indivíduo por meio de um maior número de vínculos com a sociedade (sendo que ambos os conceitos — indivíduo e sociedade — possuíam para ele igual peso), e a “consciência coletiva” como um veículo de solidariedade social que liga todos os homens entre si e cada um deles à sociedade: para ele o governo era parte da consciência coletiva.

Durkheim dividiu as sociedades em dois tipos: tradicional e moderna, demonstrando que elas propiciavam e derivavam de dois tipos de solidariedade entre seus membros, mecânica e orgânica. As sociedades tradicionais eram aquelas baseadas em valores que as ancoram no passa-

do, formadas por unidades de produção clânicas ou familiares que são auto-suficientes e que, de certa forma, parecem-se umas com as outras. O indivíduo, como categoria sociológica, não existe em tais sistemas, sendo o status individual, um a priori do próprio indivíduo, não havendo nessas sociedades lugar para ações individuais que pudessem criar mudanças sociais.

Por outro lado, as sociedades modernas formam-se devido a um aumento na densidade populacional, a qual traz mais indivíduos competindo por recursos escassos. Esse fator — e, de acordo com Durkheim, as sociedades ou se adaptam ou morrem — levou a um aumento gradual na divisão do trabalho, a qual, por seu turno, criou uma crescente interdependência dos membros da sociedade, embora também gerasse um processo de diferenciação social.

Foi nas sociedades modernas que o “indivíduo” moderno nasceu. No entanto, conforme os indivíduos modernos experienciam maior liberdade de ação (dentro de um número dado de restrições morais) tal fato traz consigo um maior potencial para a desagregação social, e então os indivíduos são encorajados a conformar-se à moral coletiva da sociedade, o que é feito principalmente pela religião.

Em suma, essas são as principais características de seu argumento: 1) enfatiza o sistema de moralidade e normas como a fórmula de integração social (mecânica e orgânica); e 2) ainda que haja maior expressão individual na sociedade moderna, essa flexibilidade pode ser uma fonte de frustração individual e de infelicidade (anomia), devendo ser contrabalançada e resolvida pelo recurso às crenças e rituais (religião).

### 3.2. Max Weber (1864-1920)

Tal como Durkheim, Weber procurou explicar a emergência da sociedade industrial, embora focalizando no porquê o capitalismo havia aparecido apenas na Europa Ocidental. Ele atribuía tal sucesso a um processo único à sociedade ocidental: a “racionalização”, ou seja, a organização racional dos negócios para aumentar o lucro e a acumulação do capital.

Weber também dividia as sociedades entre “modernas” e “tradicionais”, atribuindo a mudança de uma cultura pré-capitalista de maior lazer para uma nova ordem criada pela ética de trabalho duro do “capitalismo moderno”, por meio de uma ética religiosa específica: a “ética protestante”. Seu tema central era o de que, conforme as sociedades ocidentais se desenvolviam, seus membros eram mais e mais guiados por princípios de racionalidade e cada vez menos pela tradição. Ele também percebia que a nova liberdade havia criado o “indivíduo” como uma categoria sociológica ao longo do surgimento da modernidade.

Embora possa parecer que Weber e Durkheim pensassem de forma muito semelhante, eles partiam de premissas muito distintas: 1) para Durkheim a unidade básica do mundo social era o grupo, para Weber era o indivíduo; 2) para Durkheim a característica mais marcante do mundo moderno era a “anomia”, para Weber era o capitalismo; 3) para Durkheim a maneira de analisar a gênese do mundo moderno era por meio da divisão do trabalho, para Weber era por meio de uma teoria altamente específica da história; 4) o tipo de sociologia

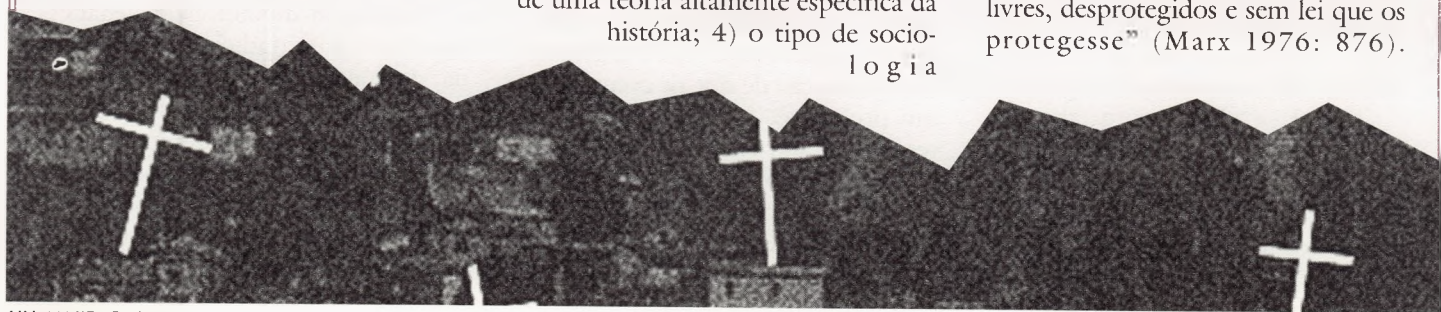
empregado por Durkheim era positivista, e Weber não era nem positivista nem um idealista absoluto, ele utilizava o entendimento interpretativo de forma a atingir as causas; e, finalmente, 5) para Durkheim o tipo preferido de explicação era causal e funcional, para Weber era causal e interpretativo (atingindo o significado dos motivos e ações dos atores do processo social).

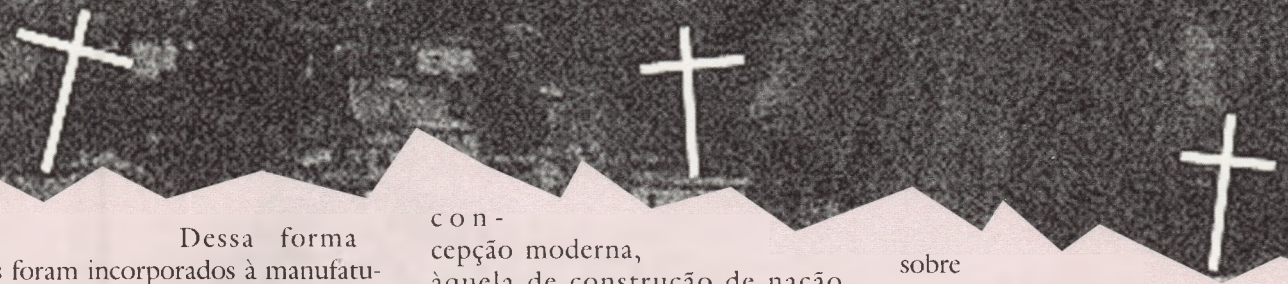
### 3.3. Karl Marx (1818-1883)

Marx via os contrastes entre as sociedades de forma distinta de Weber e Durkheim. Se para estes últimos eram as idéias criadas pelos homens que produziam mudanças econômicas e sociais, para Marx eram as condições materiais que promoviam as mudanças no pensar.

De acordo com ele, antes do advento da sociedade capitalista, a riqueza vinha principalmente da posse da terra, a qual era propriedade dos senhores feudais para os quais trabalhavam os servos. Os camponeses não trabalhavam por salários, cultivando a terra para o senhor das mesmas e podendo manter uma proporção do resultado de seu trabalho para seu consumo familiar.

Durante os séculos XVI e XVII, além da desagregação das terras da Igreja, os nobres iniciaram um processo de cercamento de suas propriedades, reservando-as para a criação de ovelhas (posto que a lã era mais rentável que a colheita agrícola devido ao excedente de produção), fazendo com que o campesinato da Europa setentrional fosse deslocado para as cidades. Esses antigos servos tornaram-se, então, “proletários livres, desprotegidos e sem lei que os protegesse” (Marx 1976: 876).





Dessa forma eles foram incorporados à manufatura capitalista em oficinas e fábricas (Hobsbawm 1978).

Esse novo modo de produção levou à divisão do trabalho em tarefas pequenas e restritas. Contrariamente a Durkheim, que via tal divisão como uma ligação positiva, Marx argumentava que ela era negativa para a força de trabalho, posto que os trabalhadores perdiam controle sobre seu próprio trabalho e sobre o produto final por eles manufaturado. Embora tal fosse benéfico para o investimento capitalista rentável, era destruidor das habilidades dos trabalhadores. Contrariamente a Weber ele não enfocava seus estudos nos capitalistas, mas sim na maioria: os trabalhadores.

Marx via também o capitalismo como liberto das fronteiras nacionais. Ele descreveu a riqueza da Europa como sendo criada pela pilhagem da matéria-prima e do trabalho de outras terras. Essa afirmativa traz consigo a idéia de que os problemas que as sociedades do Terceiro Mundo enfrentam atualmente iniciaram-se já na fase da “acumulação primitiva”. Dessa forma, o desenvolvimento do capitalismo europeu deu-se a expensas da Ásia, da África e da América Latina.

#### 4. PARADIGMAS DE DESENVOLVIMENTO

Uma das conseqüências da Segunda Guerra Mundial foi o rápido fim do colonialismo. Com ela, várias colônias européias na África e na Ásia tornaram-se Estados-Nação, criando assim o espaço necessário para o que se denomina de “ideologia do desenvolvimento”. Assim, não é muito difícil perceber que a idéia do desenvolvimento é ligada, em sua

concepção moderna, àquela de construção de nação. Existe, no entanto, uma diferença importante entre “modernização” e “desenvolvimento”, previamente discutida.

As questões sobre o desenvolvimento cresceram a partir da concepção popular durante o pós-guerra de que havia uma obrigação por parte das nações mais ricas de ajudar as mais pobres. Assim, durante as décadas de 1950, 1960 e início da de 1970, os governos tornaram-se os promotores do desenvolvimento, dentro ou fora de suas próprias fronteiras geográficas, sendo que apenas no final da década de 1970 é que as organizações não-governamentais (ONGs) vão chamar a atenção do mundo acadêmico.

J. P. Lewis demonstrou que a área do desenvolvimento internacional, sob os auspícios governamentais, começou a tomar forma inicialmente em círculos oficiais em princípios dos anos da década de 1950 porque: “Desenvolvimento era um problema de política, política era o negócio dos governos” (1989: 70).

Existiam algumas características básicas dos governos, as quais podiam promover o desenvolvimento: em primeiro, lugar eles apareciam como organizações dominantes que gozavam do benefício de associações universais e compulsórias; em segundo, eles supriam os mercados com os contornos das regras de operação; em terceiro, pensava-se que seu papel era o de proteger os segmentos mais incipientes da economia, bem como suprir os bens públicos tais como a lei civil, estruturas de transportes, comunicação, educação e serviços de saúde, entre outros. Como exemplo a nortear, havia os resultados impressionantes da reestruturação social soviética, criada a partir do planejamento central e de controles econômicos que, naquela ocasião, influenciaram fortemente as percepções

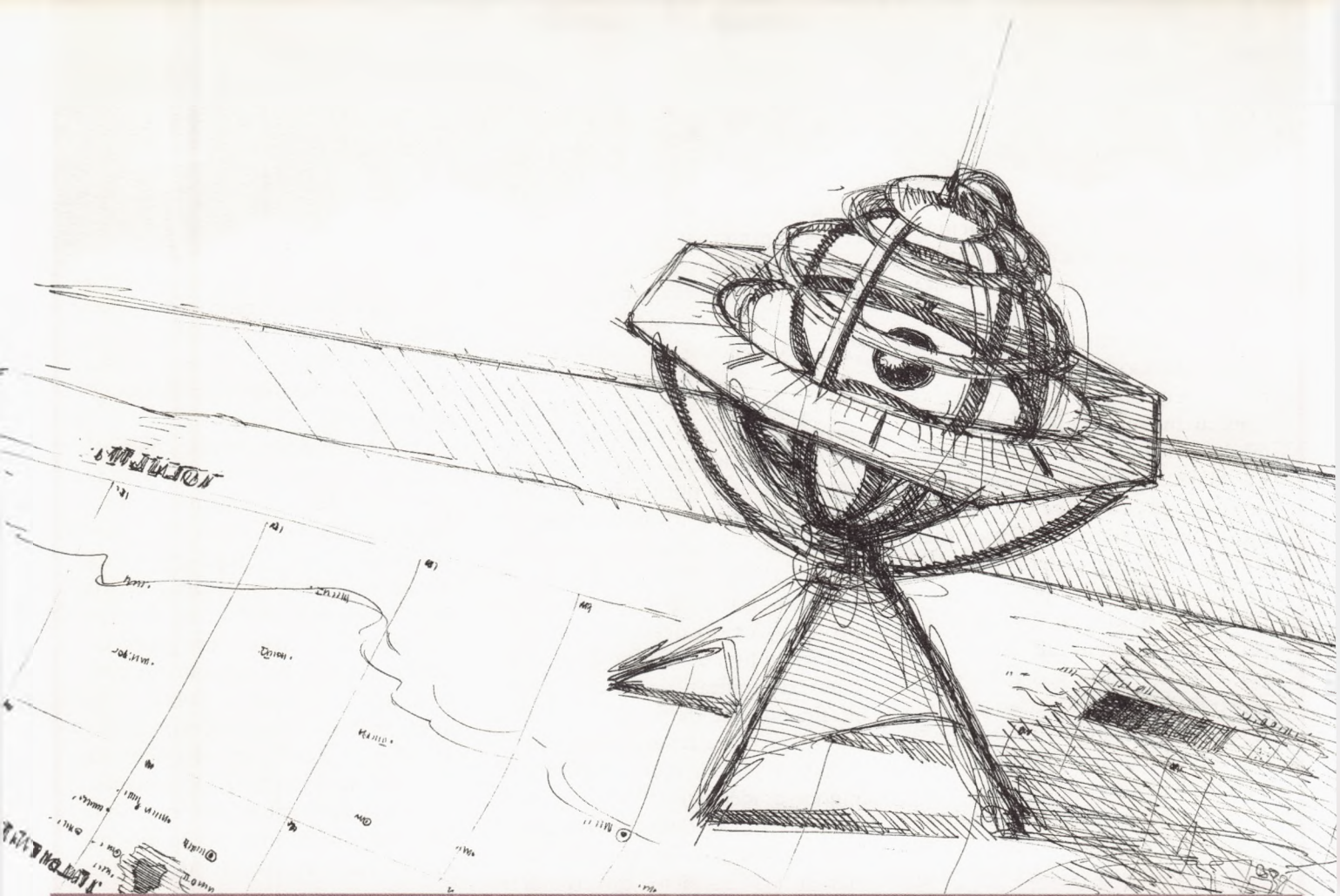
sobre o papel governamental — tanto em países ocidentais quanto não-ocidentais — como um fator fundamental na melhoria dos padrões econômicos de um país.

Conforme mencionado anteriormente, existem dois paradigmas básicos do desenvolvimento, a partir dos quais vários modelos diferentes surgiram: o Paradigma da Modernização e o Paradigma do Subdesenvolvimento. Um terceiro paradigma, ou melhor, um grupo de teorias as quais basicamente opõem-se à industrialização e à urbanização aceleradas — aqui denominado Paradigma Antidesenvolvimentista — serão aqui também apresentadas, ainda que não tenham tido o mesmo impacto na economia, na política ou em movimentos sociais de grande porte.

##### 4.1. O Paradigma da Modernização

O Paradigma da Modernização nasceu basicamente das perspectivas de Weber e de Durkheim no sentido de que: 1) ele focaliza “o papel dos valores e atitudes que afetam o comportamento das pessoas e, assim, a sua resposta a mudanças sociais preexistentes, ou a criação das mesmas” (Webster 1989: 64), e 2) está intrinsecamente ligado ao enfoque dualístico da “tradição” versus “modernidade”.

Também denominado de Paradigma Capitalista (Weaver & Jameson 1978) — ou tradicional ou neoclássico, ortodoxo ou enfoque econômico — esse paradigma vê o homem como um ser racional e a sociedade como as condições onde os indivíduos (no sentido sociológico) agem de forma auto-interessada na procura por atingir seus objetivos.



As pessoas são percebidas como hedonistas, procurando pela maior quantidade de bens e serviços com o mínimo custo e/ou esforço; no entanto, uma vez que os recursos são limitados, a sociedade deve lidar com a limitação dos mesmos, assim como com a decisão de a quem e como alocá-los.

Uma vez que para esse paradigma os fatores básicos de produção são a terra, o capital e a especialização, torna-se necessária a criação de instituições e estratégias que lidem com a questão da escassez dos recursos e o hedonismo dos indivíduos. As instituições são então: 1) propriedade privada dos meios de produção; 2) um sistema de

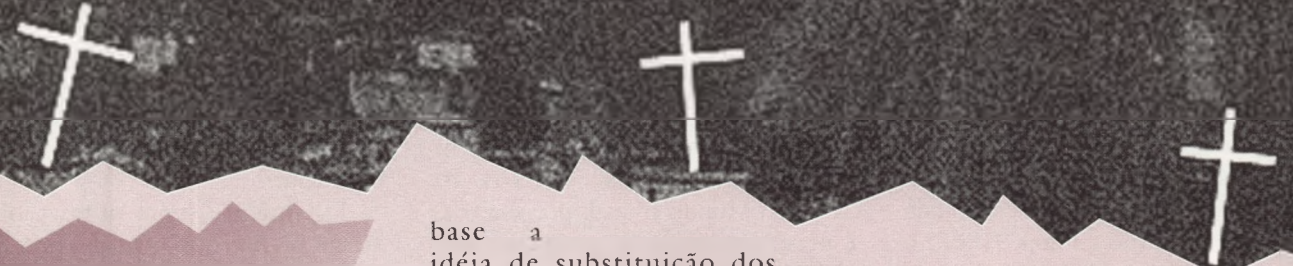
mercado; e 3) a firma capitalista (onde a produção e a especialização — a divisão do trabalho — ocorrem). A estratégia desse paradigma é baseada em uma atitude de laissez-faire por parte dos governos, os quais apenas devem prover a infraestrutura e o treinamento necessário ao processo de industrialização, deixando o capitalista no controle da produção e fazendo com que a divisão do trabalho gere a coesão social. Pode-se perceber um tom platônico nessa visão e, muito claramente, a defesa de Hobbes e Spencer em prol de uma sociedade em que os homens devem ser dirigidos contra sua natureza egoísta.

Os teóricos da modernização, sendo Talcott Parsons talvez o mais

proeminente, partiram da dicotomia “tradição” versus “modernidade” de Weber e Durkheim, enfatizando o estudo dos valores e as normas dos dois tipos de sociedades e seus sistemas econômicos, posto que uma mudança nos valores, atitudes e normas das pessoas (no sentido de Dumont 1977) das sociedades tradicionais, era um passo necessário para a mudança para uma sociedade moderna, progressiva e inovadora. Era absolutamente necessária uma mudança dos valores “tradicionais” para os “modernos”!

Para esse paradigma, as sociedades tradicionais possuem três características básicas que as opõem às sociedades modernas (Webster op. cit.):





## Tradicional X Moderna

— Pessoas orientadas para o passado. Sua cultura não pode ajustar-se ao presente. X — Indivíduos não são escravos da tradição: eles desafiarão o que se colocar como um obstáculo cultural ao progresso.

— Parentesco é ponto de referência decisivo em todas as práticas sociais. A posição da pessoa no sistema de parentesco e no sistema social lhe é atribuída por nascimento, não por merecimento. X — Parentesco tem menos importância porque a necessidade de mobilidade social e geografia impede que ele seja fortalecido. A posição do indivíduo na sociedade é conseguida por meio do “trabalho duro”.

— Membros das sociedades tradicionais têm uma visão de mundo fatalista, supersticiosa e emocional. X — Membros visam o futuro, são inovadores, têm espírito empresarial e uma visão de mundo racional e científica.

Dessa forma, as teorias que se originaram do Paradigma do Desenvolvimento são uma mistura de aspectos psicológicos, sociológicos e econômicos que tornam-se os moldes para as atividades de desenvolvimento, cobertas por uma pesada demão de verniz ideológico. As medidas empregadas para fazer funcionar esse paradigma são aquelas de fontes oficiais de recursos, seja em nível nacional ou internacional, ainda que haja ONGs envolvidas. As atividades de modernização dos anos das décadas de 1950, 1960 e 1970 eram — e ainda são — bastante ligadas aos interesses econômicos e políticos dos grandes poderes no Terceiro Mundo.

Assim é fácil entender por que outra característica igualmente importante desse paradigma é o “difusionismo”, o qual tem como

base a idéia de substituição dos “valores tradicionais” pelos “modernos”, i.e., urbanização e moradia baseados em famílias nucleares, alfabetização e provisão de capital para investimento dirigido à industrialização, um sistema legal racional que substitua padrões de autoridade baseados na tradição, etc.

Para o Paradigma da Modernização o desenvolvimento é basicamente uma estrada a ser viajada pelas áreas menos desenvolvidas, as quais devem vencer os obstáculos à modernização, de modo a seguir de forma linear o caminho da prosperidade. Não apresenta esse paradigma qualquer discussão sobre a base do Paradigma do Subdesenvolvimento: a luta de classes.

Os argumentos contra a Teoria da Modernização podem ser reunidos em seis pontos básicos: 1) os termos “tradicional” e “moderno” são muito vagos; 2) ela explica muito pouco sobre os processos de desenvolvimento de uma sociedade; 3) mesmo se os termos “moderno” e “tradicional” pudessem ser aceitos, eles são mutuamente exclusivos; 4) não é verdade que o parentesco seja realmente enfraquecido pela industrialização e pela urbanização; 5) as pessoas/indivíduos podem utilizar papéis “tradicionais” como recursos na sociedade “moderna”, não sendo intrinsecamente antagônicos; e 6) “ela ignora totalmente o impacto do colonialismo e do imperialismo nos países do Terceiro Mundo” (Webster op. cit. 61).

### 4.2. Paradigma do Subdesenvolvimento

Também denominado de Paradigma da Economia Política — ou Marxista — ele vê os homens em um sentido aristotélico: seres racionais que agem primordialmente no

interesse de suas sociedades. Essa foi a mesma visão defendida por Locke. Dentro dessa perspectiva o desenvolvimento é visto como um meio, não um fim, posto que o fim é o reforço dos valores dos seres humanos (“a boa-vida” como por eles definida); o desenvolvimento é, então, uma liberação para a humanidade, uma liberação que virá através de uma mudança radical das instituições, abrindo o caminho para uma tecnologia mais racional e com maior interação ambiental (Weaver & Jameson op.cit.).

Nesse modelo marxista a tecnologia é vista como o determinante maior da mudança (“materialismo”), devendo ser colocada à disposição dos homens para a obtenção de uma distribuição equitativa dos recursos, deixando a cada ser humano a liberdade de agir como lhe convém (posto que ele só fará o que for do interesse de sua sociedade), tanto em seu trabalho quanto em seu lazer.

Os teóricos do subdesenvolvimento têm empregado os trabalhos de Marx no sentido de explicar as desigualdades da economia mundial, intra e extra-sociais, embora discordem entre si quanto ao futuro do Terceiro Mundo no que se refere à industrialização: Frank (1981) a vê como impossível de se concretizar, e Warren (1980), ao contrário, como bastante provável.

As três fases históricas do desenvolvimento capitalista — capitalismo mercantil, colonialismo e neocolonialismo — são vistas pelos teóricos marxistas como estágios distintos de exploração do Terceiro Mundo pelo capitalismo industrial. O foco é concentrado no processo de mudança social, o qual é historicamente analisado em suas dimensões econômicas, políticas e culturais.

Se Marx “escreveu relativamente pouco sobre o processo de expansão

internacional do capitalismo” (Webster op.cit.: 81), outros autores de importância concentraram seus estudos sobre tal crescimento, tais como Lenin (1966), Frank (1967) e Lipton (1977).

Lenin (op. cit.) desenvolveu a “teoria do imperialismo”, a qual diz que o imperialismo é um fenômeno econômico do capitalismo, um estágio no qual surge uma crise na rentabilidade do capital, a qual leva a uma expansão europeia além-mar devido à necessidade para: 1) controlar o mercado global; 2) trabalho estrangeiro barato; e 3) matérias-primas baratas. Existem, é certo, inúmeras críticas contra essa visão baseadas no desenvolvimento histórico do capitalismo desde os tempos de Lenin (no entanto, embora o colonialismo tenha acabado o capitalismo monopolista ainda se encontra entre nós).

A visão marxista-leninista clássica sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento é a de que embora o capitalismo ao expandir-se provocasse inúmeros malefícios às sociedades não-capitalistas em que penetrava, ainda assim ele traria dentro de si as sementes de sua própria destruição, ensejando a criação de uma nova, e mais construtiva, sociedade.

É interessante notar que tal formulação mantém como base as mesmas premissas do Paradigma da Modernização em seu caráter evolutivo, mas a sua visão do futuro perante o surgimento do socialismo — e quanto à sua substância — é muito distinta.

Outra das teorias do subdesenvolvimento de grande peso é uma revisão da perspectiva marxista-leninista no sentido em que nega o papel “progressista” do capitalismo imperialista, ao mesmo tempo em que defende as lutas campones

nas sociedades agrárias. Assim sendo, o capitalismo imperialista tem apenas drenado os recursos do Terceiro Mundo o qual, por sua vez, é preso em um subdesenvolvimento ainda maior.

A Teoria da Dependência, que tem como seus maiores expoentes Andre Gunder Frank (op.cit.) e Immanuel Wallerstein (1977), diz que o surplus econômico dos países ou regiões pobres é transferido para os ricos centros do capitalismo. Essa visão rejeita de forma absoluta o Paradigma da Modernização, bem como a visão marxista-leninista de que o impacto das sociedades avançadas sobre as subdesenvolvidas (“modernas” versus “tradicionais”) levaria um dia a alguma melhoria; dizendo também que o crescimento econômico das áreas desenvolvidas só era conseguido às custas do subdesenvolvimento das demais. Assim, a pobreza do Terceiro Mundo é causada por essa “dependência”, a qual cria uma “cadeia” com países e regiões “metrópoles” e “satélites”, sendo os recursos das periferias constantemente transferidos para os centros (Cardoso & Faletto 1979).

Existem três críticas básicas contra tal teoria: 1) se a economia mundial é um sistema, isso significa que as partes são interconectadas, devendo então ser clarificado como os “satélites” são dependentes da metrópole; 2) dado o espetacular desenvolvimento econômico de alguns países (i.e. Coreia), a explicação dada por Frank a respeito do Terceiro Mundo parece estática; e 3) Frank vê o subdesenvolvimento principalmente em termos de troca e transferência, não examinando a maneira pela qual o lucro é extraído através do sistema de produção do Terceiro Mundo (o que foi explicado de forma geral por dos Santos [1973], e Cardoso e Faletto

[1979], bem como Becker & Egler [1993] para o caso brasileiro especificamente).

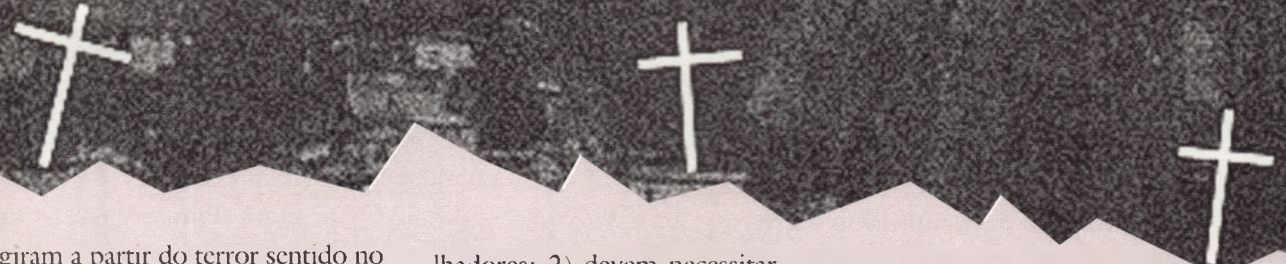
Finalmente, uma outra teoria, desenvolvida por Lipton (op.cit.), baseia-se em uma crítica às vantagens obtidas pelos centros urbanos do Terceiro Mundo, os quais absorvem os recursos destinados ao desenvolvimento, além de viverem da exploração das áreas rurais. Assim sendo, a maior causa do subdesenvolvimento seria a existência de elites urbanas parasitárias nos países do Terceiro Mundo. O problema dessa teoria é que Lipton não conseguiu demonstrar a existência de uma classe urbana unificada, a qual seria, por sua vez, oposta a uma classe rural.

### 4.3. Paradigma Antidesenvolvimentista

Sob tal título pode-se colocar uma série de idéias que são “antidesenvolvimento”, desenvolvimento aqui concebido como expansão industrial desenfreada — “capitalismo selvagem” — e crescimento urbano. Essas idéias vão desde um “socialismo populista rural” ao movimento ecológico e aos proponentes de tecnologias alternativas. Todas essas teorias são basicamente uma crítica contra as formas que a industrialização adquiriu no momento atual. De forma contrastante com os dois paradigmas anteriores, que vêem a industrialização como o objeto desejado do desenvolvimento, esse conjunto de idéias opõe-se francamente a tal possibilidade.

Por “socialismo populista rural” entende-se “o desenvolvimento de empresas de pequena escala sob o controle dos povos primordialmente rurais que nelas trabalham” (Webster, op. cit.: 174). Essas idéias





surgiram a partir do terror sentido no final do século XIX e início do XX, causado pelo desassossego social (tão bem estudado por Eric Hobsbawm [1959]), depravação e pobreza urbana que seguiram-se à estruturação do capitalismo. Essa corrente defendia a criação de empresas industriais de pequena escala, instaladas em zonas rurais, sob o controle dos trabalhadores (i.e. a ideologia que deu origem à criação dos kibbutzim em Israel). Embora hoje seja uma causa oficialmente esquecida, ainda podemos detectar viéses anti-urbanos nos livros infantis, peças de televisão e na moderna separação entre zonas industriais e residenciais.

A crítica ecológica à industrialização é dirigida não apenas contra as correntes da dependência dos centros industriais, mas também contra o uso irresponsável dos recursos do meio-ambiente, os quais devem ser utilizados da maneira mais eficiente e frugal possível. Em 1987, o Partido Verde alemão recebeu 10% dos votos para o parlamento local, e o Parlamento Europeu teve 32 cadeiras preenchidas por candidatos que foram eleitos com uma plataforma ecológica (Webster op.cit.), o que demonstra o apoio popular à crítica contra a industrialização (embora não contra o capitalismo).

Seus três pontos principais são: 1) o mundo não pode sustentar fisicamente as atuais taxas de crescimento e padrões de desenvolvimento industrial; 2) o mundo não pode tolerar os atuais níveis de poluição associados à produção industrial; e 3) o desenvolvimento industrial criou uma tecnologia desumana no local de trabalho e além dele.

Por “tecnologia alternativa” pode-se entender simplicidade, baixo custo, pequena escala e não-violência (Schumacher 1973). Suas proposições são basicamente de que: 1) os locais de trabalho devem ser localizados junto ao local de moradia dos traba-

lhadores; 2) devem necessitar de pouco capital para operar; 3) as demandas para as altas especializações devem ser mantidas em nível mínimo; e 4) emprego de material local para uso local.

Embora essa corrente divida idéias semelhantes com a crítica populista socialista à industrialização — localização de empresas de pequeno porte em áreas rurais, controle local e uso do meio-ambiente de forma adequada — ela dela difere no sentido de que permite ao setor privado uma certa medida de controle sobre a produção por meio de “Conselhos Sociais” (compostos por sindicalistas, empregadores e membros da comunidade).

Até o momento, essas três teorias tiveram pequeno impacto junto aos movimentos de cunho econômico, político, filosófico ou social de maior vulto. É interessante notar, no entanto, que seus proponentes no mundo ocidental têm uma grande expectativa de que sejam implementadas no Terceiro Mundo, posto que acredita-se que seja impossível uma reversão a formas mais simples de produção — como as acima mencionadas — por parte dos países mais desenvolvidos.

## 5. CONCLUSÃO

Um número grande de modelos pode ser extraído dos três paradigmas apresentados, principalmente os dois primeiros, devido ao seu impacto nos setores econômicos, políticos e sociais.

Pode-se falar no modelo de “crescimento com equidade”, no modelo de “agricultura e desenvolvimento”, no modelo de “desenvolvimento de recursos humanos” e em vários outros, mas, basicamente, estar-se-á referindo a modelos construídos com o embasamento de um dos três paradigmas. Em alguns modelos a agri-

cultura será privilegiada, em outros será o processo de industrialização, em outros ainda o centro urbano, mas cada modelo partirá de um jogo de idéias prévias.

O que se torna claro ao longo deste trabalho é que o desenvolvimento, como uma descoberta do que já está potencialmente “lá”, não é mais que uma ideologia. Os dois paradigmas mais importantes são ocidentais por natureza, sendo profundamente influenciados pelo desenvolvimento de uma tradição filosófica que pode ser remontada a Platão e a Aristóteles.

Conforme dito por Eisenstadt (1966), a idéia da modernização traz consigo um tipo de colonialismo, uma imposição de idéias ocidentais — européias ocidentais para sermos mais claros — sobre o Terceiro Mundo. Devemos ser cuidadosos, no entanto, com a própria idéia de “Terceiro Mundo”, posto que tal conceito inclui uma enorme variedade de sociedades que não podem ser agrupadas sob um único rótulo, exceto quando — sob a égide da economia moderna — elas são agrupadas por uma medida básica tal como o PNB, etc., e esta é uma das razões pelas quais é tão importante separarmos os conceitos de “modernização” e “desenvolvimento”.

Fecha-se então o ciclo deste trabalho com um retorno ao seu início, onde a definição do conceito de desenvolvimento, da natureza humana e dos grilhões que a prendem e impedem de realizar-se, foi aqui encetada.

E é neste processo de desenvolver, de retirar o que restringe a realização do potencial humano em sua plenitude harmônica com o meio que a cerca, que a geografia tem um papel ímpar devido à possibilidade da síntese entre o “físico” e o “humano”, e do humano entre si, que caracterizam a disciplina.

# BIBLIOGRAFIA

APTER, D. Rethinking development: modernization, dependency and post-modern politics. Sage Publications. EUA, Newbury Park, 1988.

BECKER, Bertha K. & EGLER, Claudio A.G. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil S.A., 1993.

BUARQUE DE HOLLANDA, Aurélio. Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972.

CAMIC, Charles. Notas do curso "Teoria Sociológica Clássica". EUA, Universidade de Wisconsin, 1983.

———. Experience and enlightenment — socialization for cultural change in eighteenth — century Scotland. EUA, The University of Chicago Press, 1983.

CARDOSO, F.H. & FALETTO, E. Dependency and underdevelopment in Latin America. EUA, University of California Press, 1979.

CERNEA, Michael. Prefácio em Putting People First: sociological variables in rural development (ed. M. Cernea). EUA, The World Bank/Oxford University Press, 1985.

DOS SANTOS, Theotonio. "The crisis of development theory and the problem of dependency in Latin America", em Underdevelopment and development (ed. H. Bernstein). EUA, Penguin Books, 1973.

DUMONT, Louis. From Mandeville to Marx: the genesis and triumph of economic ideology. EUA, Midway Reprint, 1983.

DURKHEIM, Emile. The division of labour in society. EUA, The Free Press, 1984.

EISENSTADT, Sergei N. Modernization: protest and change. EUA, Prentice Hall, 1966.

ELIAS, Norbert. The civilizing process: the development of manners. EUA, Urizen Books, 1977.

FRANK, Andre Gunder. Capitalism and underdevelopment in Latin America. EUA, Monthly Review Press, 1967.

HARIS, Marvin. Canibais e reis. Portugal, Edições 70, 1990.

HAWTHORNE, Geoffrey. Enlightenment and despair: a history of social theory. Inglaterra, Cambridge University Press, 1990.

HOBSBAWN, Eric J. Primitive rebels: studies in archaic forms of social movement in the 19th and 20th centuries. EUA, W.W. Norton & Co., 1959.

INGERSOLL, Jasper. Modernization: a continuing process (trabalho não publicado — curso de Antropologia do Desenvolvimento). EUA, The Catholic University of America, 1986.

———. Development: two definitions (trabalho não publicado — curso de Antropologia do Desenvolvimento). EUA, The Catholic University of America, 1989.

LENIN, Vladimir I. Imperialism, the highest stage of capitalism. Moscou, Progress Publishers, 1966.

LEWIS, John P. "Government in national economic development" em Daedalus — A world to make: development in perspective. EUA, American Academy of Arts and Sciences, volume 118, nº 1, 1989.

LIPTON, Michael. Why poor people stay poor. Inglaterra, Temple Smith, 1977.

MARX, Karl. The capital. EUA, Penguin Books, volume 1, 1976.

PARTRIDGE, W. & WARREN, D. Development anthropology and the life cycle of development projects, in development anthropology. EUA, American Anthropological Association and Society for Applied Anthropology, nº 17, 1984.

SCHUMACHER, E.F. Small is beautiful: economics as if people mattered. EUA, Harper and Row, 1973.

WALLERSTEIN, Immanuel. O capitalismo histórico. São Paulo, Editora Brasiliense S.A., 1985.

WEAVER, JAMES H. & JAMESON, Kenneth P. Economic development: competing paradigms, competing parables. EUA, DSP Occasional Paper nº 5, USAID, 1978.

WEBER, Max. The protestant ethic and the spirit of capitalism. Inglaterra, Unwin University Books, 1971.

WEBSTER, Andrew. Introduction to the sociology of development. EUA, Humanities Press International, 1990.

Procuramos investigar, a partir de representações produzidas por três grupos de moradores de setores diferenciados de Brasília, em termos socioeconômicos e espaciais, como eles elaboram, psicossocialmente, suas relações com o espaço urbano e social. Um mal-estar na vida interpessoal fora da família detectado em outro estudo (Souza Filho 1992a), poderia ser o efeito sobretudo de um conjunto de variáveis, simultaneamente, socioeconômica/espacial (a situação de pobreza absoluta e relativa de setores de moradia em relação a um setor central mais confortável e valorizado) e subjetiva (a necessidade de distinção social de moradores do setor central da cidade marginalizaria os demais).

# BRASÍLIA

## SEGUNDO SEUS MORADORES — UM ESTUDO COMPARATIVO PSICOSSOCIAL

Edson Alves de Sousa é professor do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília



## INTRODUÇÃO

Este estudo é parte de uma série empreendida pelo autor (Souza Filho 1994a; 1994b) com o propósito de lançar as bases de uma linha de pesquisa de psicologia social do espaço entre nós, segundo uma abordagem teórico-metodológica específica. Poderíamos resumir nossas preocupações básicas a partir da problemática das relações sujeito-objeto. Em termos de espaço social, a abordagem que pretendemos é aquela que leva em conta o sujeito histórico. Isso implica considerar as diferentes lutas ideológicas e simbólicas na construção e/ou destruição, apropriação e/ou domínio do espaço físico-social.

Para tanto, é necessário adotar uma estratégia de trabalho que articule os vários níveis de realidade social nos quais os indivíduos se inserem, indo de um mais abrangente, macrosocial, passando por um intermediário, dos grupos psicossociológicos, até o microssocial, familiar e interpessoal.

Contudo, a realidade social a que nos referimos não é aquela cuja natureza é apenas objetiva, pois se quisermos adotar uma perspectiva mais radical para a relação sujeito-objeto, esta tem que ser sempre um “sujeito” em interação constante com um “objeto”. Ou seja, não há objeto que não venha marcado por um outro sujeito, assim como não há sujeito sem objeto, um alterando a existência do outro.

Além disso, é bom salientar que os níveis de realidade social acima mencionados se manifestam, simultânea e concomitantemente, em todas as esferas da vida social. A questão aqui é saber como estudar a subjetividade sem nos limitarmos à história dos que detêm o poder sob suas várias formas, seja técnico-científica, seja de posse material.

Poderíamos dizer que, antes de mais nada, é preciso a adoção de uma premissa epistemológica, de que o homem (comum e especializado) busca conhecer/atuar sobre a realidade social e natural em todas as circunstâncias históricas. Contudo, parece que para cada tipo de sociedade há uma

forma de conhecimento específico para as trocas das mais corriqueiras e livres às mais solenes e formalizadas. Da tradição e mito, mais tipicamente presentes em sociedades comunitárias e tribais, passamos para uma fase histórica em que o novo é a exigência de cada dia, tanto formal quanto informal.

Apesar de efeitos de manipulação estatal e industrial sobre as coletividades, a constatação é a de que vivemos um momento em que cada vez mais se é instigado a participar/decidir socialmente; o que faz-nos questionar as usuais separações entre algumas esferas, tais como público/privado, produção/consumo, intelectual/não-intelectual, indivíduo/sociedade.

A moderna participação se dá, basicamente, por meio de grupos gerados, espontânea e regularmente, para cumprir as relações entre as diferentes esferas mencionadas.

Tal participação aumenta, portanto, em função do próprio aumento de poder de uma esfera sobre a outra, a fim de recobrar ou manter uma autonomia histórica, ameaçada ou perdida.

Para tanto, o modelo teórico-metodológico de representações sociais nos parece o que melhor se adequa à problemática em foco. Trata-se de investigar a partir de manifestações simbólicas/práticas o modo de conhecer e transformar a realidade social/natural, sobretudo quando estas são intermediadas ou infletidas pelo grupo, real simbolicamente, num campo de interações intergrupais e/ou interclassistas.

No âmbito da psicologia social, o estudo desse conjunto de fenômenos redundou em fragmentação considerável da função simbólica complexa a partir de conceitos como atitudes, estereótipos, opiniões, imagens, entre outros, que pretendiam se ater apenas à cognição e ao comportamento, em detrimento de sua inserção social, imediata ou não.

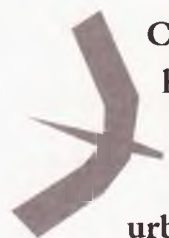
Já na área da sociologia, a investigação enfatizando as determinações sócio-econômicas impediu, até certo ponto, a observação mais completa do papel do “sujeito”, apesar de contribuições mais recentes a respeito de movimentos sociais, que incluem, frequentemente, a dimensão subjetiva em suas análises, conforme ressaltado por Gohn (1994), entre outros autores.

Dai a lacuna que existe atualmente na área de investigação — multi e interdisciplinar —, em torno do par homem-urbe.

A abordagem de representações sociais (RS) já foi apresentada em publicações recentes em nosso meio, contando com certo número de trabalhos, mais especificamente no que diz respeito ao espaço, aqui e em outros países (Souza Filho 1990a, 1990b, 1994d; Spink 1993). Poderíamos resumir os nossos propósitos ao adotar tal abordagem, na tentativa de apreender o conhecimento informal de sujeitos em sua relação com o mundo dos objetos, no caso o espaço social em suas variadas formas fenomênicas, como a moradia e a arquitetura, a cidade e o bairro, a região e a nação, além da natureza e o espaço topológico, entre tantas outras.

A apreensão de tal conhecimento exige uma metodologia, simultaneamente, extensiva e particularizada, preocupada em observar o detalhe de manifestação no contexto de universos múltiplos, sincrônica e diacrônicamente; comparando produções simbólicas no aqui agora e ao longo do percurso e das interações de indivíduos e grupos, inseridos em dinâmicas históricas e sociais, maiores ou menores. Em termos de processos psicossociais, dois processos desempenham papel fundamental para a formação e manutenção de RS: a objetivação e a ancoragem. O primeiro, refere-se à seleção e descontextualização do objeto que é trazido para o mundo do sujeito, seguindo-se de formação do esquema figurativo ou de sua construção como conjunto discursivo, se for o caso; e a naturalização, enfim, quando o objeto transformado se constitui em entidade com vida própria, que nos dá a sensação de que uma realidade social é “natural”. Já o segundo processo, interligado ao primeiro, diz respeito à elaboração e atribuição de uma rede de significados ao objeto segundo as intenções de instrumentalizá-lo socialmente.

O estudo que apresentamos em seguida trata de dar corpo às idéias acima brevemente esboçadas, no esforço mais de alargar nossas perspectivas intelectuais e existenciais a respeito de um conjunto de fenômenos que sabemos muito pouco compreendido e explicado.



## **Construindo uma problemática de pesquisa: Brasília como complexo de relações urbanas e sociais**

Em estudo ainda praticamente inédito, Souza Filho (1992a) pôde constatar uma queixa significativa de moradores de Brasília quanto ao relacionamento interpessoal na cidade, fora do âmbito familiar e privado. O fato de que os sujeitos que mais haviam se queixado não fossem oriundos de cidades de porte econômico-financeiro menor, conforme verificamos posteriormente, levou-nos a pensar que o fato não se devesse àquele fenômeno formalizado por Simmel (1903/1970) como a experiência com pessoas com a atitude dita blasé, típica da psicologia metropolitana, em termos de uma sensação de impessoalidade e solidão típicas do anonimato e excesso de informação presentes em grandes cidades.

Contudo, a referida queixa foi relativamente maior entre pessoas moradoras de setores mais centrais da cidade, ou seja, o Plano Piloto, onde o estilo de vida quotidiana se assemelharia à descrição de Simmel, aí havendo um contingente maior de quadros de funcionários públicos, além do próprio formato urbano e dos seus prédios não facilitarem a interação, comparado com o de outras cidades satélites da mesma cidade, com casas em ruas, conforme outras existentes no país e no mundo, tal como foi levantado recentemente (Boudon 1969; Ragon 1986; Holston 1993).

Seria fácil constatar que estávamos diante de algum tipo de conflito entre modelos culturais de interação social, talvez intensificado pelo desenho da cidade no conjunto e em suas partes, assim como pelas peculiaridades da história local e nacional.

Se remontarmos ao início da história da cidade, notaremos a presença de pelo menos três grupos importantes: o primeiro, o governo federal que, se apoiando em figuras marcantes da política, imprensa e alguns intelectuais, decidiu a transferência da capital do país do Rio de Janeiro para a região Centro-Oeste, semi-ocupada e distante cerca de 1.200 quilômetros do litoral.

O segundo grupo, por sua vez, formou-se com os funcionários públicos, os quais foram então praticamente obrigados a se mudar para a nova capital, com perdas e insatisfações previstas, tendo em vista a precariedade urbana e isolamento de Brasília, o que gerou uma forte resistência (Vesentini 1986).

Mesmo que não tenha havido uma oposição pública suficientemente explícita, isso provocou, entretanto, a diminuição do ritmo do processo de transferência, o que se efetivou somente alguns anos mais tarde na época do regime militar. Nesse sentido, poderíamos perguntar se o acordo de mudança para Brasília, no qual estaria assegurado a esses funcionários a venda de apartamentos a preços e condições privilegiadas, além de salários mais elevados, não teria deixado uma discordância latente a esse respeito, agravada pelo fato de que esta cidade foi, como se sabe, um dos lugares do país onde durante quase todo o regime militar não havia representação política local. Essa situação produziu um estilo de vida social na qual o habitante participava muito pouco da vida pública local (Oliveira 1973; Bicca 1985). O terceiro grupo social a ser considerado, enfim, foi aquele constituído pelos chamados candangos, oriundos, basicamente, do Nordeste, Minas Gerais e Centro-Oeste, que se mobilizaram em várias ocasiões para tentar reverter a situação de desfavorecimento social e urbano, diante da situação de relativo conforto de funcionários públicos transferidos (Castro 1985). Parte dessa população acabou se deslocando para os pontos mais distantes e precários da cidade, conforme ocorre em outros locais do país (Valladares 1980).

Outras experiências subjetivas na cidade poderiam estar contribuindo para a produção da experiência interacional na cidade. De um lado, constatamos haver uma identificação urbana entre a maioria dos moradores da cidade de Brasília, independente da posição na cidade. Assim, verificamos atitudes francamente favoráveis em relação a alguns aspectos construídos da mesma, tais como a facilidade de circulação, o contato com a natureza, a segurança e, mesmo, o aspecto monumental e artístico de algumas obras de arquitetura e urbanismo,

constituindo marcos favoráveis à imagem social da cidade (Souza Filho 1992a). De outro lado, tratar-se-ia de saber se as experiências microsociais não estariam se sobrepondo a interações intergrupais no interior da mesma cidade, suas RS do habitante podendo diferir segundo as características do mesmo.

Ou seja, será que habitantes de locais diferentes de Brasília, de níveis socioeconômicos variados, entre outras diferenciações, não seriam representados de modo também diferentes, tal como observado em qualquer outra cidade do mundo? É possível que a frieza atribuída ao habitante de Brasília em geral pudesse ser sobretudo aquela do grupo considerado mais importante socialmente, talvez mais próximo daqueles marcos identificadores da cidade, em conflito de interesses com aqueles grupos considerados menos importantes socialmente. Ora, a composição sociourbanística que acabou sobrepujando na cidade fixou o chamado Plano Piloto como sendo a parte mais importante da mesma, na medida em que é o setor que concentra as principais fontes de trabalho, lazer e valorização urbana, os demais lhe estando subordinados e utilizados principalmente como local de moradia, em geral de menor qualidade e, em muitos casos, em pontos muito afastados do centro. Tal quadro urbano de intensa e explícita diferenciação social, no sentido de uma exclusão de bens e serviços existentes no setor central, teria facilitado a emergência de uma queixa interpessoal, quando tratar-se-ia de um fenômeno intergrupar.

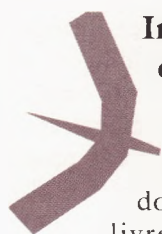


## **OBSERVANDO O ESPAÇO URBANO DE BRASÍLIA**

Participaram da pesquisa 220 pessoas residentes em três locais de Brasília, diferenciados segundo sua situação socioeconômica, físico-espacial (Plano Piloto, Guará e Ceilândia), escolar, sexual e de idade. É preciso mencionar que a população residente no Plano Piloto compõe-se fundamentalmente

por funcionários do Estado de classe média, o que corresponde também a uma parte dos habitantes do Guará, o qual foi originalmente construído para abrigar operários, assim como Ceilândia, e que viviam então em acampamentos precários em torno da cidade.

Com a pressão de valorização imobiliária, os habitantes originários do Guará foram em grande parte para outros setores deixando chegar outras levas de funcionários públicos, o que deu um caráter misto ao lugar. Ceilândia, por sua vez, nunca perdeu sua composição de população operária e/ou recém-migrada do campo. No quadro abaixo, apresentamos alguns dados demográficos sobre os três locais de Brasília que estudamos, segundo trabalho de Paviani (1991):



## Instrumentos e procedimentos

Inicialmente, os sujeitos foram solicitados a fazer um desenho livre sobre o Distrito Federal. Em seguida, eles responderam às questões relativas à familiaridade e informação objetiva sobre a cidade a partir de pontos dispostos num mapa geográfico da mesma, sobre lugares onde eles prefeririam morar e os habitantes dos três lugares onde viviam em termos de características comuns e específicas. Além disso, eles forneceram informações sobre o tempo de residência em outras partes da cidade, assim como em outros locais no país.



## Análise de dados

Uma análise de conteúdo dos desenhos e das questões abertas relativas aos habitantes foi realizada, produzindo listas de categorias de significação, cujas frequências foram objeto de testes estatísticos não-paramétricos Kruskal-Wallis e qui-quadrado (SPSS) para comparar as distribuições de frequências em termos de médias ou de números de aparição de temas segundo os grupos de comparação, respectivamente. As demais questões foram igualmente submetidas aos mesmos testes, conforme o caso.

Quanto à análise temática de desenhos sobre a cidade, foi feita a partir de conteúdos explícitos em termos físico-espaciais, sem levar em conta por exemplo aspectos ligados ao estilo pessoal, textura ou significações ambíguas, suscetíveis de muitas classificações entre os dois analistas que trabalharam.

Classificamos como monumento, os objetos e construções presentes na cidade, tais como o formato urbanístico da cidade, Relógio de Taguatinga, o Palácio Alvorada, a Torre de Brasília, etc.; serviço, os setores de comércio, rádio e televisão, hoteliro, industrial, etc.; equipamento, os prédios e construções mais específicas, tais como clubes, o lago Paranoá, Zoológico; habitação, os setores de moradia; circulação, as pontes, paradas de ônibus, ruas e avenidas; Estado, os setores e construções sem conotação de monumento, tais como citações escritas a respeito de um tribunal ou ministério; periferia, os lugares da cidade não fazendo parte de setores mais conhecidos ou reconhecidos pela administração pública. Abaixo apresentamos alguns fac-símiles de desenhos feitos pelos sujeitos que participaram de nossa investigação.

Note-se que os desenhos poderiam ser utilizados como uma forma de fazer um sociograma intergrupal, no sentido de buscar as maneiras de interação esperadas entre as partes da cidade observadas. Apesar de que tenhamos procurado fazer inferências de expectativas de relacionamento entre os locais a partir de outros instrumentos de análise, cujos resultados apresentaremos mais adiante, os desenhos

### QUADRO 1

Renda bruta familiar anual, população e distâncias no Distrito Federal.

| Local        | Renda estimada (1988) <sup>1</sup> | População (1989) <sup>2</sup> | Distância para o centro (KM) |
|--------------|------------------------------------|-------------------------------|------------------------------|
| Plano Piloto | 5.957                              | 459.278                       | 0                            |
| Guará I e II | 3.047                              | 147.091                       | 16                           |
| Ceilândia    | 1.136                              | 519.802                       | 36                           |

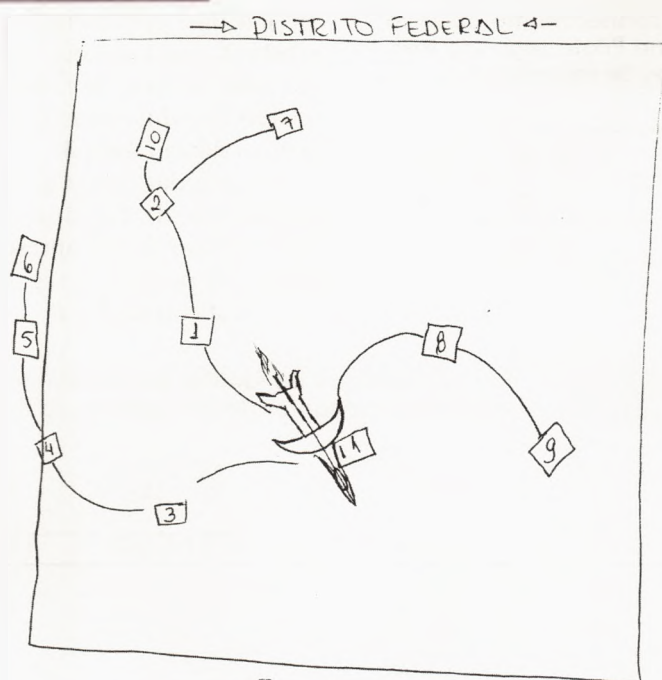
1- Renda estimada em Cz\$1.000,00 em 1988 segundo CODEPLAN, Mensário Estatístico, Brasília, 8 (I) p.61, 1989.

2- Previsão para 1989: Indicadores Conjunturais, Brasília, 16 (I): 1988, Séries Estatísticas Básicas, p.32.

### DESENHO 1



## DESENHO 2



⑤ — 11  
④ — 10  
③ — 9

- |                      |                   |
|----------------------|-------------------|
| 1 - Guará            | 7 - Brasília      |
| 2 - Braziliândia     | 8 - Sobradinho    |
| 3 - Planaltina       | 9 - Planaltina    |
| 4 - Gama             | 10 - Ceilândia    |
| 5 - Valparaíso       | 11 - Plano Piloto |
| 6 - Cidade Ocidental |                   |

aqui exibidos a título de ilustração, comunicaram de modo plástico conteúdos importantes da vida social a serem levados em conta. Assim, em alguns dos desenhos de moradores do Plano Piloto pode-se ver uma tendência tanto de autocentração no local de moradia e experiência imediata pessoal (**desenho nº 1**), quanto de relacionamento entre os diferentes locais, em cuja rede o próprio Plano Piloto figura como conduzindo os demais (**desenho nº 2**). Um morador do Guará, por sua vez, apresentou-o nitidamente mais associado ao Plano Piloto, pois aparece junto a este no interior de um quadrilátero imaginário separado dos demais locais da cidade, ainda que linhas de comunicação interliguem todas as partes mostradas (**desenho nº 3**).

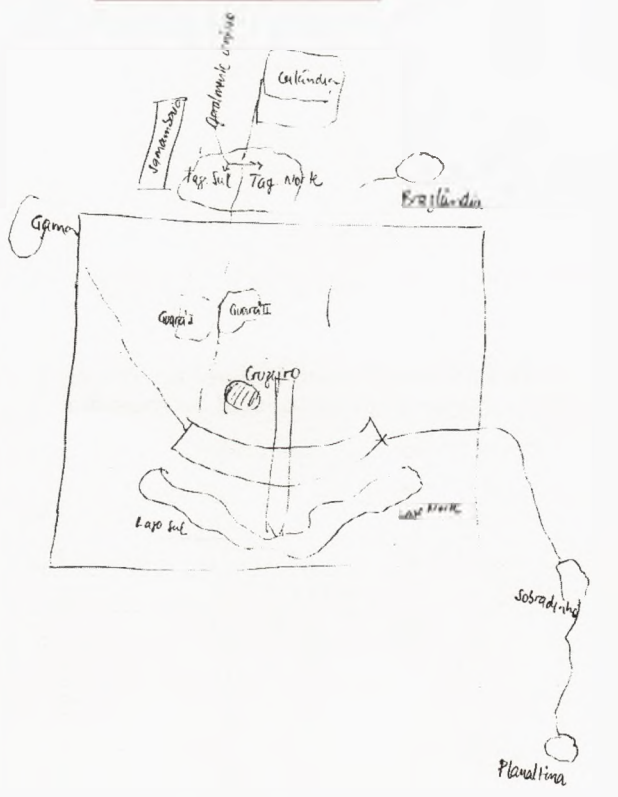
Enfim, um morador de Ceilândia apresentou-a ligada apenas a Taguatinga, Samambaia, Núcleo Bandeirante e Guará; ressaltando-se a imagem do Plano Piloto bastante ampliada em face do tamanho menor dos outros pontos de Brasília (**desenho nº 4**).

Em relação às atitudes/temas concernentes aos habitantes dos setores de Brasília observados, foram classificados em termos de aceitação quando o sujeito se pronunciou a respeito usando termos

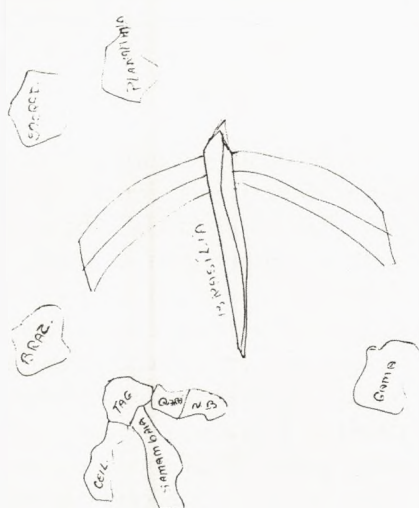
de conotação favoráveis, tais como: humanos, pacíficos, normais; rejeição, com palavras de conotação desfavoráveis como: frios, rudes, feios, egocêntricos, burocratas; posição social, quando as respostas foram em termos de status social, baixo, médio, alto, etc.; monotonia/alegria, em termos como, monótonos, divertidos, animados.

Para as respostas relativas às similaridades e diferenças entre os habitantes dos locais focalizados, foram classificados em termos de integração, tais como: humanos, de Brasília, brasileiros, trabalhadores; diferenças externas negativas: condições socioeconô-

## DESENHO 3



## DESENHO 4



micas e culturais desfavoráveis; condições subjetivas negativas: condutas consideradas negativas como delinquência, arrivismo; diferenças em geral: nada em comum; similaridade em geral: tudo em comum.



## RESULTADOS DE ANÁLISES

As amostras observadas consideradas em seu conjunto apresentaram as características seguintes:

51,1% dos sujeitos eram de sexo masculino, enquanto 46,6 de sexo feminino, 2,3% não responderam esse item.

A idade média da população era de 29,38 anos, enquanto que sua escolaridade era ligeiramente superior ao nível secundário.

A distribuição da população segundo os locais de residência foi de 86 pessoas do Plano Piloto, 69 de Ceilândia e 65 do Guará.

A análise temática dos desenhos nos permitiu construir a **tabela 1** que se segue, na qual foram dispostas as médias de frequências e seus níveis de probabilidade quando eram menores do que  $p < .01$ . Por outro lado, todas as vezes que a distribuição de frequência por grupo foi menor que o número total de sujeitos observados, segundo a variável analisada, nós a apresentamos entre parênteses. É preciso mencionar também que algumas variáveis que apareciam na lista temática inicial observada não foram em número suficiente para o tratamento estatístico global escolhido, apesar de sua possível importância outra.

**TABELA 1** Temas sobre o Distrito Federal em mapas desenhados segundo o local de moradia.

| Temas                     | Plano Piloto |      | Ceilândia |      | Guará |      |
|---------------------------|--------------|------|-----------|------|-------|------|
|                           | X            | n    | X         | n    | X     | n    |
| Monumentos, construções * | 90.86        | (78) | 68.45     | (38) | 83.46 | (50) |
| Setores de moradia **     | 62.45        | (64) | 73.39     | (31) | 50.97 | (29) |
| Equipamentos              | 56.63        | (59) | 44.70     | (22) | 53.86 | (25) |
| Circulação                | 49.42        | (54) | 55.70     | (25) | 57.85 | (26) |
| Setores do Estado         | 39.33        | (51) | 39.05     | (11) | 37.83 | (15) |
| Setores de Serviço        | 29.35        | (34) | 24.90     | (10) | 29.08 | (12) |
| Arredores                 | 10.86        | (11) | 12.60     | (5)  | 9.70  | (5)  |

\*  $P < 0,01$  \*\*  $P < 0,10$

## TABELA 2

Nível de conhecimento objetivo sobre o Plano Piloto segundo três grupos de moradores

|              | X     | n    |
|--------------|-------|------|
| Plano Piloto | 56.78 | (41) |
| Ceilândia    | 35.92 | (30) |
| Guará *      | 58.18 | (30) |

\*  $p < .0032$

O conhecimento objetivo do habitante a respeito do Plano Piloto, nos revelou uma diferenciação exposta na **tabela 2**, enquanto que a auto-avaliação sobre o nível de familiaridade em relação aos diferentes locais de residência está na **tabela 3**.

As atitudes/temas a respeito dos moradores de Ceilândia, Guará e Plano Piloto foram apresentadas em termos da primeira e segunda respostas nas **tabelas de 4 a 6**.

## TABELA 3

Auto-avaliação de familiaridade com Brasília segundo habitantes de três setores de Brasília

|                    | Plano Piloto |      | Ceilândia |      | Guará       |      |
|--------------------|--------------|------|-----------|------|-------------|------|
|                    | X            | n    | X         | n    | X           | n    |
| Planaltina         | 104.20       | (86) | 109.86    | (69) | 119.51      | (65) |
| Sobradinho         | 119.94       |      | 97.52     |      | 111.78*     |      |
| Cruzeiro           | 103.22       |      | 89.78     |      | 142.13**    |      |
| Plano Piloto       | 126.30       |      | 75.93     |      | 126.29**    |      |
| Paranoá            | 116.03       |      | 107.51    |      | 106.36      |      |
| Núcleo Bandeirante | 98.41        |      | 112.43    |      | 124.33***   |      |
| Guará              | 80.21        |      | 88.68     |      | 173.74**    |      |
| Taguatinga         | 82.26        |      | 149.26    |      | 106.72**    |      |
| Samambaia          | 83.06        |      | 148.54    |      | 106.43**    |      |
| Ceilândia          | 72.26        |      | 177.80    |      | 89.65**     |      |
| Brazlândia         | 101.30       |      | 123.97    |      | 108.37****  |      |
| Gama               | 98.60        |      | 118.42    |      | 116.24***** |      |

\*  $p < .0617$  \*\*  $p < .0000$  \*\*\*  $p < .0330$  \*\*\*\*  $p < .0213$  \*\*\*\*\*  $p < .0667$

## TABELA 4

Atitudes/temas sobre o habitante de Ceilândia segundo setores da cidade (primeira resposta)

| Temas          | Plano Piloto |      | Guará |      | Ceilândia |      |
|----------------|--------------|------|-------|------|-----------|------|
|                | f            | %    | f     | %    | f         | %    |
| aceitação      | 31           | 36.0 | 37    | 56.9 | 49        | 71.0 |
| rejeição       | 10           | 11.6 | 9     | 13.8 | 11        | 15.9 |
| posição social | 29           | 33.7 | 7     | 10.7 | 3         | 4.3  |
| monotonia      |              |      |       |      |           |      |
| alegria        | 3            | 3.4  |       |      |           |      |
| não conhece    | 2            | 2.3  | 7     | 10.7 | 1         | 1.4  |
| outros         |              |      | 1     | 1.5  |           |      |

X = 66.73988  $p < .00003$

Os temas sobre similaridades e diferenças entre os moradores de Brasília estão dispostos na **tabela 7** abaixo. Para melhor compreender os resultados expostos na mesma tabela realizamos agrupamentos de conteúdos, o que nos fez chegar a uma categorização mais sintética de dados conforme exposto na **tabela 8**. É preciso salientar, contudo que as percentagens obtidas correspondem a um índice ponderado de utilização do tema segundo o número total da população de cada local de moradia.

**TABELA 5****Atitudes/temas sobre o habitante do Guará segundo setores da cidade (primeira resposta)**

|                 | Plano Piloto |      | Guará |      | Ceilândia |      |
|-----------------|--------------|------|-------|------|-----------|------|
|                 | f            | %    | f     | %    | f         | %    |
| aceitação       | 15           | 17.4 | 21    | 32.3 | 20        | 28.9 |
| rejeição        | 7            | 8.1  | 14    | 21.5 | 15        | 21.7 |
| posição social | 43           | 50.0 | 14    | 21.5 | 12        | 17.3 |
| não conhece     | 2            | 2.3  | 2     | 3.0  | 5         | 7.2  |
| outros          |              |      | 1     | 1.5  |           |      |

X = 50.83576 p &lt; .02440

**TABELA 6****Atitudes/temas sobre o habitante do Plano Piloto segundo setores da cidade (primeira resposta)**

|                 | Plano Piloto |      | Guará |      | Ceilândia |      |
|-----------------|--------------|------|-------|------|-----------|------|
|                 | f            | %    | f     | %    | f         | %    |
| aceitação       | 20           | 23.2 | 12    | 18.4 | 15        | 21.7 |
| rejeição        | 11           | 12.7 | 28    | 43.0 | 26        | 37.6 |
| posição social | 44           | 51.1 | 17    | 26.1 | 16        | 23.1 |
| alegria         | 4            | 4.6  |       |      | 1         | 1.4  |
| não conhece     | 1            | 1.1  | 2     | 3.0  | 3         | 4.3  |
| outros          |              |      | 1     | 1.5  |           |      |

X = 45.26080 p &lt; .13854

**TABELA 7****Temas sobre similaridades e diferenças entre os habitantes de Brasília**

| Temas                     | Plano Piloto | Guar | Ceilndia |
|---------------------------|--------------|-------|-----------|
| trabalham                 | 20           | 9     | 6         |
| de Brasília               | 17           | 6     | 1         |
| brasilienses/humanos      | 8            | 5     | 7         |
| socioeconômicos           | 7            | 6     | 7         |
| socioculturais            | 7            | 6     | 7         |
| transporte/circulação     |              | 3     | 1         |
| lazer                     | 1            |       | 1         |
| urbanização/moradia       |              |       | 2         |
| marginais/delinquentes   | 2            |       | 5         |
| revoltados                |              | 2     |           |
| egocêntricos/arrivistas   | 1            | 3     | 4         |
| Guará/Plano Piloto/simil. |              |       | 1         |
| Nada em comum             | 3            | 13    | 16        |
| tudo em comum             |              | 1     | 1         |
| não sabe                  | 2            | 3     |           |
| outros                    |              | 1     |           |

X = 60.85861 p &lt; .00072

**TABELA 8****Temas relativos às similaridades e diferenças entre os habitantes de Brasília (agrupamentos)**

|                        | Plano Piloto | Guará | Ceilândia |
|------------------------|--------------|-------|-----------|
|                        | %            | %     | %         |
| integração             | 52.3         | 30.7  | 20.2      |
| diferenças externas    | 17.4         | 23.0  | 26.0      |
| diferenças subjetivas  | 3.4          | 7.6   | 13.0      |
| diferenças em geral    | 3.4          | 20.0  | 23.1      |
| similaridades em geral |              | 1.5   | 1.4       |



## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em outro estudo sobre RS de Brasília antes mencionado (Souza Filho 1992a), já havíamos encontrado resultados similares aos aqui relatados, os quais provavelmente devido ao método utilizado menos familiar aos sujeitos, em geral não habituados  expressão plástica, produziu dessa vez formas mais sintticas e globalizadoras que as obtidas através de expressão verbal sobre o mesmo assunto. Assim, a equação da vida sócio-simbólica em termos urbanos do morador de Brasília parece se resumir em quatro palavras: arquitetura-monumento, moradia, circulação e equipamentos; apesar de diferenças importantes encontradas entre os locais de residência, os quais foram, sobretudo, físico-espaciais e socioeconômicos ao mesmo tempo.

De fato, houve mais variações do que uniformidades entre os grupos comparados. Assim, a arquitetura-monumento poderia muito bem ser o emblema da cidade se não fosse a recusa-(exclusão) dos habitantes de Ceilândia a esse propósito, os quais estavam em estado de ruptura com o setor mais central, o Plano Piloto, como comentaremos mais adiante. De todo jeito, uma certa uniformidade geral se realizou em torno de temas relativos ao Estado e setor de serviços, os quais se referiram às esferas do trabalho. A situação de coleta de dados parece ter sido similar àquela de uma auto-representação, quando em geral se tenta mostrar, sobretudo, os aspectos geralmente considerados favoráveis, como seria fazer um cartão postal da cidade. Mesmo se a pessoa que colheu o dado fosse alguém da cidade (um estudante da Universidade de Brasília, habitante de setores próximos), quando os sujeitos responderam às questões eles o fizeram enquanto seres ligados a uma entidade simbólica coletiva entre outras

existentes no Brasil, mesmo no mundo. Nesse sentido, poderíamos dizer que a necessidade de uma identidade coletiva positiva da cidade a qual eles faziam parte, provavelmente lhes tenha feito adotar a idéia da arquitetura-monumento, para se apresentar às pessoas de fora, apesar do discurso algo desviante dos moradores de Ceilândia a esse respeito.

Mais subjetivamente, parece que os três grupos tenham-se diferenciado sobretudo pelo fato de estar ou não mais próximos da parte central organizada em torno do Plano Piloto. De fato, os moradores desta parte da cidade representaram a vida social por meio de uma escala de mensuração social, o morador indo da classe alta residente no setor do Lago Paranoá até a classe baixa, Ceilândia, escala a qual eles utilizaram, aliás, para descrever todos os habitantes. Essa ideologia da escala de moradia-classe para pensar a cidade parece ser parcialmente dominante em razão da situação concreta moradores vivem. Assim, sabemos que é no Plano Piloto onde estão instaladas as fontes de trabalho mais importantes da cidade, mas também os serviços, os equipamentos, como acabamos de mencionar, os principais símbolos de sua história. Para os moradores do Guará, o acesso aos equipamentos disponíveis é mais fácil do que para os de Ceilândia, mas de todo jeito eles estão a alguns quilômetros de distância do centro.

Daí portanto a importância maior do tema circulação para estes últimos, que normalmente só vêm ao centro para trabalhar, tendo apresentado a este respeito um nível de conhecimento objetivo significativamente menor do que os outros. Por outro lado, os moradores do Plano Piloto, em geral provenientes de cidades de situação econômica mais dinâmicas do que Brasília, se queixaram mais freqüentemente da falta de opções de lazer aí existente (Souza Filho 1992a), daí a importância maior da moradia na sua representação da cidade. É possível que um estudo comparativo intercidades revele que, em Brasília, as

classes médias levam vida mais doméstica do que nas demais.

Para explicar o grau de familiaridade de moradores em relação aos setores da cidade, temos necessidade de uma equação mais complexa. Trata-se de muitos fatores operando ao mesmo tempo, tais como a distância ou facilidade de acesso e de imagem social. Para os moradores do Plano Piloto, houve mais auto-avaliação de familiaridade com os setores da cidade mais distantes como Sobradinho, Planaltina e Brazlândia não tendo uma imagem negativa (índice de rejeição) — como a de Ceilândia — mais rejeitada, experiência adquirida em passeios de fim de semana, possivelmente.

Tal não é o caso de moradores do Guará, que pensaram conhecer melhor lugares mais perto deles, sem mostrar uma familiaridade que poderia-se esperar em relação à Taguatinga, por exemplo. De todo jeito, houve menos familiaridade recíproca entre Guará e Ceilândia.

Para compreender melhor o grau de familiaridade, é preciso levar em conta também quais são os lugares preferidos e aqueles que eles rejeitam. Assim, ao contrário da lista de setores apresentada para responder sua familiaridade, as questões relativas às preferências e rejeições foram abertas. As respostas do Plano Piloto e Guará foram similares quanto às preferências, ou seja, por seu próprio setor e o Lago Sul/Norte, que é o mais luxuoso da cidade; mas os moradores do Guará manifestaram também sua preferência pelo Plano Piloto e este pelo Guará, ainda que em menor grau. Entretanto, as respostas de Ceilândia foram diferentes, já que houve mais preferências por Taguatinga seguidas por Ceilândia, Guará e Plano Piloto. Mas, enquanto estes dois últimos manifestaram mais rejeição por Ceilândia e Samambaia — este um setor popular recentemente criado —, Ceilândia também rejeitou o Plano Piloto. Como Ceilândia também rejeitou Samambaia, é muito provável que sua resposta ambivalente em relação ao Plano Piloto seja sobretudo uma forma de reação na expectativa de

uma resposta desfavorável da parte destes últimos a seu respeito, afinal moradores do setor mais valorizado da cidade. Tais resultados poderiam ser mais bem apreciados a partir de um exame mais detido de nossas observações relativas às atitudes/temas sobre os moradores.

Esse conjunto de dados nos ofereceu a possibilidade de compreender não somente a maneira de pensar recíproca a respeito de diferentes habitantes localmente diferenciados, mas, igualmente, de si mesmos como moradores. Como havíamos mencionado, parece existir na cidade uma idéia muito difundida de considerar o morador segundo a classe social ligada, grosso modo, à renda média do setor de moradia. Isso foi verdade para todos os setores estudados, independentemente do grau de familiaridade auto-avaliado para o setor. Contudo, eles pareceram utilizar-se dessa linguagem principalmente quando o morador pertencia a um grau mais elevado na escala social-urbana, como é o caso daqueles do Plano Piloto e Guará. Senão, eles preferiram usar formas verbais que poderíamos chamar de compensadoras ou de integração psicossocial, tais como: “eles são brasileiros”, “eles são trabalhadores”, etc. Por outro lado, é preciso notar que os dois setores menos centrais apresentaram condutas um pouco diferenciadas em relação a eles mesmos. Assim, no Guará observamos uma maior percentagem de auto-rejeição enquanto que em Ceilândia de auto-aceitação. Excesso de rigor para um e recusa de autocritica para o outro? Mas é também entre os moradores do Guará que encontramos uma maneira de representar o Plano Piloto mais desfavorável, ainda que estes últimos não tenham tido a reação recíproca.

Parece portanto que a situação de visível exclusão social e espacial de moradores de Ceilândia tenha criado um discurso social de integração entre os habitantes de Brasília, o que, contudo, se combina com dificuldade com a representação, entre os mesmos, como alguém em marcha em direção às escalas mais elevadas da cidade.



## Referências bibliográficas

**BICCA**, P. "Brasília: mitos e realidade". Em A. Paviani (org.) Brasília, ideologia e realidade/espço urbano em questão. São Paulo: Projeto, (1985).

**BOUDON**, P. Pessac de Le Corbusier. Paris: Dunod, (1969).

**CASTRO**, N. A. "As 'Turmas da Boa-Vontade': desemprego e ação de classe". Em A. M. Q. Fausto Neto et al. (orgs.) Movimentos sociais: para além da dicotomia rural-urbano. João Pessoa, Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro/UFPB, (19 ).

**GOHN**, M. da G. M. O papel dos movimentos sociais para o avanço teórico da questão urbana e regional. Em A. Paviani (coord.) A questão epistemológica da pesquisa urbana e regional. Brasília, Editora Universidade de Brasília, (1994).

**HOLSTON**, J. A cidade modernista. Uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo, Companhia das Letras, (1993).

**NUNES**, J. W., **SOTERO**, J. A. M. F. e **REZENDE**, M. L. de S. "Os movimentos de moradores de Brasília — Análise das prefeituras das superquadras residenciais", Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 13, (1980), pp. 147-164.

**OLIVEIRA**, F. "Brasília ou a utopia intramuros", Jornal Opinião, 23 a 30 de julho, (1973).

**PAVIANI**, A. "A construção injusta do espaço urbano". Em Paviani, A. (org.) A conquista da cidade. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, (1991).

**RAGON**, M. Histoire de l'Architecture et de l'Urbanisme modernes — de Brasília au Post-Modernisme 1940/1991. Paris, Casterman, (1986).

**RODRIGUES**, G. M. Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília, dissertação de Mestrado, Departamento de História, Universidade de Brasília, (1990).

**SIMMEL**, C. "The metropolis and the mental life". Em R. Gutman e D. Popenoe (eds.), Neighbourhood, city and metropolis: an integrated reader in urban sociology. Nova York, John Wiley & Sons, (1903/1970).

**SOUZA FILHO**, E. A. de "Alguns pressupostos teóricos e metodológicos de estudo de representações sociais", III Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico em Psicologia. São Paulo, Anais, (1990a) pp. 384-387.

\_\_\_\_\_. "Representações sociais: teoria e pesquisa". Simpósio de Atualização em Psicologia Social na Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, Anais, (1990b), pp. 159-167.

\_\_\_\_\_. Representações sociais de Brasília entre seus moradores I, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, (1992a).

\_\_\_\_\_. Representações sociais de Brasília entre seus moradores II, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, (1992b).

\_\_\_\_\_. "Análise de representações sociais", Em M. J. Spink (org.) O conhecimento no cotidiano. As representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo, Brasiliense, (1993).

\_\_\_\_\_. Estudos de psicologia social ambiental em duas cidades brasileiras. Relatório apresentado à Capes, (1994a).

\_\_\_\_\_. Desenhos sobre ecologia entre crianças de Brasília — uma análise psicossocial. Anais do I Encontro Brasileiro de Ciências Ambientais, COPPER/UFRJ, (1994b).

**VALLADARES**, L. do P. Passa-se uma casa. Rio de Janeiro, Zahar, (1980).

**VESENTINI**, J. W. A capital da geopolítica. São Paulo, Editora Ática, (1986).



## Agradecimentos

O autor agradece a colaboração de Christiane Machado Coelho, Meire Alexandra Izidoro Leão, Luis Carlos Bezerra Lopes, Cristina Aparecida Silva, Cristina Gomes Silva, Alexandre Magno Dias Silvino, alunos do curso de Psicologia Social da Universidade de Brasília, que colaboraram na coleta de dados aqui usados; e o apoio recebido da Capes para a realização de pesquisa bibliográfica usada neste trabalho, que foi preparada no quadro de uma investigação de pós-doutorado.



# A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E O USO DO SOLO NO DISTRITO FEDERAL

Neli Aparecida de Mello



## I A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DISTRITAL

O reconhecimento do meio ambiente como elemento importante para o uso do território se reflete nos princípios de uso racional, redução do desperdício dos recursos naturais, preservação e recuperação dos ecossistemas e da biodiversidade existente, incorporados na legislação ambiental do Distrito Federal.

A inclusão de tais princípios na legislação pode ser identificada na explicitação das competências do Estado, que é o responsável por: “planejar e desenvolver ações de promoção, proteção, conservação, preservação, recuperação, restauração, reparação, vigilância e melhoria da qualidade ambiental”, e “definir e controlar a ocupação e uso dos espaços territoriais de acordo com suas limitações e condicionantes ecológicos e ambientais” (Lei nº 41/89, cap. III, art. 6º, incisos I e II).

Neste sentido é incontestável a verificação de que todas estas preocupações foram incorporadas na legislação ambiental distrital, como pode ser identificada nas normas a seguir: a Lei Orgânica; as Leis nº 41/89 e nº 408/93, que dispõem sobre a Política Ambiental do DF; a Lei nº 54/89 que dispõe sobre a regularização e a desconstituição de parcelamentos urbanos; a Lei nº 212/91 que estabelece normas gerais para o ordenamento territorial do DF; a Lei nº 353/92, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF e a Lei nº 512/93 que dispõe sobre a Política dos Recursos Hídricos do DF.

No entanto, apesar da ampla abordagem existente nestes diferentes instrumentos legais, a realidade ambiental agravou-se a ponto de ter originado motivos mais do que justificados para preocupações, como a ocorrência de fatores que alteraram profundamente o perfil dos ecossistemas existentes no Distrito Federal, desequilibrando-os e colocando em risco tanto as espécies animais e vegetais, quanto as populações que deles dependem.

É possível afirmar que, tal como a legislação federal, o Distrito Federal demonstrou avanços na estrutura jurídico-institucional local ao reunir princípios tão amplos e resguardar as condições naturais locais de maneira a compatibilizar a proteção do meio ambiente - “bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida” - com o desenvolvimento social e econômico.

No entanto, hoje, aos 35 anos de idade, os problemas gerados pelo crescimento do

Distrito Federal, sustentados por uma política explícita de adensamento populacional, verifica-se que o modelo de desenvolvimento adotado foi acompanhado de uma crescente marginalização de grande parcela de sua população, com a consequente queda da qualidade de vida e progressiva degradação ambiental, com a exploração e uso desenfreado de recursos naturais, podendo, inclusive, levar ao esgotamento a médio prazo.

Entretanto, apesar da determinação legal quanto ao controle do uso dos recursos ambientais identificam-se graves problemas locais, tornando-se conveniente agregar algumas críticas acerca de um dos mais importantes instrumentos da Política Nacional de



Meio Ambiente para licenciamento de atividades potencialmente poluidoras: a avaliação do impacto ambiental, seu respectivo estudo (EIA) e relatório (RIMA).

A Constituição brasileira elenca esta determinação no seu art. 225 - inciso IV, incorporando normas federais anteriores, de escopo bastante abrangentes (a Lei 6938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e a Resolução Conama 001/86 - específica sobre o tema).

No universo do Distrito Federal, esta instância se reproduziu no âmbito de alguns dispositivos legais, entre outros a própria Lei Orgânica (artigo 289), quando determina “cabe ao Poder Público, na forma da lei, exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental para construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação e operação de empreendimentos ou atividades potencialmente causadoras de significativa degradação ao meio ambiente, ao qual se dará publicidade, ficando à disposição do público por no mínimo trinta dias antes da audiência pública obrigatória”. Ainda no corpo desta Lei, o EPIA/RIMA foi destacado como instrumento de ordenamento territorial e de desenvolvimento urbano e teve sua obrigatoriedade instituída para a implantação de assentamento populacional e outros parcelamentos de solo, inclusive os rurais, determinando que o ato seja licenciado pelo Órgão Ambiental competente, condicionando a sua aprovação à apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório. O Distrito Federal, através do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente (IEMA) tem sido um dos Estados mais exigentes no cumprimento dessa Resolução, cobrando a apresentação dos estudos para todas as atividades elencadas no art. 2.

A Lei nº 41/89 que trata da Política Ambiental do DF e os Decretos que a regula-

mentam (Decretos n. 12.960/90 e 15.869/94) reafirmam a figura do EPIA/RIMA, exigindo-o para “a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

A Lei nº 054/89 que trata de regularização ou desconstituição de parcelamentos urbanos sob a forma de loteamento ou condomínio de fato, também expressa a obrigatoriedade de elaboração do EPIA/RIMA e a Lei nº 353/92 que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, exige a realização de EPIA/RIMA para todos os projetos de parcelamento do solo, independentemente de sua destinação.

O processo de ocupação do espaço do Distrito Federal tem gerado debates controversos, em razão de ter sido um espaço razoavelmente conhecido, pelo número de estudos a priori realizados, que objetivaram a definição das diretrizes de sua ocupação - Relatório Cruls, Relatório Belcher -, como também porque os diversos potenciais para usos dos recursos ambientais já tinham sido objeto de diversos planos.

Uma das diretrizes do ordenamento territorial no Distrito Federal, expressa na Lei nº 353/92 anteriormente citada, estabelece a adoção da microbacia hidrográfica como unidade básica de planejamento territorial (Seção I, art. 3º, inciso XXXII), que inspira uma indagação: qual o interesse de se trabalhar tendo por referência a unidade territorial delimitada por uma bacia hidrográfica?

A opção de estabelecer a sub-bacia hidrográfica como unidade de gerenciamento ambiental, demonstra que o conhecimento dos processos e das relações complexas, que ocorrem na totalidade de um território definido por uma bacia hidrográfica podem servir de base ao planejamento do uso e da ocupação deste mesmo território, atuando como um instrumento para a redução dos impactos antrópicos sobre o meio ambiente e sobre a própria sociedade, e, ao mesmo tempo, pode ser visto ainda, como uma das possibilidades para evitar ou minimizar a ocorrência de conflitos ou efeitos danosos sobre este recurso natural.

Ocorrendo conflitos de uso, este fato associa-se à uma deficiência na disponibilidade da água - elemento vital para toda e qualquer sociedade, recurso natural essencial à vida em suas diversas formas. É, inclusive, um recurso estratégico,





pois dele depende o desenvolvimento das diferentes atividades econômicas, desde aquelas mais primárias às mais tecnologicizadas.

Atualmente, apesar da precariedade das informações laboratoriais, percebe-se uma crescente preocupação com a piora da qualidade da água para o abastecimento público: as nascentes tem sido sistematicamente depredadas e muitos dos assentamentos urbanos não se condicionaram às condições de topografia e solo. Empiricamente podem ser identificados inúmeros acertos e desacertos no processo de implantação de novos assentamentos, embora muito mais acentuadas sejam as consequências dos desacertos!

## II A SITUAÇÃO ATUAL DA OCUPAÇÃO DO SOLO E OS IMPACTOS AMBIENTAIS

Cordeiro (1990: 436) ressalta que as bases para a definição do sítio onde seria localizada a nova Capital foram precedidos por estudos técnicos realizados por Donald J. Belcher and Associates: o Relatório Técnico sobre a Nova Capital da República, 1956, considerando que os cinco sítios estudados satisfazem as condições exigidas para a implantação da nova Capital, “nenhum é nitidamente superior aos outros, apresentando cada um vantagens que lhe são peculiares”.

Cordeiro (1990: 438) apresenta a seguinte análise acerca das condições dos solos para a implantação de núcleos urbanos, indicadas já quando da elaboração do Relatório Belcher: “o Sítio Castanho oferece um ponto focal natural para o centro cívico federal, em terreno inclinado e próximo a excelentes áreas para a localização de aeroportos, por exemplo; .....suas encostas, ao longo dos vales, bem como estes, são adequadas a edificações; .... os solos deste sítio são os mais bem drenados de todos os cinco, com boas possibilidades de abastecimento de água”.

Continuando sua análise, Cordeiro ressaltou outro argumento presente no Relatório Belcher “localizados no Sítio Castanho, Plano Piloto, Guará I e II e Núcleo Bandeirante, oferecem, em termos globais, as melhores condições para implantação. Entretanto, pode-se verificar a ocorrência de pequenas áreas impróprias que hoje são bem conhecidas, como a área em torno da lagoa de oxidação do Guará, pequenas manchas nos setores SMPW (Setor de Mansões Park-Way) e SHIS (Setor Habitacional Individual Sul) e o

Núcleo Bandeirante, em áreas próximas do córrego. Quanto ao SMPW, dado o tipo de assentamento e o tamanho dos lotes, as restrições deixam de ser significativas (sic). O Núcleo Bandeirante, como seria um acampamento, provisório como tantos outros localizados, inclusive, abaixo da cota 1000, portanto dentro do futuro lago, pode ter sido ali implantado intencionalmente. Contudo, ao ser fixado como cidade-satélite, teve que conviver e arcar com o ônus da sua localização, principalmente, quanto à implantação da infra-estrutura urbana. Mais recentemente, a Vila Metropolitana, ao ser fixada, repetiu os problemas encontrados, tais como terrenos alagadiços, afloramentos de rochas, etc., onerando e retardando as obras de drenagem, pavimentação e esgoto sanitário”.

Outro aspecto destacado por Cordeiro (1990: 440) em sua avaliação: “a implantação de assentamentos em terrenos de usos não recomendados no Relatório Belcher provocou grandes custos sociais, danos ambientais e mesmo o uso de recursos financeiros necessários em outras áreas carentes”.

Esta sucinta avaliação corrobora duas assertivas: a primeira que, diferentemente da grande maioria das cidades brasileiras, Brasília, desde a sua concepção já possuía um conhecimento sistematizado ao alcance dos decisores locais, e, a segunda que, apesar do grande número de relatórios e de planos de ordenamento territorial, a definição de novas áreas de expansão urbana se fez desconsiderando as recomendações presentes desde o Relatório Belcher até o mais recente Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF.

Mais uma vez, também, apesar do avanço do ponto de vista ambiental que representa a avaliação de impactos e a sua exigência para qualquer parcelamento de solo, a realidade territorial do Distrito Federal apresenta-se como um emaranhado complexo de ocupações irregulares e assentamentos sem regulamentação fundiária.

Estas consequências territoriais, originadas nas mudanças constantes da política habitacional, levaram a classe média - sem perspectivas de moradia própria - e os migrantes - especialmente aqueles que chegaram nos últimos anos, - a ocuparem ilegalmente o espaço público, fazendo de Brasília o retrato de um país onde o apartheid social está presente.

Brasília, o mito da cidade planejada, convive hoje com os problemas que qualquer grande metrópole assiste. Brasília capital,

Brasília monumento, Brasília cidade: ambiguidades presentes num mesmo espaço!

As causas da invasão e apropriação indevida do espaço público presentes nos parcelamentos irregulares, nas áreas públicas rurais e urbanas e nos assentamentos, de acordo com a revista Retrato de Brasília (1995), são identificadas na ausência de política habitacional, na omissão e irresponsabilidade no cumprimento das atribuições do Estado, na ação dos grileiros e especuladores; na ausência de um sistema eficiente de fiscalização e proteção das áreas urbanas e ausência de infra-estrutura básica (sistemas de água, esgoto, pavimentação e calçamento, iluminação, coleta de lixo, rede de telefonia, parques e áreas de lazer).

Os dados que esta revista aponta no que diz respeito à ocupação irregular, podem ser contabilizados da seguinte forma:

“Em 1989 existiam 179 condomínios irregulares; em 1994, 490, dos quais 235 ocupam áreas de proteção ambiental; 107 estão localizados em terras públicas; 35 estão em terras desapropriadas em comum; 35 estão descontinuidos; 25 são repetidos e tiveram sua regularização suspensa; 24 sofrem ações civis públicas, fazendo com que sua regularização dependa de decisão judicial; 48 são passíveis de regularização; 23 são “fantasmas”; e, apenas um loteamento está totalmente regularizado”.

Quanto aos assentamentos, cujo programa iniciou-se em março de 1989 e atendeu 44.112 famílias até julho de 1990, o mapa da situação é: “dos 22 assentamentos feitos pelo antigo governo, somente Samambaia está relativamente regularizada; dos quase 90 mil lotes distribuídos, apenas 21 mil têm registro em cartório.

Em outubro de 1994 foram distribuídos 9.016 cheques-lotes sem que os terrenos correspondentes tivessem sido demarcados; 50% de Samambaia e outros assentamentos já estão em posse de terceiros; mais de 100 mil cidadãos se deslocaram para o Parque da Barragem, Águas Lindas, Brasilinha, Girassol e outros loteamentos limítrofes ao Distrito Federal; aproximadamente 40 mil pessoas foram assentadas através de contratos de concessão de uso, mas o antigo governo parou de cobrar a taxa de ocupação; cerca de 56 mil pessoas receberam lotes sem um cadastramento sério e criterioso, favorecendo terceiros e gerando privilégios como famílias recebendo mais de um lote; o perfil dos beneficiários se modificou e hoje 50% dos lotes desses assentamentos não pertencem mais a seus primeiros ocupantes, que foram deslocados para áreas mais distantes” (Retrato de Brasília, 1995: 10).





O crescimento populacional desordenado tem gerado danos ambientais; a ocupação em áreas próximas às nascentes tem colocado em risco a qualidade e a quantidade da água consumida no Distrito Federal. Na bacia do rio Descoberto, que abastece 60% da população do DF, que além de abrigar a cidade-satélite de Brazlândia, é território de assentamentos implantados dentro de área de preservação permanente - nas margens e nas várzeas - e o uso indiscriminado de pesticidas e agrotóxicos tem atingido toda a extensão desta bacia.

Em Samambaia, as faixas de proteção, apesar de determinação legal (Resolução CONAMA nº 13), estão ocupadas por quadras construídas na cabeceira de córregos e sobre áreas onde existe processo de erosão subterrânea; no Gama, a ocupação urbana contaminou mananciais de água num território rico em nascentes, colocando em risco as populações que usam tais mananciais. Taguatinga e Ceilândia jogam esgotos in natura no rio Cortado.

Os esgotos de Sobradinho e Planaltina são jogados diretamente no rio São Bartolomeu. Os assentamentos e loteamentos irregulares e sem planejamento vêm causando danos ambientais significativos resultantes do aumento do volume de esgoto e lixo jogados no rio São Bartolomeu e em seus afluentes, comprometendo a qualidade das águas consideradas como uma das alternativas para o abastecimento de Brasília.

Em todas as bacias hidrográficas que drenam o território do DF, a manutenção dos padrões da qualidade da água torna-se, a cada dia, mais restrita. Entretanto, a gravidade que a atual situação apresenta não é decorrente da inexistência de informações ou mesmo de conhecimentos: pois desde o Relatório Belcher, inúmeras recomendações foram dadas, destacando, sempre a orientação no sentido de que o conhecimento do impacto que o uso antrópico provoca sobre o meio natural é passo imprescindível para qualquer empreendimento, pois isto permite que o processo de intervenção sobre o meio se fizesse de forma a manter o equilíbrio dinâmico existente na natureza e evita que a utilização de áreas susceptíveis a quaisquer tipos de riscos pudessem provocar o comprometimento da qualidade ambiental destas mesmas áreas.

Cordeiro (1994) orienta como as informações e o conhecimento dos aspectos físicos da natureza - elementos fundamentais para o processo de ocupação do território - devem servir como referencial. Para este autor a geologia forneceria o subsídio necessário à deter-

minação da capacidade de carga para as edificações; à obtenção de materiais para construção; ao conhecimento da infiltração subterrânea e dos deslizamentos potenciais. A caracterização geológica do DF induz-se a concluir que as diferentes formações ou unidades estratigráficas são susceptíveis de constituírem aquíferos ou sistemas aquíferos. É importante, também, ressaltar que esta caracterização serve como base para determinar a vocação hidrogeológica da região: ela condiciona a infiltração; a circulação, o armazenameto e exploração da água nos horizontes superficiais da crosta terrestre.

As rochas de diferentes idades apresentam composições mineralógicas diferenciadas, graus de consolidação e estruturas variadas, reagindo de maneira peculiar aos esforços a que foram submetidas, constituindo assim, rochas reservatórios de características próprias.

A Geomorfologia forneceria subsídios para se evitar a utilização de terrenos instáveis, sujeitos à rupturas ou a desequilíbrios. O conhecimento dos solos e da drenagem subterrânea permite a previsão de áreas sujeitas aos riscos naturais de deslizamentos, a erosões e das alterações no ciclo de infiltração, escoamento ou mesmo da evaporação das águas superficiais, provocada pela impermeabilização do solo pelo uso urbano. O clima fornece subsídios para a manutenção do conforto térmico das construções e permite a utilização de métodos que reduzam o desperdício de energia.

## III O PROCESSO DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO DISTRITO FEDERAL

O projeto de modernização do país provocou distintas consequências sobre o território do Distrito Federal. A ligação entre urbanização e a implantação de padrões de modernização, embora mostrando-se por demais avançado para a base nacional, foi ultrapassado no que se refere ao meio ambiente.

Na década de 80 e nos meados de 90, o cenário foi de intensificação e de aceleração do processo de capitalização de áreas ainda não inseridas no processo produtivo, resultando em correntes migratórias de sentido urbano-urbano que, partindo das pequenas para as grandes cidades proporcionou diferentes impactos: um déficit exorbitante de infraestrutura de serviços urbanos e suas consequências ambientais, vinculadas à carência de

saneamento básico, de coleta de lixo e limpeza urbana, ao excesso de poluição atmosférica e sonora e aumento da frequência e intensidade de catástrofes naturais, afetando principalmente populações de baixa renda (Mello, 1992).

A degradação é fato visível, os impactos atingem não apenas o meio natural que as cercam, mas se refletem especialmente sobre as comunidades e bairros mais pobres e sobre os centros urbanos que se deterioram. As políticas públicas destinadas a solucionar estes problemas tem sido tão fragmentadas que mantêm, de maneira crônica, déficits de serviços urbanos, de infra-estrutura e de saneamento ambiental. A permanência destes problemas tem contribuído para afetar negativamente os níveis de qualidade de vida de uma grande proporção da população urbana.

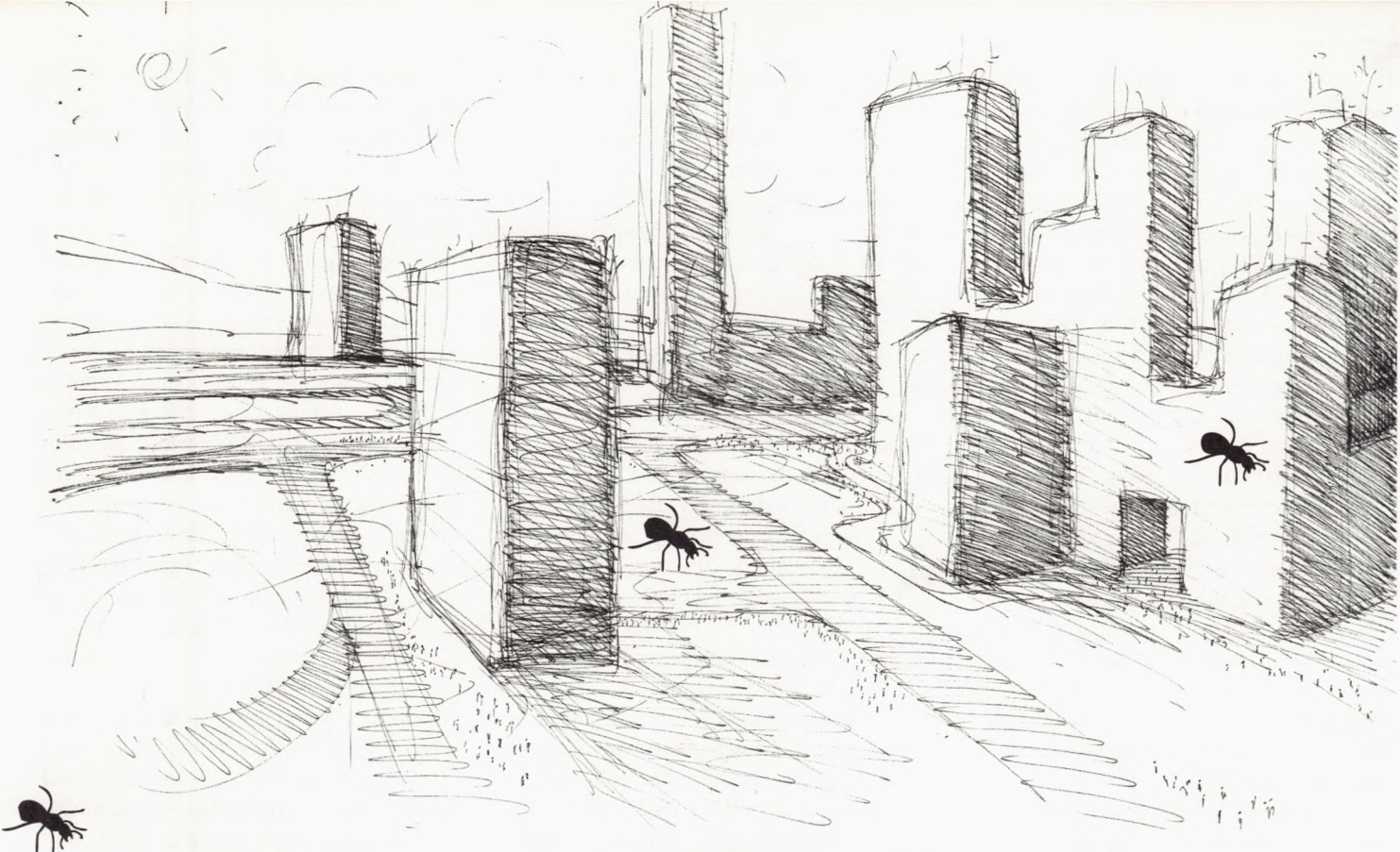
Entretanto, tal situação é resultado de um processo de urbanização excludente. O arranjo espacial urbano e suas vinculações com o processo de desenvolvimento se traduz numa desarrumação e desordenação socio-ambiental da cidade, que vai reproduzir no quadro urbano as desiguais relações de classe: regiões densamente ocupadas providas de infra-estrutura e de serviços urbanos contrapondo-se a regiões periféricas carentes de serviços básicos, ligadas por inúmeros vazios, guardados à espera de valorização, atingindo intensamente "camadas desfavorecidas da população, os excluídos de diferentes procedências, a mulher, a criança, a natureza, os animais, que vêm pagando os custos desse modelo de desenvolvimento econômico, desequilibrado socialmente, ambientalmente, eticamente."

(Portella, 1994: 7).

Brasília não se desvincula do processo de urbanização brasileira, porém pode ser vista como um caso único por ser o poder público detentor da propriedade da maior parte das terras e desde sua construção as ações foram deflagradas pelo Governo Federal. Este deteve a exclusividade do planejamento para a expansão urbana, que ocorreu juntamente com a implantação do projeto de ordenação espacial da cidade. Isto não garantiu, entretanto, a ocupação democrática do território, e, com muito mais força, produziu um espaço nitidamente segregador. Os últimos anos da década de 80 e os primeiros de 90 foram palco do descaso governamental com a questão da posse e da propriedade da terra urbana.

Em todo este processo, o Estado foi o agente da erradicação de favelas, quer criando novos núcleos habitacionais na periferia do Plano Piloto,





quer expandindo as cidades satélites existentes. No Distrito Federal o Estado é o principal promotor da ocupação territorial, embora sempre pressionado por outros agentes. Na fase da construção da cidade, esta lógica já se sentia: "escapou dos administradores pioneiros qualquer alternativa para a localização das levas de recém-chegados" (Paviani, 1985: 65). Ainda segundo Paviani (1985), em 1970 o Governo do Distrito Federal cria a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), tentam preservar a "cidade-mãe" e ampliam o espaço urbanizado do DF e em 1977, o governo elaborou o Plano Estrutural de Organização Territorial (PEOT) objetivando retomar os meios da ordenação do espaço.

Brasília, como grande cidade, constitui-se num ponto seletivo do espaço: "o sistema espacial urbano do DF se expandirá irreversivelmente para os municípios vizinhos, reforçando ainda mais a periferação" (Oliveira, 1983, 125 in Barbosa Ferreira, 1985).

Cidade planejada e idealizada para ser a capital político-administrativa do país "em si mesma, teria papel relevante neste processo por meio do desenvolvimento da construção civil - que, no Brasil, caracteriza-se pelo uso intensivo da mão-de-obra - e pela presença de altos escalões administrativos da República, o que garantiria a existência de um mercado consumidor relativamente numeroso e sofisticado na região" (Farret, 1985: 24).

Tida como uma das metas mais polêmicas

do Plano de Metas 1956-1961, a construção da nova Capital, corresponde a "uma fase em que se intensifica a industrialização substitutiva de importações, com a produção de bens de consumo, intermediários e de capital" (Barbosa, 1985: 48) aliada a intensificação de investimentos na malha rodoviária, que contribuiria para o crescimento da demanda interna e incorporaria novos segmentos e áreas do país ao processo econômico (Farret, 1985).

Brasília estrutura-se e desenvolve-se passando por diferentes momentos do processo de formação do aglomerado urbano, acabando por ser modelada pelos movimentos migratórios, especialmente aqueles estimulados para cobrir as necessidades de mão de obra intensiva necessária à construção da cidade.

A política pública de conter fluxos migratórios (Governo Lamaison, 80-84 e José Aparecido, 85-90) contrapôs-se à de promover assentamentos para a população carente em áreas distantes do centro político (Governo Joaquim Roriz, 90-94). Tal política foi, muitas vezes, intensificada em períodos pré-eleitorais. Hoje estes núcleos apresentam inúmeros problemas relacionados com a falta ou insuficiência de infra-estrutura e serviços urbanos, com desequilíbrios ambientais decorrentes da desconsideração e desprezo às condicionantes físicas e biológicas do espaço. A implantação e a expansão das cidades satéli-

tes e de novas áreas urbanas no eixo oeste e sudoeste do Distrito Federal - definido como área prioritária para adensamento no Plano Diretor de Ordenação Territorial - representa intensa degradação sócio-ambiental.

Neste sentido, os danos nos espaços urbanos tem sido intensificados a partir de um comprometimento ambiental que gera impactos diretos sobre a população, em especial aquelas mais pobres e moradoras dos assentamentos recentemente implantados. Este fato já figurava como motivo de preocupação desde início dos anos 70, quando a argumentação técnica era de que a expansão populacional desordenada poderia gerar problemas ambientais. "Nestas áreas, as grandes preocupações eram com o abastecimento de água potável e com a preservação do Lago do Paranoá, que já denunciava alguma poluição" (Paviani, 1985, 66)

Este é o quadro global que se identifica no Distrito Federal, especialmente nos núcleos urbanos situados em áreas mais susceptíveis: a percepção de que ocorre uma redução na qualidade de vida urbana, vinculada não apenas à deficiência de infra-estrutura, mas que está agregada ao processo de degradação e alteração dos ambientes locais.

Numa apreciação prévia, pode-se verificar uma ampliação da gravidade dos problemas em todas as direções, sendo mais acentuado no eixo de urbanização da região oeste, onde situam-se as



idades satélites de Ceilândia, Taguatinga e Samambaia, e mais recentemente o assentamento de Recanto das Emas. Estes núcleos urbanos, construídos na Chapada do Rodeador e em suas encostas, são responsáveis pela intensificação dos processos erosivos e pelo desmatamento de nascentes e matas-galeria. No eixo sudoeste, localizados na Depressão do Paranoá, os núcleos de Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo e Telebrasilândia, encontram-se rodeados por erosões, cursos d'água assoreados, poluição atmosférica e hídrica. Os resultados podem ser percebidos continuamente na modificação do ecossistema local.

Deve ser destacado que todos estes problemas surgiram e se mantêm em constante evolução, apesar da existência de leis e políticas que ordenam o uso dos ecossistemas locais e dos recursos naturais, o uso do solo urbano e também o rural, demonstrando que não são suficientes para garantir a qualidade ambiental nestes espaços.

Por outro lado, toma-se como ponto de partida a revisão de autores que já trataram, do ponto de vista teórico, a problemática da organização territorial do Distrito Federal. Não é possível alegar falta de conhecimento das condições locais, quando da implantação da capital federal. Inúmeros estudos precederam a construção da cidade, configurados nos relatórios das missões Belcher e Cruls. Embora se conhecesse as vulnerabilidades dos fatores ambientais, o planejamento territorial colocou-se distante das questões ambientais, resultando nos desequilíbrios hoje conhecidos.

Se o conceito de qualidade ambiental incorpora elementos da política de uso dos espaços, é importante perceber o processo de produção das formas dominantes de organizações do espaço urbano em Brasília, que não estiveram orientadas para incorporar as condicionalidades advindas dos fatores ambientais específicos desta região no Planalto Central. Segundo estudos desenvolvidos por Barbosa Ferreira (1985), a ocupação das terras do Distrito Federal correspondem a três momentos distintos: a implantação, a consolidação e a expansão. Em sua fase de implantação, a população migrante formou favelas e acampamentos no espaço em construção. A solução encontrada foi a criação de núcleos periféricos para impedir o crescimento desordenado do centro. Fugindo às especificações do plano urbanístico que previa uma periferia numa etapa posterior, a mesma surge dentro de uma organização do espaço que se produz diferentemente para abrigar as diferentes classes

sociais, iniciada com a expansão do Núcleo Bandeirante e Sobradinho e com a criação de Taguatinga e Gama.

Nesta fase e no momento da consolidação da capital a ação do Estado é decisiva. As medidas tomadas para a ocupação do Plano Piloto envolveram a transferência de órgãos e empresas do Governo, o funcionalismo e a representação diplomática, a centralização das funções administrativas no nível federal, a instalação dos equipamentos urbanos. O movimento posterior é a transferência das sedes sociais e representações de empresas privadas ligadas ao grande capital. Surge uma nova leva de migrantes, em grande parte de centros urbanos menos dinâmicos ou de metrópoles do Sudeste, de classes sociais distintas daquelas que para aqui vieram no momento da construção e que foram absorvidos pelo comércio, serviços e mesmo no serviço público.

Brasília confirma-se como cidade terciária, concentrando no centro as atividades ligadas ao urbanismo moderno e empregos de um modo geral. Na periferia, as atividades mantenedoras da reprodução da força de trabalho: moradia da população de menor poder aquisitivo, comércio e serviços rudimentares e outras atividades que não conseguem mais pagar o preço de localização no Plano Piloto (Barbosa Ferreira, 1985, 54).

O terceiro momento, de expansão do centro para as cidades satélites, encontra-se muito mais ligado à mobilidade intra-urbana do que propriamente à uma melhoria do nível de vida de sua população. Esse movimento de expansão do centro para as cidades satélites vem sendo acompanhado da valorização da terra, com altas dos aluguéis e preços dos terrenos (Oliveira, 1983, 119 in Barbosa Ferreira, 1985) e tem inviabilizado a cidade para uma parcela significativa da população.

Este processo de expansão para as cidades satélites foi complementado pela política governamental do período 1990-1994, com a implantação de inúmeros assentamentos - núcleos urbanos precariamente construídos pela própria população, com infra-estrutura deficiente e um atendimento também precário dos serviços urbanos.

Toda esta organização territorial além de refletir o direcionamento das políticas públicas, reflete uma espacialidade que é extremamente dinâmica. decorrente da própria dinâmica da população, e seus impactos sobre os espaços, os quais tem contribuído para alterar rapidamente o quadro ambiental de Brasília.



## IV

## AS RELAÇÕES ENTRE O CRESCIMENTO URBANO E O COMPROMETIMENTO AMBIENTAL

No debate atual sobre a crise das cidades, a aparente desordem urbana encontra referências nas condições precárias e deterioradas de vida. Desde a visão de cidade como fonte de produção de bens materiais industrializados, de geradora de empregos, como analisa Milton Santos (1981), ao diagnóstico atual sobre as consequências da globalização (Queiroz, 1994) a cidade transforma-se substancialmente, trazendo ganhos econômicos e sociais, mas, ao mesmo tempo, acirrando as contradições intra e interurbanas.

A cidade é o exemplo mais notável de transformação da natureza primitiva sob a égide da ação humana historicamente contextualizada, que incorpora os conflitos sociais de cada período e o desenvolvimento das forças produtivas, que gera nova tecnologias, novos meios de produção de ambientes. A cidade é, portanto, o meio ambiente predominado pela magnitude da segunda natureza (Davidovich, 1994), sendo este o resultado material da ação humana, da natureza transformada pelo trabalho social. Mas o fenômeno urbano alterou a sua natureza: não é mais um problema dentre outros, é o problema número um, um problema complexo, resultado de relações de todas as ordens: econômicas, sociais, ecológicas e culturais.

O grande número de problemas relacionados com a deterioração das condições de vida resultam nos crescentes impactos da degradação ambiental e da queda de produtividade. Davidovich (1993) afirma que estes fatos são denominadores comuns a muitas das principais aglomerações urbanas e que produzem um elevado custo econômico para o poder público e para a sociedade, sendo que o custo social atinge sobretudo a parcela mais pobre da sociedade.

A questão ambiental urbana tornou-se tema de discussões, sobretudo no nível internacional, a partir dos anos 70. Ela surgiu como uma questão de desenvolvimento: uma questão de desequilíbrio gerado, de um lado, pela insuficiência e de outro, ao mesmo tempo, pela necessidade de aceleração do crescimento econômico.

Tomando como base a noção do desequilíbrio do desenvolvimento, a análise elaborada por um grupo de especialistas de renome internacional e veiculada no Relatório Brundtland (1987) mos-





trou-se parcial ao diagnosticar que a questão central dos problemas ambientais urbanos situava-se nos países pobres. Este argumento baseou-se na inexistência ou na insuficiência de recursos (financeiros e técnicos) para a solução dos problemas nestes países. A visão difundida pelo Relatório Brundtland procurou mostrar que a pobreza e a degradação ambiental formam um círculo vicioso, porém ignorou a existência de outras relações presentes neste círculo: as consequências do êxodo rural, dos processos de modernização excludente, da concentração fundiária, da estrutura de crescimento da população urbana nos países periféricos.

A ação antrópica, historicamente, atua na modificação do meio natural. A velocidade desta mudança desde o surgimento da sociedade industrial vem alterando intensamente o meio urbano.

Assim, as primeiras identificações da relação existente entre o ambiente e a cidade estabeleceram-se, basicamente, pela noção de desequilíbrio e conflito entre a necessidade de oferecer emprego à população - leia-se crescimento econômico - e a de proteção à saúde humana, com a provisão de água potável e saneamento, de habitação.

O conhecimento por parte dos governos deste diagnóstico de desequilíbrio provocou a implementação de políticas compensatórias, especialmente nas décadas de 70 e 80, que buscavam o aumento da eficiência do sistema econômico e a correção das desigualdades sociais, mas que pouco ou nada estabeleceram quanto à redução de impactos ambientais ou a recuperação de ambientes degradados.

Somente num segundo momento tomou-se como uma das variáveis presentes no ambiente construído, a proteção das condições do ecossistema local onde está localizada a cidade, quando intensificaram-se os estudos e questionamentos sobre os impactos causados pela urbanização sobre o meio natural: - a percepção de que a expansão da área urbanizada, o aumento de densidade de ocupação ou a instalação das atividades econômicas, industrial ou de serviços, nas periferias ou dentro das cidades, em zonas frágeis ou de risco ou aquelas destinadas a ocupação residencial, constituem a origem de processos de poluição atmosférica ou hídrica, dos assoreamentos, da degradação de áreas naturais.

Segundo Romero (1993), inúmeras modificações advindas do processo de urbanização ocorrem sobre o meio natural, ao mesmo tempo em que condicionantes ambientais também impactam a morfologia da urbanização. Tais alterações podem, de

maneira bastante sumária, ser identificadas: no aparecimento de um microclima urbano, nas modificações da propagação do som e da luz e no processo de materialização da forma, (constituído pelos efeitos térmicos, pelo equilíbrio energético urbano, pelo vento, pelos espaços verdes, pela água como material de acondicionamento, pelo mobiliário urbano).

Distanciando-se deste contexto intraurbano e inserindo outro ângulo de análise, é perceptível a intensidade do processo de agravamento da condição de segregação existente nos espaços urbanos, que territorializa a grande maioria da população em ambientes insalubres.

Nas grandes cidades brasileiras o aumento da pobreza tem sido uma condição constante, fato que se agrava mais ainda quando se considera a ocorrência de um brutal processo de concentração de renda. Estas populações pobres estão cada vez mais distantes das possibilidades de se beneficiarem do progresso econômico, e se contrastam com a existência de grupos de elevada renda, cada vez mais reduzidos.

Um número crescente de estudos e pesquisas tem sido dirigida ao desvendamento das condições do meio ambiente urbano e da qualidade da vida urbana (Becker, 1992; Schweizer, 1993; Sachs, 1994). Esta preocupação pode ser percebida através destes e de diversos outros autores que procuram trazer à tona o debate sobre as consequências do crescimento urbano acelerado das grandes cidades e o agravamento das desigualdades na distribuição de bens e serviços, do rápido aumento da poluição, congestionamento e degradação do meio ambiente e da deterioração geral das condições de vida.

Na busca de um desenvolvimento teórico mais aprofundado, é importante a noção da dialética sócio-espacial: a estrutura do espaço organizado emerge das relações sociais e a sua conseqüente expressão em estrutura de classes. A estrutura do espaço, não é independente, autônoma, ela é o resultado das relações de produção gerais, simultaneamente sociais e espaciais, pois, a organização e o sentido do espaço são produtos da translação, da transformação e da experiência sociais.

Para Soja (1993), referenciando-se em Castels, a transformação espacial implica uma luta, uma consciência coletiva. A luta pelo espaço é transformadora: a consciência do espaço, da expropriação do controle da produção do espaço, formam o pano de fundo para o êxito de qualquer luta social.

A cidade apresenta-se com a mais complexa espacialidade, segundo afirma Lobato

(1993), incorpora uma fragmentação ambiental onde cada um destes ambientes constitui uma base de existência e de reprodução social, mas, contraditoriamente, os fluxos entre eles estão de tal forma articulados que fornecem uma unidade à grande cidade. No entanto, estes ambientes desiguais contribuem perversamente para a reprodução de cidadãos desiguais, ao mesmo tempo que mantêm a desigualdade como parte integrante da sociedade estruturada em classes.

Novaes (1993) explica o conceito de alteração ambiental como a desigual organização socio-espacial promovida pelo processo de urbanização que altera a paisagem natural para uma paisagem cultural num processo de transformação das características naturais do lugar (solo, águas, vegetação, ar, paisagem e clima) que foram utilizadas como recursos para a construção de um novo ambiente: o urbano. Novaes (1993) e Balassiano (1993) esclarecem que comprometimento ambiental é a alteração do equilíbrio do ecossistema, ou seja, a relativa perda da capacidade natural de recuperação dos ecossistemas, agravadas pela inexistência ou deficiência da infra-estrutura, conduzindo-o ao comprometimento e à degradação das condições de existência de amplos segmentos sociais.

Ao associar a espacialidade urbana e comprometimento ambiental, elementos como a localização das diferentes parcelas sociais, os fluxos entre elas, as áreas de vegetação naturais e o atual índice de verde/habitante, os tipos de solo e os usos urbanos; as condições geomorfológicas, a declividade e a erosão presente em determinados ambientes; a identificação das áreas frágeis e de risco; a contaminação das águas, as condições de salubridade dos ambientes e das populações, a precariedade das condições de habitabilidade, de esgotamento sanitário, da coleta de lixo, tornam-se fundamentais para mensurar qualidade de vida urbana.

A complexidade que envolve tal conceito, por incluir valores subjetivos e a imensa dificuldade de mensuração, não impede o reconhecimento da queda substancial na qualidade de vida urbana nos diversos espaços do Distrito Federal.

No Distrito Federal, a dinâmica do crescimento urbano exacerbado trouxe pressões desordenadas e crescentes sobre o meio natural, acentuando ainda mais, um dos mais graves problemas, tanto em quantidade como em qualidade: o abastecimento de água. A vegetação das margens dos rios tem sido sumariamente retirada, ampliando as condições favoráveis ao assoreamento. A utilização intensiva de agrotóxi-





cos têm contaminado os cursos d'água e as prováveis áreas de captação.

A poluição ambiental presente no Distrito Federal tem origem na multiplicação do número de veículos, na multiplicação da circulação de automóveis, no transporte coletivo composto por uma frota de veículos velhos e desregulados que contribuem para a emissão de poluentes. Mas, são as cidades-satélites, desprovidas de infra-estrutura,



que mais sentem os efeitos dos particulados em suspensão.

Pode-se, portanto, afirmar, sem sombra de dúvida, que Brasília e as cidades-satélites do Distrito Federal, há poucos anos atrás consideradas como uma das cidades brasileiras de maior índice de qualidade de vida, atualmente, reproduz as mesmas condições presentes em qualquer grande metrópole: a imagem da fragmentação sócio-ambiental, traduzida por "deploráveis



condições de habitação, ...salários precários, desemprego, subemprego, longas horas de trajeto cotidiano entre o domicílio e o local de trabalho. Na cidade fragmentada, a grande parte da população participa, frequentemente, da produção instrumentada com equipamentos de alta tecnologia, sem ser, portanto, admitida, senão marginalmente, para o consumo e, o que é ainda mais grave, para a cidadania" (Sachs, 1994: 72).



## BIBLIOGRAFIA



### BARBOSA FERREIRA,

I.C. O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília in Brasília, Ideologia e Realidade/Espaço urbano em questão. São Paulo, Projeto, 1985.

### BALASSIANO, Helena M. M. As

Favelas e o Comprometimento Ambiental in Geografia e Questão Ambiental. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1993.



CAMPOS, Cândido M. Cidades brasileiras: seu controle ou o caos. São Paulo, Nobel, 1989.

### CUIDANDO DO PLANETA TERRA:

Uma Estratégia para o Futuro da Vida. São Paulo, Editora CL-A Cultural, 1991.



DAVIDOVICH, Fany. A Propósito da Eco-Urb's 92: a Temática Urbana na Questão Ambiental in Geografia e Questão Ambiental. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1993.

FARRET, R. L. O Estado, a questão territorial e as bases de implantação de Brasília, in Brasília, Ideologia e Realidade/Espaço Urbano em questão. São Paulo, Projeto, 1985.

FUNDACION CEPA. Ambiente. n. 72, año XIII, mayo 1992.

FEEMA. Significado das expressões usadas no meio ambiente. Rio de Janeiro, 1986.

GUATTARI, Felix. Práticas ecosófica e restauração da cidade subjetiva in Revista Tempo Brasileiro, n.116, Rio de Janeiro, 1994.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE MEDIO AMBIENTE Y DESARROLLO. Medio Ambiente y Urbanización, año 12, 47-48, jun/set. 94.

LOBATO, Roberto. Meio Ambiente e a Metrópole in Geografia e Questão Ambiental. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1993.

MELLO, Neli. Resenha bibliográfica: O desafio do desenvolvimento sustentável in Planejamento e Políticas

Públicas, número 7, jun.92.

MOREIRA, Ruy. O discurso do avesso (para a crítica da Geografia que se ensina). Rio de Janeiro, Dois Pontos Editora Ltda., 1987.

\_\_\_\_\_. O círculo e a espiral. A crise paradigmática do mundo moderno. Rio de Janeiro, Coautor, 1993.

PAVIANI, Aldo. A metrópole terciária in Brasília Ideologia e Realidade/Espaço Urbano em questão. São Paulo, Projeto, 1985.

\_\_\_\_\_. Brasília - Metrópole em crise. Ensaio sobre urbanização. Brasília, Ed. Unb, 1989.

\_\_\_\_\_. A conquista da cidade - Os movimentos populares em Brasília. Brasília, Ed. UnB, 1991.

PORTELLA, Eduardo. Homem, Cidade, Natureza in Revista Tempo Brasileiro, n. 116, Rio de Janeiro, 1994.

ROMERO, Marta A. B. Arquitectura Bioclimática de los espacios públicos. Tesis doctoral, 1993.

SACHS, Ignacy. Desafios urbanos do século XXI: a cidade, os cidadãos e o ecodesenvolvimento in Revista Tempo Brasileiro, nº 116, Rio de Janeiro, 1994.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo, Ed. Nobel, 1985.

SCHWEIZER, Peter. Capacitación para el manejo ambiental urbano in Medio Ambiente y Urbanización. Buenos Aires, n. 47-48, año 12, jun/sept. 94.

SOJA, Edward. Geografias pós modernas. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1993.

SOUZA, Amaury de (org.). Qualidade de Vida Urbana. Debates Urbanos, v.7, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1984.

TSIOMIS, Yannis. O meio ambiente e a questão urbana in Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 1, Editora UFPR, Curitiba, 1994.

A autora é Geógrafa, professora do Departamento de Geografia da UnB (91/94), atualmente diretora do Departamento de Educação Ambiental da SEMA-TEC/DF



**falar**

**Vamos**

\*Francisco Martins

# Esquizofrêns?

Aquele que fala em línguas não fala aos homens,  
mas a Deus.

Ninguém o compreende:  
seu espírito enuncia coisas misteriosas.

São Paulo em 1, Coríntios, XII, 28.

## Uma dificuldade preliminar

Jovem psiquiatra, pergunto a uma senhora internada em um hospital psiquiátrico:

— Como vai?

— Vou bem. Não vê que minha perna já está curada há muitos anos? Só posso ir bem...

Tento retrucar, achando que não entendeu bem:

— Desculpe-me, estou perguntando como vai a sua vida, se tudo está bem.

Responde-me, algo zombeteira:

— A vida está bem. Agora vou bem, pois minhas pernas me fazem ir bem. Já lhe disse fazer mais de vinte anos que não tenho problemas de ir bem.

Meses depois, nem sempre com tempo para escutar com atenção, sou forçado a dar importância à fala seguinte, que me foi contada em clima de segredo por um paciente bastante megalômano (era somente o Rei das Telecomunicações Mundiais):

— Veja meu braço. Todas as comunicações do mundo passam por aqui... Elas se fazem através do meu braço.

Interrompo aturdido:

— Como?!?

Complacente com a minha ignorância, ensina com paciência:

— O senhor é médico... Sabe que no braço temos dois ossos. Um deles é o rádio. Está claro agora que as telecomunicações mundiais passam pelo meu rádio?

Hoje, passados tantos anos, descubro que fui interpelado inúmeras vezes por interlocuções similares a essas ou até mais complexas. Simplesmente percebo que para ter acesso ao mundo do outro não basta conhecer a língua em que supomos estar falando.

Retirei uma espécie de verdade

pessoal desses contactos. Espécie de constatação quase óbvia, mas que me foi fornecida somente por meio de inúmeros fracassos no comunicar: para ter acesso verdadeiro ao mundo e às experiências particulares dos nossos pacientes, e, por extensão (não demorei muito para fazer a generalização), a todos os seres humanos, era-me exigida uma necessária e imperiosa posição de humildade.

Necessária humildade para poder exercer o trabalho de clínico. Justifico-me pensando, monologando:

— [Se esse outro, suposto louco, não quiser, não gostar de você, nada feito. Você nada saberá além das aparências mais superficiais. Você corre o risco de não entender nada que seja enunciado. Ele, por mais desarrumado que esteja o seu cérebro, detém a chave do abrir e fechar nossa comunicação.]

Humildade imperiosa, pois, por maior que seja o conhecimento, sou dependente, como clínico, do abrir e fechar desse outro, da aceitação em ato do entrar em contacto e compartilhar algo que lhe é de foro particular, mesmo que ele não pense assim.

Humildade, pois dependemos da disposição do outro e não da nossa. Aprendi que a humildade nesse caso era mais do que uma exigência idealista. Não se trata de um dever ser humilde. Trata-se de algo mais simples e prático: a clínica das psicoses exige de forma dura e radical que o profissional, médico, psicólogo, antropólogo, sociólogo, pesquisador ou um mero transeunte que queira entrar em contacto e fazer bem o seu trabalho de clínico seja humilde. Muitas vezes descobrimos que a inteligência e o saber demais impedem o acesso ao milagre de dois seres humanos se entenderem, compartilharem algo. É inesquecível a sugestão de um

velho clínico a um jovem:

— Seja mais burro, mais burro... Sua inteligência, sua suposição de saber lhe atrapalha. Não compreenda demais. Só assim você aprenderá alguma coisa de clínica!

A ironia do ensinamento acima é justa de ser aqui apresentada como justificativa, posto que a nossa exigência de humildade é metodológica e não um ensinamento moral. Sem ela não existem as ciências clínicas. Mesmo que essa exigência seja perturbadora, já que exige uma qualidade nem sempre ensinada ou passível de aprendizagem nos bancos escolares, ela é verdadeira, em face do brutal narcisismo que encontramos no contacto com psicóticos. Quando dois narcisos se encontram, como será possível a comunicação? Aprendemos logo, ao estudar um pouco mais o tema da linguagem psicótica, que essa nos ensina o máximo que pode alcançar o radicalismo narcísico da linguagem de cada um.

### **Tese e característica geral da linguagem psicótica**

Na famosa “língua das excelências” (die Excellenzsprache) ou “Salisjeur” (Salischur), novo idioma feito para o uso pessoal de um paciente e formada de uma mistura de termos vindos do alemão, do francês ou simplesmente inventados, pode ser apreendido, somente pela introdução, um pouquinho da megalomania do Sr. R., paciente de um paciente psiquiatra suíço que nos introduz um pouco mais nas particularidades desta nova língua:

A Salisjeur contém os “termos melhores” que a língua de todos os outros. Ela é o órgão dessa gente, dos “bons”. A etimologia da Salisjeur é muito obscura: “ter Salis” significa “ter relações com a alta sociedade”, os Salis são uma das mais antigas famílias aristocratas suíças; jeur (pronunciado durante sejour evoca por associação, no Sr. R., a palavra jornal. Nosso paciente quer provavelmente dizer que ela é o órgão dos nobres, o

intermediário das Excelências.<sup>1</sup>

O alto orgulho fica gritante. Além do evidente narcisismo que estamos indicando, Maeder foi um dos primeiros a observar outra característica da linguagem psicótica, algo que está presente não somente em línguas específicas, mas no falar em geral. Característica chamada por Freud de linguagem dos órgãos (Organsprache), por notar estar o discurso esquizofrênico popular de palavras que se relacionam ao corpo. Explicitemos um pouco do vocabulário do Sr. R., evidenciando essa característica:

“serralheiro, ele representa o corpo humano sob a forma de uma mecânica grosseira: assim, admite a existência de um sistema complicado de canos com torneiras, recipientes, caldeiras, reguladores, destiladores, distribuidores etc.; cada peça é desmontável, logo que ela é atingida ou está doente, é suficiente desparafusá-la e colocar outra no mesmo lugar. Eis aqui os nomes de algumas dessas partes: Kubik (cúbico), um grande recipiente onde se encontra a reserva de sangue, que se faz escorrer pela Terminstrang (haste terminal) dentro da Wage, que ele chama também Balance, ou seja, o distribuidor do sangue-razão e do sangue-força (força física). O procedimento da repartição tem por nome Abwag (pesagem). O sangue penetra na Figur (figura, tomado no sentido geral latino de tamanho, por vezes no sentido de tronco). O mecanismo o mais complicado se encontra na cabeça, onde existe a força dos nervos de tal maneira que: Blutexaminiernerv (nervo examinador do sangue), “que vela por uma certa normalidade do sangue”, Kontrollir e Kondukteur-nervo, o nervo-serra (para cortar as dificuldades), o cyclon, espécie de regulador com asinhas em relação com a função da razão, os orthodoxes, pequenas coroas feitas de marfim...”

Poupemos o leitor da extensíssima e refinada série de nervos que se apresentam no discurso como a afirmar

que tudo o que é pensado e imaginado passa a existir, ter substância. O corpo imaginado e sentido se transporta para a construção da própria linguagem. Existe assim a construção de sentidos escondidos. Escondidos muitas vezes do próprio sujeito, enfatizando-se a experiência do sujeito ser ocupado por uma linguagem, uma maquinaria produtora de palavras que ele não tem controle. As palavras novas são criadas a despeito da intencionalidade do psicótico. Isso é o que ocorreu com o conhecido presidente Schreber, logo que ele se refere à língua dos nervos: “fora da fala humana ordinária, existe também uma espécie de falar de nervos de que em geral o homem normal não é consciente”.<sup>2</sup>

Pelos dois excertos do paciente de Maeder fica evidente que entendemos como características específicas da linguagem psicótica o narcisismo radical e a relação estrita das palavras com o corpo próprio. Essas duas características são expressões de uma tese mais geral, aquela que diz que o sintoma psicótico implica tomar as palavras como coisas.

Essa tese geral é exemplificada sempre pelas duas características que se tornam vertentes de um mesmo problema. Uma primeira vertente diz que a linguagem é narcísica, é desobediente das regras compartilhadas pelo grupo. Sabemos que toda língua instituída luta contra o chamado mito de Babel. A psicose mostra a impossibilidade de vencer na luta contra Babel. O narcisismo psicótico é uma garantia de que o mito de Babel vencerá. Suas línguas e linguagens serão sempre as melhores para eles, mesmo que ninguém venha a compartilhar esse ideal. Nessa hora as palavras se tornam a verdade. Elas constroem a realidade efetiva. Tornam-se coisas. A outra vertente qualifica algo também narcísico por excelência: o corpo próprio. Vemos na psicose a construção de palavras e até de línguas completas a partir da experiência do corpo próprio sentido, imaginado e simbolizado.

Não existe, assim, um esquizofrênico como língua ou como linguagem. Pior ainda, nas inúmeras produções

esquizofrênicas existem tantas formas de expressão quantos forem os casos. É certo que as características apontadas são unificadores da questão. Talvez pudéssemos de maneira aleivosa falar de um tronco comum de linguagem esquizofrênica, tal como se fala das línguas indo-européias. Porém, aqui se trata não mais somente de uma classificação lingüística. São modos de expressão do narcisismo pessoal.

### Outras manifestações que são confundidas com o autêntico esquizofrenês

O esquizofrenês, então, é somente um neologismo que designa aqui as manifestações específicas psicóticas. No entanto, não é todo dia que encontramos alguém disposto a construir uma linguagem específica, constituída de gramática, léxico, fonética e ortografia. Veremos que isso ocorre, mas desde que submetido aos critérios anteriores, que são de ordem psicológica e não lingüística. Prefiro os critérios anteriores não somente por motivos profissionais. Penso que as caracterizações lingüísticas são insuficientes. Inúmeras manifestações podem aparentemente fazer pensar em linguagem psicótica. Somos enviados a fenômenos que ultrapassam largamente a linguagem psicótica.

Como exemplo, os chamados fenômenos de glossolalia merecem atenção. De tempos em tempos, escutamos histórias, bastante divulgadas nos noticiários, de fenômenos de pessoas que começam a falar em línguas que o indivíduo desconhece ou não tinha aprendido anteriormente. Existem inúmeras variações desse tipo de manifestação. Um autor antigo<sup>3</sup> propôs uma descrição e uma classificação bastante gerais:

1. manifestações de fonações inarticuladas, de emissões em voz baixa, de gemidos, de grunhidos, que constituem psicologicamente as primeiras manifestações de glossolalia;

2. a aparição mais freqüente de uma pseudolingüagem, de formações

com neologismos ocasionais;

3. mais raramente com uma sistematização (glossopoiése);

4. e, ainda mais rara, a quase impossível de ser encontrada: uma língua estranha ou xenoglossia.

Não existe uniformidade na expressão desses fenômenos. Existe também uma multiplicidade de terrenos diferentes em que uma glossolalia pode se manifestar. Nos meios religiosos ela é uma manifestação conhecida e estudada desde longa data. O falar em línguas, segundo a expressão consagrada de São Paulo, pode ser visto como um modo privilegiado de se entrar em relação com Deus, não se constituindo em um fenômeno anormal. Muito ao contrário, “uma tal capacidade de regressão é um signo de saúde psíquica”.<sup>4</sup> Ao contrário de algo tomado como um objeto precioso em si mesmo, é gritante que inúmeros testemunhos indicam sua importância menor dentro do movimento pentecostal, onde são encontradas com freqüência essas manifestações. Na maioria das vezes, não envolvem fenômenos de transe ou de possessão, mas de “um falar dos anjos”, em que o indivíduo toma a liberdade de falar com Deus sem a priori intelectualista: geralmente eles não sabem o que enunciam; a presença de outras pessoas não é tão importante e a duração do fenômeno é limitada; o indivíduo tem mesmo uma certa indiferença com relação às suas produções; por vezes o fenômeno diz respeito muito mais a um canto de louvor que, em geral, se realiza de forma coletiva. Existe uma produção de sons, às vezes de fala compreensível, sem que se produza uma nova língua. Na verdade, pensamos não existir diferenças formais lingüísticas que possam distinguir estas das produções psicóticas ou de outras produções.

Relembro um desafio feito aos leitores acerca desse assunto. Um especialista<sup>5</sup> pediu indicar qual das produções abaixo era o falar em línguas carismáticas em vez de uma língua estrangeira, uma construção poética do tipo letrista ou uma língua que a gente se divertisse de fabricá-la sem

interesse específico:

1. Oiái laëla aiá sinsialou, ensoudio trêsa, soudio mischnoumi ja lon stouaz, brorr schjatt, ojazou tsigoulou...

2. Zizka drou vishindramanta, kroyantré, sizhindri, pilisindri kézan, troukala yindri palousou, zandré kéla santrou...

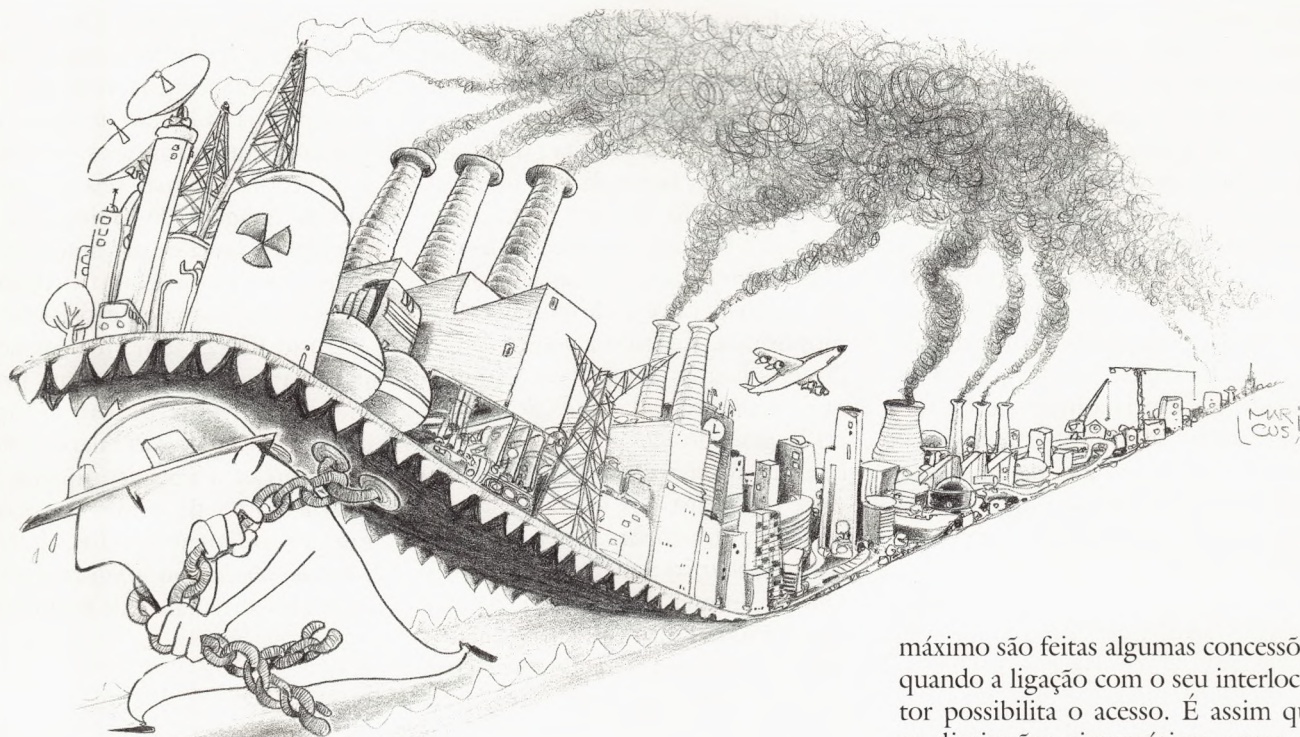
3. Tyrini zanyima timi, ny rytyni trassima thama, mamitiri rari taynyma, rintymi na-ma...

4. Omili douchou scaty, raé nasim hostem byti, jjenz jisiv darich bohaty, némeske-jknam prijit...

Antes de enunciar a resposta correta, esperemos a resposta do leitor que queira se arriscar, indicando, entretanto, como consolo, que ninguém soube responder com precisão, mesmo que seja possível teoricamente fazer a distinção por meio de um duro trabalho especializado. O falar em línguas é a segunda amostragem segundo o especialista.

Trata-se, assim, de fenômenos de ordens diferentes daqueles das psicoses. A diferença não é lingüística. Ela é de outra ordem, resumindo-se, no caso da psicose, no *radical narcisismo e na relação das palavras com o corpo próprio*.

Fora dessas duas características, a esquizofrenia pode gerar produtos muito próximos da glossolalia por intermédio de um traço comum entre os dois casos: o efeito de superfície que comanda e que deforma as mensagens. O ouvinte tem uma certa tendência de considerar como “salada de palavras” ou incoerência esses tipos de comunicação. Efetivamente, na esquizofrenia, podemos indicar ocorrer também o uso lúdico da linguagem. Em um notável trabalho, Jean Bobon<sup>6</sup> estudou três pseudolínguas artificiais em psicóticos. Mostrou, por meio de uma análise rebuscada do ponto de vista lingüístico, que as deformações são similares àquelas constatadas em certos modos de falar em gírias ou, ainda, que essas deformações “são idênticas àquelas que se constatarem excepcionalmente no curso da evolução normal das línguas vivas”.



## Ninguém é louco porque quer.

Um terceiro aspecto deve ser acrescentado ao entendimento específico do funcionamento das produções psicóticas. É o chamado automatismo mental. Para compreender tal fenômeno é necessário sair do domínio dos enunciados para o chamado setor da enunciação. O automatismo mental pode ser descrito como uma perturbação entre o enunciado e a enunciação. Diferentemente de outras formações neoglossológicas como as lalias infantis e a criação de gírias, onde o aspecto lúdico e prazeroso é muito saliente, no automatismo mental ocorrem fenômenos de imposição de pensamento vindo do exterior, desaparecendo a pretensa impressão de liberdade.

Freqüentemente, nota-se que o sujeito não é mais gestor do código. Nesse caso, quanto maior for a recusa com relação à nova língua que se lhe é imposta, maior será o sofrimento. Existe, por essa razão,

uma relação paradoxal entre o que resta do Eu e todo o resto da atividade

de significante. Isto é, a presença do automatismo determina o contrário do que acontece nos jogos lúdicos de linguagem: a própria pessoa fica prisioneira de sua economia mental.

As fronteiras entre criação e imposição em todos esses casos são muito fluidas. Contudo, deve ser sublinhado que, se o psicótico se comporta como criador, existe nessa atividade uma clara limitação. A maior parte da literatura a esse respeito se torna um testemunho não somente da posição altamente original do psicótico, mas também das suas limitações. O que ocorre o mais freqüentemente é a criação de pseudoglossolalias. Pseudo, pois em geral não é elaborada uma nova língua por completo. É criada, quando não existe intencionalidade, um espécie de idioleto.

Por isso mesmo, na maioria das vezes o esquizofrenês é um conjunto de características específicas da língua utilizada pelo seu criador. É um idioleto, mas de ordem especial por dois motivos. O primeiro motivo relaciona-se ao fato de serem produções que não têm a pretensão de serem comunicadas aos outros. Esse é o caso mais freqüente. Os outros que se virem para compreender a produção. No

máximo são feitas algumas concessões quando a ligação com o seu interlocutor possibilita o acesso. É assim que as distinções sistemáticas entre os diversos tipos de glossias mostram que os psicóticos promovem muito mais modificações na linguagem habitual em todos os níveis e possibilidades lingüísticas. A marca pessoal do sujeito pode ser verificada às custas da língua usual. Para esse tipo de caso guardemos o termo “esquizofrenês”. O segundo motivo relaciona-se ao fato de que quando é construída uma nova língua completa ela é bem diferente de casos mais bem-sucedidos, tal como o esperanto. Oportunamente poderemos fazer a distinção entre as línguas onde a pretensão narcísica acaba vencendo toda e qualquer pretensão de ser uma língua mundial, tal como Zamenhof procurou fazer de forma exemplar e sublime. Existem diversas outras línguas que são evidentemente casos de promoção narcísica do sujeito. Para esse segundo tipo de caso guardemos o termo “paranóia inventória”.

## Das modificações da mensagem até as modificações do código: do esquizofrenês à paranóia inventória

A multiplicidade de diferentes modos de apresentação mostra que,

com relação ao código, e por consequência à língua ou idioleto em questão, existem muitas formas diferentes de expressão, o que torna toda classificação um tanto quanto rígida. Dois exemplos podem evidenciar, respectivamente, o que chamamos linguagem esquizofrênica e paranóia inventiva.

1. Por modificações e alterações da língua materna, de seu código, por abreviação e criações novas frustradas. É o caso da língua *Dzweg* que vai no sentido de um laconismo e de um agramatismo absoluto. É também o caso do trecho seguinte de uma paciente de Henri Maudel,<sup>8</sup> que mostra uma intenção abreviativa, sem intuito de formar uma nova língua:

“Eu sou *necessidades-retidas*. Retidas quer dizer não-saídas. Poder-se-ia erer ser uma constipação, mas não. Por vezes sou eu que retenho, fazendo isso de propósito.” Perguntada por que ficava sempre perto da porta do consultório médico, diz: “é um lugar que me convém para dar minhas voltas, para freidar (*‘fredonner’*) *minhas necessidades*” (...). “Posso somente lhe responder: tenho cérebro doente, o coração retirado, deslocado, *depo*. É necessário agora que eu tire a roupa para freidar aqui na frente, freidar minhas necessidades, o *fredon*. Cir (circu-fredar) as necessidades, andar as necessidades.”

O estudo do vocabulário desse caso mostrou supressão literal e substituições silábicas. A sintaxe está alterada sobretudo no sentido da elipse e da abreviação. O estilo é telegráfico e marcado por uma certa secura. Note-se sobretudo a infiltração de referências ao corpo próprio, o que mostra que as palavras são cuidadas como sendo o próprio corpo próprio, daí as modificações.

2. A utilização de um novo código ou de diversos códigos ocorre mais em casos de paranóia, em que o sujeito começa a inventar uma nova língua, seja para se defender da língua materna que expressa diretamente os movimentos do corpo libidinal ou

para de-monstrar “as suas insofismáveis capacidades”. A descrição mais refinada de que ouvi falar<sup>9</sup> diz respeito a um megalomaniaco que desencadeou uma vasta campanha publicitária individual em favor da paz mundial. Perto de 2.000 cartazes foram desenhados e fixados por ele mesmo na Tchecoslováquia. Sua capacidade de invenção geral é denominada **cosmophrenia**. Realizou a construção de diversas línguas completas. A primeira foi o *ishi*, seguida do *kvode*, do *rysi*, do *kreigue*, do *mirrsh* e *alamirrsh*, do *kimbel*, do *bar-num*, do *stebut*, do *patek* ou língua dos *likifsatcheleques*, do *licher*, do *minekar* e *nishi*, a *tobolin* (tuvas), *wurfen* (cholim), *rifi-rifi*, e ainda a língua dos marmonianos e dos fumantianos, e a língua dos astrons. Na construção de todas essas línguas vemos um caso raro, pois conseguiu, em cada novo idioma, construir um vocabulário bastante completo e ainda a gramática específica de cada uma delas. Posteriormente, ainda não contente de haver construído 17 línguas de uso pessoal, criou novas formas de expressão não somente para línguas, mas também para gráficos e números.<sup>10</sup>

Pode ser notado, nesses dois casos, que ocorrem modificações respectivamente nas mensagens e no código. Ocorrem inúmeras variações entre esses dois casos com combinações diversas. É certo que os casos de alterações do código, principalmente quando acontece a construção completa de uma língua nova, são tidos como mais exóticos e mais raros. Por isso chama a atenção que a literatura especializada apresente casos que servem frequentemente como prova da criatividade do dito louco. Não ficaríamos surpresos se, ao nos dirigirmos a uma pessoa, esta respondesse por meio de trinos e cantos de pássaros?

— Como vai o senhor?

—  [trinado de canário = Bem].

— Não entendi. Como?

—  [trinado de melro seguido de trinado de um canário]...

Convenhamos que fica muito difícil para o clínico conhecer todos esses códigos. Afinal, ele não é poliglota. Mais que poliglota, teria que ser um

ornitólogo e musicista. Ou senão um semioticista, para dar conta da utilização de uma língua fundada, por exemplo, na utilização de signos ideográficos. Em outros casos, ter de decifrar o código gestual, seja pela utilização de imagens de radiografia, seja por signos visuais e até números. Um caso muito conhecido utilizou as cores como forma de expressão. Para Auguste Klotz,<sup>11</sup> um arco-íris no céu poderia ser lido como uma grande mensagem, uma oração completa que, quem sabe, não falaria a língua da natureza. Para quem queria fazer uma tentativa de leitura de arco-íris, eis a codificação do chamado *Farbenalphabet* ou *alfabeto das cores*, com a nossa tentativa de tradução:

|     |                                                                                         |
|-----|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| 1A  | = Inglaterra = vermelho, berterraba vermelha                                            |
| 2b  | = metal cor de bronze                                                                   |
| 3c  | = chinchila = vermelho                                                                  |
| 4d  | = o amarelo da luz do sol = da cor da poeira da rua                                     |
| 5e  | = cor laranja = Alemanha                                                                |
| 6f  | = o vermelho da chama do fogo                                                           |
| 7g  | = ouro                                                                                  |
| 8h  | = a cor do heliotrópio                                                                  |
| 9i  | = azu-céu do miosótis                                                                   |
| 10k | = ouro-acinzentado (pescoco do galo da cochinchina)                                     |
| 11l | = escuro asa de besouro                                                                 |
| 12m | = azul-marinho, betúnia                                                                 |
| 13n | = cor natural                                                                           |
| 14o | = branco como o dia, Áustria - Hungria                                                  |
| 15p | = cor púrpura                                                                           |
| 16q | = cor de cristal (fracos raios de cristal, vidro de Maria)                              |
| 17r | = o vermelho da rosa, a França                                                          |
| 18s | = pequeno s = negro corvo, grande S = amarelo cor de limão                              |
| 19t | = lilás = pensamentos                                                                   |
| 20u | = verde = rã = Rússia                                                                   |
| 21v | = azul = pavão                                                                          |
| 22w | = cor de água (luz do sol incidindo sobre uma mesa através de um copo)                  |
| 23x | = lacrimae Christi = vermelho = o vermelho do ferro (o sangue do ferro)                 |
| 24y | =  |

25% = o vermelho do sulfato de mercúrio

Note-se que uma cor pode designar não somente uma letra do alfabeto, mas também números. Isso complica sobremaneira a leitura das pinturas, das paredes, dos prismas e das manifestações da natureza. Acrescente-se que as cores são muito precisas, pois nunca vi a cor do heliotrópio nem a tonalidade do branco como o dia. Ainda bem que Klotz nos ensina tratar-se da cor do antigo uniforme militar do velho Império austro-húngaro. Haja conhecimento de história! No caso do heliotrópio, que pensei se tratar de um amarelo avermelhado, tipo a cor que o sol emana, enganei-me, isso seria a letra d ou o número 4. Na verdade, trata-se da letra h ou do número 8, indicado pela cor de uma pedra preciosa verde com pontos de vermelho-sangue de nome heliotrópio! Localizei em um livro de mineralogia que o heliotrópio é o jaspe-sanguíneo! Em todo caso, são muito refinadas as tonalidades para se poder falar e fazer contas por meio das cores. Caso seja um daltonico é melhor desistir...

### De volta ao esquizofrenês

As modificações superficiais de mensagens e as metamorfoses e criações novas de códigos não devem nos enganar acerca da realidade dolorosa das psicoses. Como diz Gilles Deleuze,<sup>12</sup> não podemos pensar em psicose somente a partir de um jogo superficial de palavras, tipo o que o fez Lewis Carrol em *Alice no país das maravilhas*. Aí se trata de jogos de palavras. No caso de psicose, a linguagem tem uma conotação bem mais pesada e profunda. Simplesmente não conseguimos achar graça quando percebemos a intensa dor que faz o sujeito reconstruir com tanta habilidade novos códigos ou quando as palavras se vêem modificadas automaticamente. Só achamos graça quando estamos ainda na superfície, raciocinando que são jogos de encantamento. Quando descemos nas profundezas, e por profundidade queremos dizer algo literal *na profundidade do*

*corpo próprio experimentado*, cessamos de imediato de brincar e passamos a considerar um sujeito que trabalha o tempo inteiro para não naufragar em um corpo experimentado como destruído ou em processo de alteração.

Penso nas palavras e nos escritos do sr. Th. Ao ser-lhe apresentado, notei que ele não utilizava os pronomes pessoais. Suas questões e respostas ficavam truncadas. Somente depois de algum tempo, quando já tinha alguma proximidade comigo, permitiu-se falar de modo menos telegráfico. Explicou-me que sua linguagem refletia um cuidado com as pessoas que gostava. Seu grande medo era de envenenar as pessoas e ele mesmo, quando pela utilização dos pronomes fizesse a mínima referência a quem quer que fosse. Assim, como exemplo, dizia:

E “Tractação” mais além da empilogação tornando-se a prioridade (situação já orgânica). Revisível a dependente portanto de interrupção orgânica isto é (propagação de secreções) ao infectivismo o aceitar.

Depois de um bom tempo, compreendi que os predicados — peço conferir o curto exemplo anterior — eram repletos de violência contra o corpo próprio. Não era gratuito o seu cuidado. A angústia e a linguagem feita de neologismos e de predicções sem sujeito na frase tinha uma razão de ser. Pude constatar que principalmente seus escritos reuniam uma espécie de nova teoria acerca do seu corpo próprio. Essa teoria era realizada “em uma espécie de embriaguês interna” (*sic*). Ao falar disso, suava bastante, ficava muito angustiado, diria terrificado. Tinha medo que as palavras pudessem lhe fazer mal: “Sou o responsável desses escritos. Os pronomes personalizam e as pessoas vão adquirir câncer”.

À medida que a série de neologismos apresentada acima pôde ser decifrada, ao custo de um grande sofrimento, ficou esclarecido o aparecimento de uma nova semântica. Essa era estritamente ligada ao corpo pró-

prio e principalmente às atividades de excreção. Pude presenciar a chamada linguagem dos órgãos (Organsprache), onde cada atividade era acompanhada de movimentos do corpo próprio. Assim:

E = suficiência;  
Tractação = cada vez um movimento em acordo com o corpo mesmo;  
empilogação = impessoal que relata a pessoa mesma;  
situação já orgânica = fezes, cocô (haha em alemão);  
Revisível a dependente = extrair as matérias orgânicas.

Que diferença das piadas e brincadeiras chistosas! Que diferença do discurso perverso e gozador! A diferença está no corpo próprio comprometido intimamente com a linguagem. Cada verbo realiza um movimento, mas não mais um movimento abstrato como a linguagem propicia em geral. Agora os verbos fornecem o movimento concreto pulsional vivido. Talvez por essa razão que a clínica das psicoses nunca será igual a um puro jogo intelectual, a uma charada, a uma adivinhação, a uma piada ou mesmo a um trocadilho.

### Arte e psicose: qual destes corpus discursivo é linguagem esquizofrênica?

Para concluir, podemos deixar um exercício para o leitor diletante e até para eventuais especialistas. Qual desses trechos se trata de um discurso esquizofrênico?

#### I

Sob essa crosta de osso e de pele, que é minha cabeça, há uma constância de angústias, não como um ponto moral, como os raciocínios de uma natureza imbecilmente pontilantes, ou habitada de um fermento de inquietações no sentido de sua altura, mas como uma (decantação)

no interior,  
como a desposseção de minha substância vital,  
como a perda física e essencial

(quero dizer perda do lado da  
essência)  
de um sentido.

## 2

In the name of Annah the  
Allmaziful, the Everliving, the Bringer  
of Plurabilities, holed be her eve, her  
sigtime sung, her rill be run, unhem-  
med as it is uneven!

Her untitled mamafesta memoriali-  
sing the Mosthighest has gone by  
many names at disjointed times. Thus  
we hear of, *The Augusta Angustissimost  
for Old Seabeastius' Salvation, Rochabill  
Booby in the Wave Trough, Her's to the  
Relicts of All Decencies, Anna Stessa's  
Rise to Notice, Knickle Down Duddy  
Gunne and Arishe Sir Cannon, My  
Golden On and My Selver Wedding,  
Amoury Treestam and Icy Siscule, Saith  
a Sawyer til a Strame (...)*

## 3

“Às vezes, minha mão direita se  
destaca do meu braço na altura do  
punho e vai se juntar à minha mão  
esquerda. Aperto-a com força  
para impedi-la de cair, pois poderia  
perdê-la. Devo prestar atenção cons-

tantemente a ela para evitar que, em  
um momento de distração na hora de  
recolocá-la, eu não a coloque ao inver-  
so, a palma virada para o ex-terior.”

Acredito ser possível a um especia-  
lista distinguir os trechos citados  
somente a partir de uma caracterização  
exterior ao sujeito. Outrossim, os afic-  
cionados em literatura reconhecerão o  
estilo dos autores. Porém, é extrema-  
mente arriscado o diagnóstico, qual-  
quer que seja ele, quando adotado um  
ponto de vista técnico exterior ao sujei-  
to como, por exemplo, um diagnóstico  
somente lingüístico, estilístico, psiquiá-  
trico, médico, psicológico que não  
conte com a colaboração do criador.  
Quer seja clínico, literário ou lingüísti-  
co, a dor nem sempre pode ser apre-  
endida pelos enunciados. Ao contrário,  
as palavras podem estar disfarçando a  
intensa dor. Penso ser necessário ter  
acesso a conteúdos mais específicos e  
que ultrapassem a fachada defensiva,  
repleta de códigos e de atividade deli-  
rante, para se iniciar o entendimento  
acerca da base do gozo e sofrimento  
do sujeito dito louco.

Acentuar esse aspecto clínico não  
nos impede de fazer um espécie de

constatação acerca da literatura e da  
arte moderna com relação à loucura  
verdadeira. Não estamos mais em uma  
época de manter a separação entre  
uma produção tida como louca e uma  
outra tomada como literariamente  
boa. Os excertos apresentados são de  
escritores reco-nhecidos. São eles: 1 -  
Antonin Artaud,<sup>13</sup> 2 - James Joyce<sup>14</sup> e 3  
- Fernando Arrabal.<sup>15</sup> Em larga medida  
pode ser constatada uma infiltração de  
dimensões tidas como essencialmente  
psicóticas como sendo arte. Nesse caso  
poderíamos dizer que as fronteiras  
entre arte e loucura estão definitiva-  
mente rompidas. Em especial, no caso  
de Artaud, pode ser dito que é louco  
por que é artista e que é artista por que  
é louco. É o reconhecimento de que,  
mesmo nos limites da loucura, o pro-  
cesso criativo se revela. Revela também  
a inadequação de manter um fosso  
entre os ditos normais e os ditos lou-  
cos com relação ao processo de cria-  
ção. Verificamos que, tanto na esqui-  
zofrenia quanto na paranóia, o proces-  
so criativo produtor da linguagem psi-  
cótica não é tão diferente dos outros  
neuróticos, perversos, psicopatas.  
Evidencia que a arte se faz em nós a  
despeito do nosso Eu.

---

\* Francisco Martins é psiquiatra, psicólogo, psicanalista e professor no Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília.

## Notas

1. A Maeder, “La langue d'un aliéné — analyse d'un cas de glossolalie”, *Archives de psychologie*, IX (1909-1910): 208-216.
2. Daniel Paul Schreber, *Mémoires d'un névropathe*, tradução para o francês de Paul Duquenne, Paris, Seuil, 1977.
3. Emile Lombart, “Essai d'une classification des phénomènes de glossolalie”, *Archives de psychologie*, VII (1908): 1-51.
4. Antoine Vergote, *Religion, foi, incroyance*, Bruxelles, Pierre Mardaga Editeur, 1983, p. 275.
5. Referido por René Laurentin, *Pentecôtisme chez les catholiques — Risques et ave-nir*, Paris, Éditions Beauchesne, 1974.
6. Jean Bobon, “Contribution à l'étude des phénomènes régressifs en psychopathologie — Les pseudo glossolalies ludiques e magiques”, *Journal Belge de Neurologie et de Psychiatrie*, 47(1947): 219-238 e 327-395.
7. Jean Bobon, “Nouvelle observation de schizoparalexie et schizoparagraphie”, *Acta Neurologica et Psychiat. Belgica*, 52(1952): 286-295.
8. Henri Maudel, “Essai critiques sur la notion de glossolalie — a propos d'une obser-vation de glossolalie abrégative”, *Ann. Méd.-Psych.*, 118e année, II: 615-636, nov. 1960.
9. Jaroslav Stuchlick, “Contribution à la psychopathologie de l'expression verbale: les néophasies et néographies”, *Acta Neurologica et Psychiat. Belgica*, 57 (1957): 1004-1030.
10. Jaroslav Stuchlick, “L'arithmo-sténographie (Contribution à l'étude des néoformati-ons graphiques)”, *Ann. Méd.-Psych.*, 117 année, II: 819-832, dez. 1959.
11. Léo Navratil, *Schizophrenie und Sprache — zur Psychologie der Dichtung*, Mün-chen, Deutscher Taschenbuch Verlag, 1968, pp. 53-54.
12. Gilles Deleuze, *La logique du sens*, Paris, Éditions de Minuit, 1969, p. 315.
13. Antonin Artaud, *Le Pèse-Nerf* (1925), Paris, Gallimard, 1987, p. 96.
14. James Joyce, *Finnegans Wake* (1939), Londres, Faber and Fafer, 1975, p. 104.
15. Fernando Arrabal, *La Pierre de la Folie*, Paris, Folio, 1978.



# A Conquista do Espaço com os Pés no Chão.

A Câmara Legislativa tem feito muito para abrir novos espaços para a população do Distrito Federal. A autorização para o funcionamento das feiras livres no Plano Piloto e a aprovação do Projeto Orla, que reserva áreas para o turismo nas margens do Lago Paranoá, foram passos importantes para a geração de empregos e a consequente melhoria da qualidade de vida da população.

Já foram aprovados os projetos que regularizam os condomínios e áreas públicas utilizadas por bares e restaurantes na Asa Sul. As novas contribuições arrecadadas vão gerar diversos benefícios sociais.

Todos os projetos, antes de sua aprovação, são discutidos com entidades de classe e a comunidade. São passos seguros que preservam os interesses de todos.

Esta é uma mostra de que, cada vez mais, o brasiliense conquista seu espaço.

Com os pés no chão.



**CÂMARA LEGISLATIVA  
DO DISTRITO FEDERAL**  
Trabalhando Por Você.